

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2015



CReSAP

COMISSÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

CReSAP - Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública

FICHA TÉCNICA

CReSAP- Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública

Av. da República, n.º 84 - 8º e 9º

1600-205 Lisboa

Telefone: (+351) 211 117 810

Correio eletrónico: secretariado@cresap.pt

Conceção e Coordenação :

Margarida Proença, Vogal Permanente

As figuras e fotos foram obtidas em <https://pixabay.com>, sendo o download livre

Relatório de Atividades e Contas 2015

Relatório a apresentar à Assembleia da República nos termos do artº. 17º, nº1) dos Estatutos da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, republicados em Diário da República a 3 de setembro de 2015 em anexo à lei nº 128/2015, e do artº. 20º do Regulamento Interno nos termos do Despacho nº 14678/2015, de 11 de dezembro.

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CReSAP	9
1. Enquadramento	11
1.1 Enquadramento legal	12
1.2 Governação.....	17
1.3 Regulamentação	36
2. Princípios de Recrutamento e Seleção com base no mérito	41
2.1. Introdução	42
2.2. Dirigentes superiores.....	44
2.3 Gestores Públicos	59
2.4 Organismos ou cargos atípicos	64
2.5. Entidades reguladoras	66
2.6. Renovação de mandatos	69
3. Procedimentos concursais: Resultados	70
3.1 Necessidades	71
3.2 Pedidos de abertura	80
3.3 Registos e Candidaturas.....	85
3.4. Procedimentos concursais concluídos.....	92
3.5 <i>Short-lists</i>	95
Listagem de procedimentos concursais, 2012-15	98
4. Pareceres	145
4.1 Pareceres de adequação ao perfil de gestores públicos.....	146
Listagem de pareceres.	149
5. Recursos Humanos	157
5.1 Colaboradores	158
6. Outra Informação Relevante.....	161
6.1 Remunerações.....	162
6.2.Ética e Código de Conduta.....	163
6.3 Divulgação de informação.....	165

Relatório Anual e Contas 2015

6.4 Estudos e Intervenções	167
6.5 Desmaterialização	172
9. Prestação de Contas	173

Índice de Figuras

Fig.1 Composição e Organograma da CReSAP	20
Fig.2. CReSAP, Regulamentação.....	36
Fig.3. Requisitos para o provimento	46
Fig.4. Esquema global dos procedimentos iniciais	47
Fig 5. Perfis de liderança.	49
Fig.6. Critérios comportamentais e de gestão	52
Fig. 7. Árvore de critérios de desempenho	55
Fig. 8. Intervalos de variação, por grupos de critérios.....	57
Fig. 9. Avaliação <i>on-line</i>	57
Fig. 10. Formulário de avaliação curricular.....	63
Fig.11. Procedimentos concursais: júris.....	68
Fig.12. Avaliação curricular e parecer sobre adequação de perfil ao cargo de gestor público...68	
Fig. 13.Emprego nas Administrações Públicas e na Administração Central, 2012-15	71
Fig. 14.Emprego no Estado, Serviços e Fundos Autónomos, 2012 e 2015 (%)	72
Fig. 15. Dirigentes superiores nas administrações públicas, 2012 a 2015.....	73
Fig.16. Dirigentes superiores e intermédios na Administração Central do Estado.....	74
Fig.17. Dirigentes superiores de 1º e 2º grau na Administração Central,2012 a 2015.....	75
Fig. 18. Dirigentes superiores de 1º e 2º grau, na administração central, por género,2015.....	76
Fig. 19. Dirigentes superiores de 1º e 2º grau, na administração central, por género, 2012.....	76
Fig. 20. Idade média dos dirigentes nas administrações públicas e na administração central, final de 2014	77
Fig. 21. Evolução das remunerações base média mensal nas administrações públicas e na administração central, janeiro 2012 a outubro 2015	78
Fig. 22. Evolução dos ganhos médios na administração central, 2012 a 2015.....	78
Fig. 23. Remuneração e ganhos médios dos dirigentes superiores, outubro 2014.....	79
Fig.24. Pedidos de abertura de procedimentos concursais, 2012-2015.....	82
Fig.25. Pedidos de abertura de procedimentos concursais, 2012-2015.por meses.....	83
Fig.26. Pedidos de abertura de procedimentos concursais,2014-2015, por meses	83

Relatório Anual e Contas 2015

Fig.27. Procedimentos concursais 2014-2015, por ministérios	84
Fig.28. Evolução anual de registos e candidaturas.....	85
Fig.29. Evolução mensal dos registos e candidaturas concluídas, 2015.....	86
Fig.30. Candidaturas concluídas, por ministério, 2015.....	87
Fig.31. Candidaturas totais concluídas, por grau de dirigentes superiores.....	87
Fig.32. Candidaturas com sucesso, por género, 2012-2015.....	88
Fig.33. Candidaturas com sucesso: Estrutura etária.....	89
Fig.34. Média de candidaturas por procedimento concursal,2015.....	89
Fig.35. Procedimento concursal, por tipologia e ministério	93
Fig.36. Short-lists, taxa de feminização, 2012-2015(%).....	96
Fig.37. <i>Short-lists</i> , taxa de feminização, por ministério, 2015.....	96
Fig.38. Nomeações, por ministério, 2015	97
Fig.39. Nomeações por género, em ministério	142
Fig. 40. Distribuição mensal dos pareceres sobre adequação de perfil, 2014-2015.....	146
Fig. 41. Distribuição dos pareceres sobre adequação de perfil solicitados por organismo.....	147
Fig. 42. Distribuição dos pareceres sobre adequação de perfil por género	148
Fig. 43. Distribuição dos pareceres sobre adequação de perfil:Estrutura etária	148
Fig.44. CReSAP, Orçamento 2013-2015	174

Índice de Quadros

Quadro 1. Perfil genérico do gestor público.....	61
Quadro 2. Perfil genérico do gestor público em órgãos reguladores	66
Quadro 3. Listagem dos procedimentos concursais, 2011-2015	98
Quadro 4. Listagem dos pareceres solicitados e dados, 2015	146
Quadro 5. Despesas com pessoal, 2014-2015	175
Quadro 6. Aquisições de bens, 2014-15	176
Quadro 7. Aquisições de serviços, 2014-15.....	177
Quadro 8. Balancete de execução orçamental, 2015	179

MENSAGEM DO PRESIDENTE



A modernização na Europa Continental não rejeitou abertamente a tradição weberiana, absorvendo acriticamente os princípios da NGP que proclamava a introdução de mecanismos de mercado na administração pública, a redução do peso do Estado e uma certa empresarialização da sociedade.

À pressão da Nova Gestão Pública, os países da Europa Continental reagiram com um processo de adição bem adaptado à sua tradição, embora com certas diferenças entre o norte o centro e o sul. Mas não abdicaram do seu paradigma: no Norte, defendendo um “Estado cidadão” com vasta participação popular, no Centro um “Estado profissional” – moderno, eficiente, flexível, identificado exclusivamente com os mais elevados propósitos de interesse geral. Já na Europa do Sul parecem refletir-se estas duas variantes, mas com uma nova característica, mais inconstante.

Na verdade, apesar de toda a retórica, e das narrativas de modernização e reforma, a cultura administrativa da Europa Continental tem demonstrado ser resiliente.

O presente documento tem como objetivo apresentar o relatório das atividades, bem como as contas de 2015.

Foi um ano de estabilização, mas também de novos desafios . Cumpriu-se a calendarização, elaboraram-se pareceres de adequação de perfil ao cargo de gestor público a um ritmo comparável ao dos anos anteriores, e procedeu-se a recrutamento e seleção de dirigentes superiores conforme previsto.

Mas o ano foi também marcado pela alteração de legislação e correspondente regulamentação interna, e pela necessidade de prever, de forma mais acurada, os efeitos de uma cultura porventura ainda presente.

Não foi fácil, exigiu muito trabalho e confrontou resistências, justificou o aprofundamento de critérios de rigor e transparência, mas cumpriram-se os objetivos, alargou-se o debate e fizeram-se progressos.

Só o futuro dirá se a CReSAP, como entidade administrativa independente, foi capaz de atuar, de facto, no sentido de provocar ou permitir mudanças na cultura administrativa de Portugal. Reconhecendo embora que há muito para fazer e que conseguimos identificar de forma clara potenciais vetores de melhoria na configuração legal e no âmbito de atuação da CReSAP, sentimo-nos confiantes que este é de facto um processo de mudança fundamental para o país, no quadro de uma democracia madura e exigente.

João Bilhim

I. ENQUADRAMENTO



Conhecer não é demonstrar nem explicar, é aceder à visão.

Antoine saint-Exupéry

1.1. Enquadramento Legal

Criada pela Lei nº 64/2011, de 22/12/2011, a Comissão para o Recrutamento e Seleção da Administração Pública (CReSAP) é uma entidade independente que funciona junto do membro do governo responsável pela área da Administração Pública.

A CReSAP atua, de forma independente, no exercício das suas competências e obedece aos princípios da isenção, do rigor, da equidade e da transparência na promoção do reconhecimento do mérito profissional, da credibilidade e do bom governo.

Atua através de:

- Concursos públicos destinados aos dirigentes superiores da Administração Central do Estado;
- Avaliação curricular e de perfil de gestores públicos.



O Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Órgãos da Administração Central, Local e Regional do Estado, com as alterações decorrentes da Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro e da Lei nº 128/2015, de 3 de setembro, veio estabelecer, para o recrutamento e seleção dos titulares dos cargos de direção superior, de 1º e 2º graus, um procedimento concursal a efetuar pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), mediante iniciativa do membro do governo com poder de direção ou tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher, e de acordo com a tramitação prevista nos seus artigos 18º e 19º.

A Lei - Quadro dos institutos públicos, com a alteração operada pelo Decreto-Lei nº 5/2012, de 17 de janeiro, alargou a obrigatoriedade daquela metodologia de recrutamento e seleção, assente em procedimento concursal efetuado pela CReSAP, ao recrutamento e seleção dos titulares dos órgãos de direção dos institutos públicos de regime comum, ainda que com algumas exceções elencadas na referida Lei.

A esta missão acresceu a competência conferida à CReSAP, nos termos do Decreto-lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, para proceder à avaliação curricular não vinculativa sobre a adequação das competências das entidades propostas para o exercício de cargos de gestor público.

A CReSAP tem, assim, **três funções primárias:**

Recrutamento e seleção para cargos de direção superior

A CReSAP estabelece como eixo central da sua intervenção a seleção e recrutamento para cargos de direção superior de 1º e 2º grau na Administração Pública Central, ou equiparados, incorporando o princípio de igual oportunidade e promovendo a meritocracia.

Os seguintes valores constituem os eixos de intervenção da CReSAP:

Mérito – identificar os mais competentes entre os candidatos disponíveis: ninguém será indicado para um cargo sem reunir as necessárias competências. A sua adequabilidade baseia-se na análise das competências necessárias tendo em conta o perfil definido para o cargo, a experiência profissional, o percurso académico, a motivação, capacidades e talento.

Equidade – selecionar com respeito integral dos princípios da Constituição e da Lei. Os processos de seleção procuram, de forma consistente, a objetividade e a imparcialidade.

Abertura – recrutar, atraindo o maior número de candidatos disponíveis no mercado que satisfaçam as exigências do aviso de abertura.

Participação no recrutamento e seleção dos gestores públicos

A CReSAP emite pareceres sobre as personalidades indigitadas para o cargo de gestores públicos, adotando e implementando medidas para assegurar uma seleção mais transparente nos termos da legislação em vigor.

A CReSAP, no âmbito da avaliação curricular e da adequação de perfil da personalidade a propor para o exercício do cargo de gestor público, estabelece como eixos da sua intervenção os seguintes valores:

Mérito – apreciar o currículo e o perfil das personalidades propostas com base em comprovada idoneidade, mérito profissional,

competências e experiência de gestão, bem como sentido de interesse público e habilitação mínima de um grau académico de licenciatura;

Informação – emitir o parecer sobre a adequação de perfil da personalidade proposta pelo membro do Governo com base na informação prestada pelo mesmo sobre a experiência profissional e competências de gestão adequadas às funções do cargo a prover, e existindo autorização prévia da personalidade propostas, tornar público o sentido do parecer;

Transparência e independência – proceder à avaliação curricular e emitir parecer sobre a adequação de perfil da personalidade a propor para exercer o cargo de gestor público de forma transparente, com objetividade e imparcialidade, com base em critérios cuja definição compete à CReSAP, nomeadamente liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e serviço de interesse público, gestão da mudança e inovação, sensibilidade social, experiência profissional, formação académica e formação profissional.

Participação na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas para os quadros de direção superior da Administração Pública

Nos termos da legislação em vigor, a CReSAP apoia a :

- Elaboração, desenvolvimento e execução da política global e setorial para os quadros de direção superior;
- Promoção de atividades de pesquisa e informação tendo em vista a criação de uma bolsa de talentos com o perfil adequado para titulares de cargos de direção superior;
- Definição dos critérios que determinam a fixação e aplicação do vencimento mensal dos gestores públicos;
- Promoção de boas práticas de gestão e ética para titulares de cargos de direção superior na Administração Pública
- Promoção da adoção de princípios orientadores para códigos de conduta para titulares de cargos de direção superior na Administração Pública;

- Cooperação com entidades públicas e privadas de níveis nacional, regional e local em matérias de recrutamento e seleção, boas práticas e códigos de conduta;
- Cooperação com organizações internacionais de âmbito similar.

Visão

A CReSAP aspira a que os cargos de direção superior e de gestores públicos na Administração sejam preenchidos em função exclusivamente do mérito dos seus titulares; mérito que será traduzido através de resultados visíveis pelos cidadãos.

Esta aspiração inspira a CReSAP a identificar, de entre todos os candidatos, os mais aptos e qualificados para liderar a introdução de boas práticas de governo.



1.2 Governação

Em 2015, a Lei nº 128, de 3 de setembro, procedeu à sexta alteração à Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprovava o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, bem como à primeira alteração à Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro, que modificava os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior.

De acordo com os Estatutos, republicados junto com a Lei nº 128/2015, de 3 de setembro, os membros da CReSAP são o presidente, três a cinco vogais permanentes e um vogal não permanentes por cada ministério e respetivos suplentes, em número de dois, e em exercício de funções em órgão ou serviços não coincidente com o vogal, mas integrado na orgânica do mesmo ministério.

O mandato do presidente tem a duração de cinco anos. O mandato dos vogais permanentes tem a duração de quatro anos. Em qualquer dos casos, o presidente e os vogais permanentes são providos, após audição pela Assembleia da República, por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública, em regime de comissão de serviço.

O provimento do Presidente da Comissão deve garantir a alternância de géneros, e o provimento dos vogais permanentes deve assegurar a representação mínima de 33% de cada género

A tomada de posse da atual Comissão Técnica Permanente foi a 16 de maio de 2012.

A Comissão Técnica Permanente



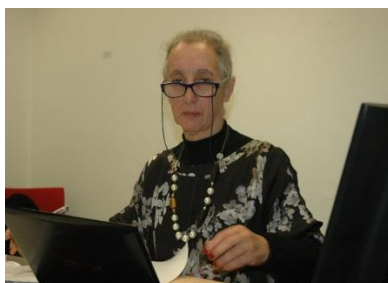
Professor Doutor João
Bilhim, Presidente



Professor Doutor José Luís
Nascimento, Vogal
Permanente



Drª Maria Helena Dias
Ferreira, Vogal Permanente



Professora Doutora
Margarida Proença, Vogal
Permanente

Junto da CReSAP funciona uma bolsa de peritos, composta por 20 a 50 membros; os Estatutos, republicados em 2015, especificam ainda, no seu artigo 2º, nº 6, que 10% da bolsa de peritos é integrada obrigatoriamente por técnicos indicados pela Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, de entre personalidades que nela desenvolvam funções de formação.

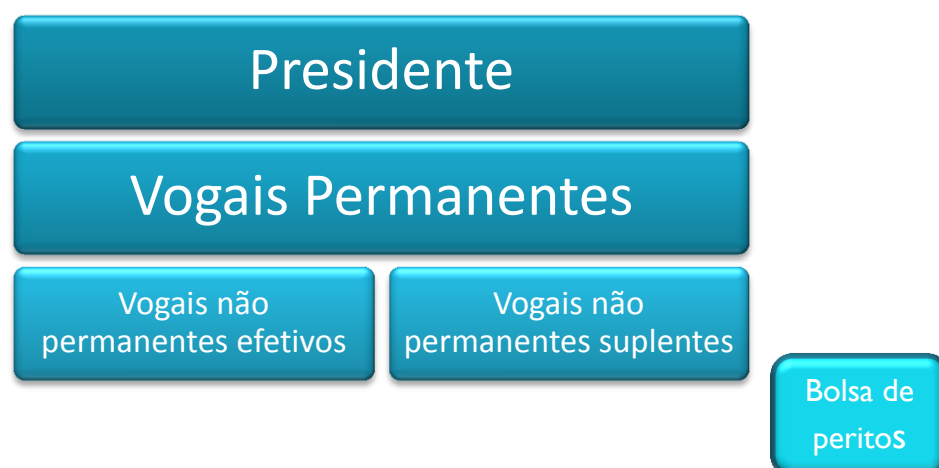
A republicação dos Estatutos da CReSAP, em 3 de setembro de 2015 traduziu-se numa alteração substantiva em termos do organograma da mesma.

Na verdade, onde se entendia que competia ao Presidente da CReSAP representar a mesma, coordenar a sua atividade e assegurar o cumprimento do regulamento interno e das suas deliberações, podendo em reunião plenária de todos os seus membros, serem-lhe delegadas competências adicionais, o artigo 11º-A dos Estatutos da CReSAP passou a estabelecer o seguinte:

“Compete ao Presidente da Comissão:

- a) Dirigir a atividade da Comissão;
- b) Convocar e presidir às reuniões do plenário da Comissão, constituído pelo presidente, pelos vogais permanentes e pelos vogais não permanentes efetivos;
- c) Presidir à comissão técnica permanente, constituída pelo presidente e pelos vogais permanentes;
- d) Representar a Comissão, interna e externamente;
- e) Exercer as responsabilidades de gestão da Comissão, nomeadamente nas áreas financeira e administrativa;
- f) Exercer as competências que não estejam expressamente cometidas a outros órgãos da Comissão”.

Figura 1. Composição e Organograma da CReSAP



Em 2015, foi mantida a subdelegação de competências na vogal permanente, Prof^a Margarida Proença, nomeadamente a competência para a prática de todos os atos necessários ao normal funcionamento da CReSAP no âmbito da gestão de recursos humanos, financeiros, materiais e patrimoniais, nos termos do Despacho n.º 11673/2012, de 29 de maio, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, em particular:

- Autorizar a abertura de procedimentos, bem como demais atos subsequentes, com a aquisição de bens, de serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como outorgar os instrumentos contratuais que sejam legalmente exigíveis, nos termos da lei;
- Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;
- Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os trabalhadores em funções públicas tenham direito, nos termos da lei;
- Autorizar a inscrição e participação em congressos e outras reuniões semelhantes que decorram em território nacional quando importem, ou não, custos para o serviço, bem como deslocações em serviço;
- Autorizar dentro dos limites estabelecidos pelo respetivo orçamento anual a transferência de verbas, a constituição de

fundos permanentes nos limites e condições fixadas pelo Ministério das Finanças;

- Aprovar a conta de gerência;
- Autorizar a constituição de fundos permanentes das dotações do respetivo orçamento, nos limites legais, bem como despesas eventuais de representação do serviço;
- Autorizar o processamento de despesas cujas faturas tenham entrado além do prazo regulamentar;
- Autorizar o gozo e acumulação de férias e o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença.

A CReSAP reúne ordinariamente uma vez por trimestre, e extraordinariamente sempre que seja considerado necessário pelo presidente, podendo os vogais não permanentes fazerem-se substituir pelos respetivos suplentes.

Nos termos do artº. 20º do Despacho nº 14678/2015, de 11 de dezembro, que procedeu à republicação do Regulamento Interno da CReSAP, é elaborado um relatório anual sobre a sua atividade, a aprovar em plenário, devendo posteriormente ser enviada à Assembleia da República.

Os vogais não permanentes da CReSAP, um por cada ministério, e respetivos suplentes, que por força da revisão dos Estatutos da CReSAP, publicados a 3 de setembro de 2015, passaram a ser dois por ministério, são designados de entre trabalhadores em funções públicas com reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade tenha sido exercida, preferencialmente na área dos recursos humanos. Os agora dois suplentes, por ministério, dos vogais não permanentes, são designados de entre trabalhadores em exercício de funções públicas em órgão ou serviço não coincidente com o do vogal, mas integrado na orgânica do mesmo ministério.

A designação dos vogais não permanentes da CReSAP e respetivos suplentes compete ao membro do Governo responsável pela área

da Administração Pública e aquele que detenha o poder de direção, superintendência ou tutela sobre o serviço ou órgão a que se encontram vinculados, e é feita por um período de três anos.



Dada a cessação de funções, por força da lei, de diversos vogais não permanentes, bem como de peritos, entre outros motivos, foram sendo publicados diversos despachos, ao longo de 2015, com as respectivas alterações, consoante os Ministérios em causa. Na generalidade dos casos, foram designadas novas personalidades com efeitos produzidos a 1 de maio de 2015.

- Despacho nº 1952-A/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 38, a 24 de fevereiro (Ministério dos Negócios Estrangeiros);
- Despacho nº 4372/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 84, a 30 de abril (Ministério da Justiça);
- Despacho nº 5253/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 98, a 21 de maio (Ministério da Justiça);
- Despacho nº 6709/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 116, a 16 de junho (Ministério da Saúde);
- Despacho nº 6479/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 112, a 11 de junho (Ministério da Educação e Ciência);
- Despacho nº 6551/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 113, a 12 de junho (Presidência do Conselho de Ministros);
- Despacho nº 6773/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 116, a 17 de junho (Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social);

- Despacho nº 6905/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 119, a 22 de junho (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia);
- Despacho nº 7865/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 137, a 16 de julho (Ministério da Defesa Nacional)
- Despacho nº 8263/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 146, a 29 de julho (Ministério da Agricultura e do Mar);
- Despacho nº 7865/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 137, a 16 de julho (Ministério da Defesa Nacional)

Apresenta-se de seguida a listagem dos vogais não permanentes da CReSAP nos termos dos despachos referidos, em data reportada a 31 de dezembro de 2015.

Vogais não permanentes da CReSAP (efetivos)

Carlos José de Sousa Mendes, Ministério da Justiça, Secretário-Geral;

Eduardo Albano Duque Correia Diniz, Ministério da Agricultura e do Mar, Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral;

Eduardo Cardeano Monteiro Pereira, Presidência do Conselho de Ministros, técnico superior da Secretaria-Geral;

Eugénio Manuel de Lima Antunes, Ministério das Finanças, Vogal do Conselho Diretivo da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.).

Fernando d'Orey de Brito e Cunha Figueirinhas, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Conselheiro de Embaixada - pessoal diplomático;

Francisco Armando e Sousa de Almeida Marques, Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, Vogal da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP;

José Manuel de Matos Passos, Ministério da Educação e Ciência, Diretor-Geral da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira;

Nuno Maria Herculano de Carvalho Pinheiro Torres, Ministério da Defesa Nacional, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional;

Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás, Ministério da Economia, Secretária-Geral;

Nuno Sanchez Lacasta, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;

Rui Santos Ivo, Ministério da Saúde, Presidente do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.;

Apresenta-se de seguida a listagem dos vogais não permanentes da CReSAP, suplentes, nos termos dos despachos referidos, em data reportada a 31 de dezembro de 2015.

Vogais não permanentes da CReSAP (suplentes)

Henrique José da Silva Castanheiro Macedo, Ministério da Defesa Nacional, Subdiretor-Geral da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional;

Álvaro Santos Almeida, Ministério da Saúde, Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte, IP;

João António de Sampaio Rodrigues Queiróz, Ministério da Educação e Ciência, Diretor-Geral, Direção-Geral do Ensino Superior;

João Paulo do Rosário Ribeiro Lima, Ministério da Agricultura e do Mar, vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, IP;

Lénia Maria de Seabra Real, Ministério dos Negócios Estrangeiros, técnica superior da Direção-Geral dos Assuntos Europeus;

Maria do Céu Costa Bogalho Mendes, Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, Diretora do Centro Distrital de Leiria;

Maria Joana Andrade Ramos, Ministério das Finanças, Diretora-Geral da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Nuno Miguel Banza, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Subinspetor-Geral da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

Susana Antas Fernandes Videiro Branco, Ministério da Justiça, Diretora-Geral da Política da Justiça;

Samuel Costa Lopes do Rego, Presidência do Conselho de Ministros, Subdiretor-Geral do Património Cultural;

Junto da CReSAP funciona uma bolsa de peritos, composta por 20 a 50 membros, designados de entre trabalhadores em funções públicas, com reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, que apoia a Comissão em matérias técnicas específicas, e

participa nos júris de procedimentos concursais para cargos de direção superior na Administração Pública.

Procura-se dessa forma reforçar a cooperação institucional com a administração na promoção da meritocracia, e permitir um debate mais aprofundado sobre a dimensão estratégica do recrutamento e seleção; de acordo com a Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, art 19º, alínea d) , republicada pela Lei nº 64/2011 de 22 de dezembro, em Diário da República, 1ª série, nº 244 , os júris a quem cabe a seleção dos candidatos a cargos de direção superior integram peritos (um por cada) cooptados de uma bolsa de peritos que funciona junto da Comissão, desde que estejam em exercício de funções em órgão ou serviço integrado na orgânica do ministério a que respeita o procedimento concursal, sendo embora que não podem participar nos procedimentos concursais dos órgãos ou serviços a que eventualmente pertencerem.

Os peritos que integraram inicialmente a bolsa foram designados através da Resolução do Conselho de Ministros nº 27/2012, publicada em Diário da República, 2ª série, nº 144, em 26 de Julho, sob proposta da Comissão, pelo período de um ano, renovável até ao limite de três anos. Nesses termos, em 2015, foi necessário proceder à substituição de um número significativo dos peritos.

Apresenta-se de seguida a listagem das personalidades integradas na bolsa de peritos, nos termos dos despachos já referidos, em data reportada a 31 de dezembro de 2015.

Bolsa de Peritos, CReSAP

Abílio Marcelo Marinho de Castro, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Diretor do Departamento de Recursos Humanos do Instituto da Segurança Social;

Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Vice-Presidente da

Agência Portuguesa do Ambiente. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Álvaro Almeida dos Santos, Ministério da Educação e Ciência, Diretor da Escola Secundária Doutor Joaquim Gomes Ferreira Alves, Valadares;

Álvaro Davide Esteves Pires, Ministério da Justiça, Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Recursos Financeiros, Patrimoniais e Tecnológicos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Ana Teresa Pinheiro dos Santos Diogo Perez, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Vogal do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente;

Anabela Rodrigues da Silva, Ministério da Economia e Emprego, técnica superior da Direção-Geral das Atividades Económicas;

António da Costa Dieb, Presidência do Conselho de Ministros, Presidente da Comissão de Coordenação e do Desenvolvimento Regional do Alentejo;

Carlos Jorge Oliveira Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Diretor de Serviços de Combustíveis, da Direção-Geral de Energia e Geologia;

Carmina Gonçalves Pinto Fanico, Ministério da Defesa Nacional, Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional;

Claúdia Sofia Fernandes Monteiro, Ministério da Saúde, Diretora de Serviços de Gestão, Informação, Relações Públicas e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde; As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Fernando José Ramos Lopes de Almeida, Ministério da Saúde, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

João Manuel Santos Vieira, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Diretor de Serviços do Instituto da Habitação e

da Reabilitação Urbana, I.P. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

João Manuel Queiróz Faria de Oliveira Batista, Ministério da Educação e Ciência, Subdiretor-Geral da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência;

José António Vilar de Jesus, Ministério da Defesa Nacional, Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional;

José Carlos da Silva Pereira, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Diretor de Serviços, Direção-Geral de Energia e Geologia. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

José Manuel Passos, Ministério da Educação e Ciência, Diretor-Geral, Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

José Vitor dos Santos Duarte, Ministério da Educação e Ciência, Diretor-Geral da Direção-Geral da Educação;

Lourenço António Lopes Torres, Ministério da Justiça, Diretor de Serviços da Direção de Serviços Jurídicos e de Cooperação Judiciária Internacional, da Direção-geral da Administração da Justiça;

Luís Miguel Bernardo Farrajota, Ministério da Educação e Ciência, Subdiretor-Geral da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira;

Luís Rafael Leite Inácio Margalhau Nunes, Ministério da Saúde, vogal do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.;

Luísa Conceição Rodrigues Esmeriz, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Diretora de Serviços da Direção-Geral do Território. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Maria Antónia Prazeres Pereira, Ministério das Finanças, Chefe de Equipa Multidisciplinar da Inspeção-Geral das Finanças. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Maria Asensio Menchero, Ministério das Finanças, Investigadora Principal da carreira de investigação científica do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Maria da Assunção Crespo Abranches de Soveral, Presidência do Conselho de Ministros, técnica superior assessora da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P;

Maria Cristina Torres de Eckenroth Guimarães Ramos Moreira, Presidência do Conselho de Ministros, Diretora de Serviços da Comissão de Coordenação e do Desenvolvimento Regional do Norte;

Maria Helena Louro dos Santos, Ministério da Justiça, Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça;

Maria da Purificação Cavaleiro Afonso Pais, Ministério da Educação e Ciência, Secretária-Geral Adjunta do Ministério da Educação e Ciência;

Maria do Rosário Casa Nova Leitão, Ministério da Defesa Nacional, Inspeção-Geral da Defesa Nacional;

Maria Teresa Lourenço da Silva Leal Ferreira, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, coordenadora do Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana;

Paula Isabel Duarte Marcelino, Ministério da Justiça, Diretora do Departamento de Identificação Civil do Instituto dos Registos e do Notariado, IP;

Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves, Ministério da Economia, Diretor-Geral do Gabinete de Estratégia e Estudos;

Rui Manuel Lopes dos Santos, Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e Institucionais da Direção-Geral da Segurança Social;

Rui Alberto Pereira Maeiro, Ministério da Administração Interna, técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Susana Cristina Lourenço de Paiva, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Secretária do Conselho Diretivo do Instituto de Segurança Social, I.P.; as suas funções foram renovadas por mais um ano.

Dada a significativa renovação em termos de vogais não permanentes e de peritos, procedeu-se a três sessões de formação, de curta duração, das quais a última a 16 de dezembro de 2015, com o objetivo de apresentar e discutir os procedimentos de recrutamento e seleção adotados pela CReSAP.



A todos os **vogais não permanentes** e **peritos** que apoiaram a CReSAP até maio de 2015, e que por razões de natureza diversa foram substituídos, aqui ficam os maiores agradecimentos pela disponibilidade e pela excelência da colaboração que sempre apresentaram:

Alberto António Rodrigues Coelho, Ministério da Defesa Nacional, Diretor-Geral da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho, Presidência do Conselho de Ministros, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Estatística, I.P.;

Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente;

Alice Maria Teixeira de Oliveira, Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, Diretora do Departamento de Recursos Humanos do Instituto de Segurança Social, I.P;

Anabela Rodrigues da Silva, Ministério da Economia e Emprego, técnica superior da Direção-Geral das Atividades Económicas;

Ana Isabel Fernandes, Ministério da Defesa Nacional, Diretora de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

Ana Maria Vicente da Silva Horta, Ministério da Justiça, Diretora do Departamento de Gestão Financeira, Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça I.P.;

António Frederico Sousa Cid de Sousa Falcão, Ministério da Agricultura e do Mar, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Vinha e do Vinho, I.P. ;

António José Mata Simões, Ministério das Finanças, Diretor de Serviços da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público;

António José Santos Carvalho, Ministério da Administração Interna, Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Armando Miguel Perez de Jesus Sequeira, Ministério da Agricultura e do Mar, Diretor-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;

Carla Clementina Ventura Alves Freire, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Técnica Superior da Direção de Serviços dos Assuntos Jurídicos da Direção-Geral dos Assuntos Europeus;

Célia Maria de Viveiros e Sá e Santos, Ministério da Educação e Ciência, Subdiretora-Geral da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira;

Cláudia Fernandes Carvalho, Ministério da Educação e Ciência, Diretora de Serviços de Emprego e das Relações de Trabalho da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência;

Cristina Maria Cunha Santos, Ministério da Defesa Nacional, técnica superior da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;

Cristina Maria Lopes da Silva, Ministério da Justiça, Subdiretora-Geral da Direção-Geral da Administração da Justiça;

Emília da Glória Silva dos Santos, Ministério da Justiça, Coordenadora do Setor de Apoio Jurídico e Processamento de Remunerações do Instituto dos Registos e Notariado, I.P.;

Isabel Costa Ramos, Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, Secretária-Geral Adjunta;

João Manuel Rijo da Fonseca Ribeiro, Ministério da Agricultura e do Mar, Diretor-Geral, Direção-Geral da Política do Mar. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

João Manuel Santos Vieira, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Diretor de Serviços do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. ;

João Santiago Leão Ponce Dentinho, Ministério da Economia e Emprego, vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (INCI);

José Carlos da Silva Pereira, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Diretor de Serviços, Direcção-Geral de Energia e Geologia;

José Manuel Passos, Ministério da Educação e Ciência, Diretor-Geral, Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira;

José Maria Belo de Sousa Rego, Presidência do Conselho de Ministros, Secretário-Geral;

José Santos Soeiro, Presidência do Conselho de Ministros, Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.;

José Vitor dos Santos Duarte, Ministério da Educação e Ciência, Diretor-Geral da Direção-Geral da Educação;

Lisdália Maria Bairras Amaral Portas, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Subinspetora-Geral da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

Luís de Ascensão Correia Galego, Ministério da Defesa Nacional, técnico superior da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;

Luís Bruno Dimas Fernandes, Ministério da Agricultura e do Mar, Subdiretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral;

Luís Cecílio Vidal Gonçalves, Ministério da Justiça, técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Luísa da Conceição dos Santos de Canto e Castro de Loura, Ministério da Educação e Ciência, Diretora-Geral, Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência;

Luísa de Jesus Curvelo Pacheco, Ministério dos Negócios Estrangeiros, técnica superior da Direção-Geral dos Assuntos Europeus;

Manuel João Alves, Ministério da Administração Interna, Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Polícia de Segurança Pública;

Maria Antónia Prazeres Pereira, Ministério das Finanças, Chefe de Equipa Multidisciplinar da Inspeção-Geral das Finanças;

Maria Elisabete Afoito Ramos Leal Lopes, Ministério da Administração Interna, técnica superior principal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;

Maria de Fátima Abrantes Duarte, Presidência do Conselho de Ministros, Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;

Maria Joana Andrade Ramos, Ministério das Finanças, Diretora-Geral da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Maria José Mesquita Lopes Carujo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, técnica superior da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas;

Maria José Teixeira de Moraes Pires, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministra Plenipotenciária de 1º classe, Direção-Geral dos Assuntos Europeus;

Maria Margarida Ortigão de Almeida Sampaio Ramos, Presidência do Conselho de Ministros, Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas;

Maria do Rosário Lagarto Pereira, Ministério da Justiça, Diretora de Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Maria Teresa da Piedade Moreira, Ministério da Economia e do Emprego, Diretora-Geral da Direção-Geral do Consumidor;

Olga Maria Macedo Calixto Moraes, Ministério da Administração Interna, Diretora dos Serviços de Regulação e Recenseamento dos Bombeiros, da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

Pedro Emanuel Ventura Alexandre, Ministério da Saúde, vogal do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde;

Pedro Jorge de Almeida Ferreira, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Departamento de Organização e Gestão de Pessoas;

Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves, Ministério da Economia, Diretor-Geral do Gabinete de Estratégia e Estudos;

Rosa Maria Simões da Silva, Presidência do Conselho de Ministros, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.;

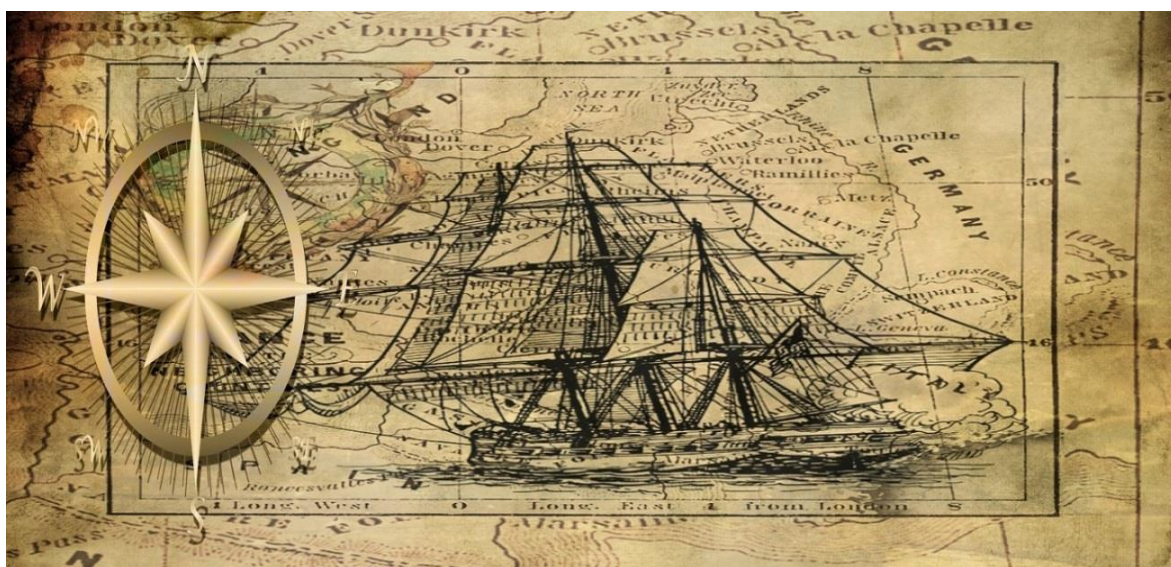
Rui Alberto Pereira Maeiro, Ministério da Administração Interna, técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;

Rui Manuel de Freitas Corrêa de Mello, Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;

Rui Nuno Almeida Dias Fernandes, Ministério da Agricultura e do Mar, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP;

Sandra Maria Pereira Rebelo do Carmo Parreira de Figueiredo Neto, Ministério da Saúde, Coordenadora da Unidade de Regimes de Trabalho e Exercício Profissional da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.;

Sandra Paula Nunes Cavaca Saraiva de Almeida, Ministério da Saúde, Secretária-Geral.

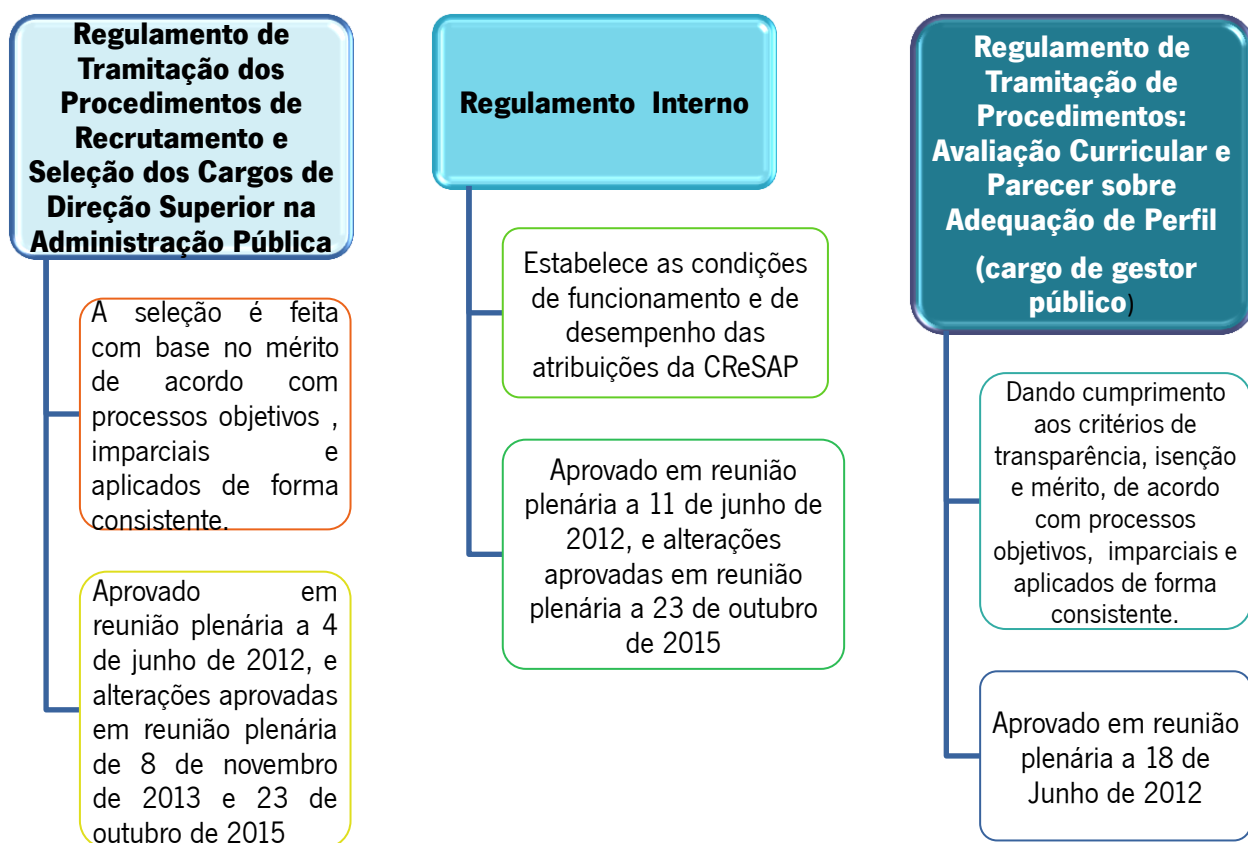


1.3 Regulamentação

No quadro das suas competências, e conforme o estabelecido no art.º 12º dos seus Estatutos, a CReSAP elabora, e revê quando necessário, os regulamentos necessários à boa execução das suas funções.

Em 2015, e por força das alterações no quadro legal, procedeu-se a alterações aos Regulamentos Interno e de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção, em qualquer dos casos aprovadas em reunião plenária de 23 de outubro.

Figura 2. CReSAP, Regulamentação



O Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção de Cargos de Direção Superior na Administração Pública foi republicado em Diário da República, 2ª série, nº 242, de 11 de dezembro de 2015 (Despacho nº 14677/2015).

O artº. 7º do Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção de Cargos de Direção Superior na Administração Pública, referente à publicitação, passou a estabelecer no seu ponto 3,

”A promoção das publicitações previstas no ponto anterior é assegurada pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças”.

No art. 8º do mesmo Regulamento, referente aos métodos de seleção, passou a definir-se que:

“Os métodos de seleção incluem obrigatoriamente a avaliação curricular, e para os melhores classificados na avaliação curricular, a entrevista de avaliação, a qual será obrigatória para todos os candidatos a apresentar ao membro do Governo, bem como para todos os candidatos admitidos, no caso de se justificar a repetição do aviso de abertura do procedimento, por não haver um número suficiente de candidatos a apresentar ao membro do Governo, podendo em aviso de abertura ainda serem estabelecidos outros métodos de seleção”.

A este propósito, cabe notar que o artº. 11º, alínea e) da Lei nº 128/2015, de 3 de Setembro, indica que compete à CReSAP:

“promover atividades de pesquisa e de confirmação de competências relativamente a personalidades que apresentem perfil adequado para as funções de cargos de direção superior na Administração Pública”.

O artº. 11º do Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção de Cargos de Direção Superior na

Administração Pública, referente á aplicação faseada dos métodos de seleção, estipula agora que:

- “1. Em resultado da avaliação curricular, o júri decidirá quais os candidatos habilitados à fase de entrevista curricular, devendo ser, em princípio, um número mínimo de seis candidatos.
2. A escolha dos candidatos referidos no número anterior é efetuada de acordo com a classificação obtida no conjunto dos critérios referidos no nº2 do artº. 6º deste Regulamento.
3. Os candidatos selecionados para a realização da entrevista de avaliação são convocados através do endereço eletrónico indicado na candidatura, com cinco dias de antecedência em relação á data estabelecida para a entrevista de avaliação”.

O artº. 15º do referido Regulamento, republicado a dezembro de 2015 estabelece no que se refere ao funcionamento do júri, que:

- “1. Os júris funcionam na sede da CReSAP.
2. O júri delibera com a participação efetiva de todos os seus membros, devendo as respetivas deliberações, quando tomadas por maioria, ser sempre por votação nominal.
3. As deliberações do júri devem ser fundamentadas e registadas por escrito, podendo os candidatos ter acesso, nos termos da lei, ás atas.
4. Junto de cada júri existe um secretário técnico que apoia o mesmo e assegura a gestão processual do procedimento concursal.”

Por outro lado, de acordo com o artº. 18º revisto, passa a ficar especificado que:

- “1. O prazo de apresentação de candidaturas é de dez dias úteis, contados da data de publicitação do procedimento na plataforma eletrónica da CReSAP.
- 2-Os titulares dos cargos de direção imediatamente inferiores àqueles para que foi aberto o procedimento concursal no Diário da República, deverão proceder à apresentação da respetiva candidatura, nos termos e prazos dos restantes candidatos”.

Finalmente, o artº. 23º, no seu nº5, passou a chamar a atenção para o facto de que o

“dever de sigilo comporta, designadamente , a obrigação de não divulgação pública dos factos, circunstâncias e critérios do júri, bem como a identidade dos candidatos até à decisão final de designação”.

Note-se que este último artigo transpõe o estabelecido no artº. 15º, nº2, da Lei 128/2015, de 3 de Setembro.



Por deliberação da CReSAP, reunida em plenário a 23 outubro de 2015, foram aprovadas as alterações ao Regulamento Interno, conforme o Despacho nº 14678/2015, de 11 de dezembro, que a seguir se reproduzem.

No que se refere às competências, o artº 4º, nº2, alínea b) estabelece que:

“através da sua Comissão Técnica Permanente, compete-lhe avaliar os currículos e a adequação ao cargo de gestor público das personalidades a que respeita a proposta de designação por parte dos membros do Governo responsáveis pela área das Finanças e pelo respetivo sector de atividade, bem como pelos indivíduos cujo provimento, em cargo de direção superior da administração pública, possa ser por escolha do membro do Governo competente, nos

termos do nº 9º do art.19º do Estatuto do Pessoal Dirigente, na versão da Lei nº 128/2015, de 3 de Setembro.”

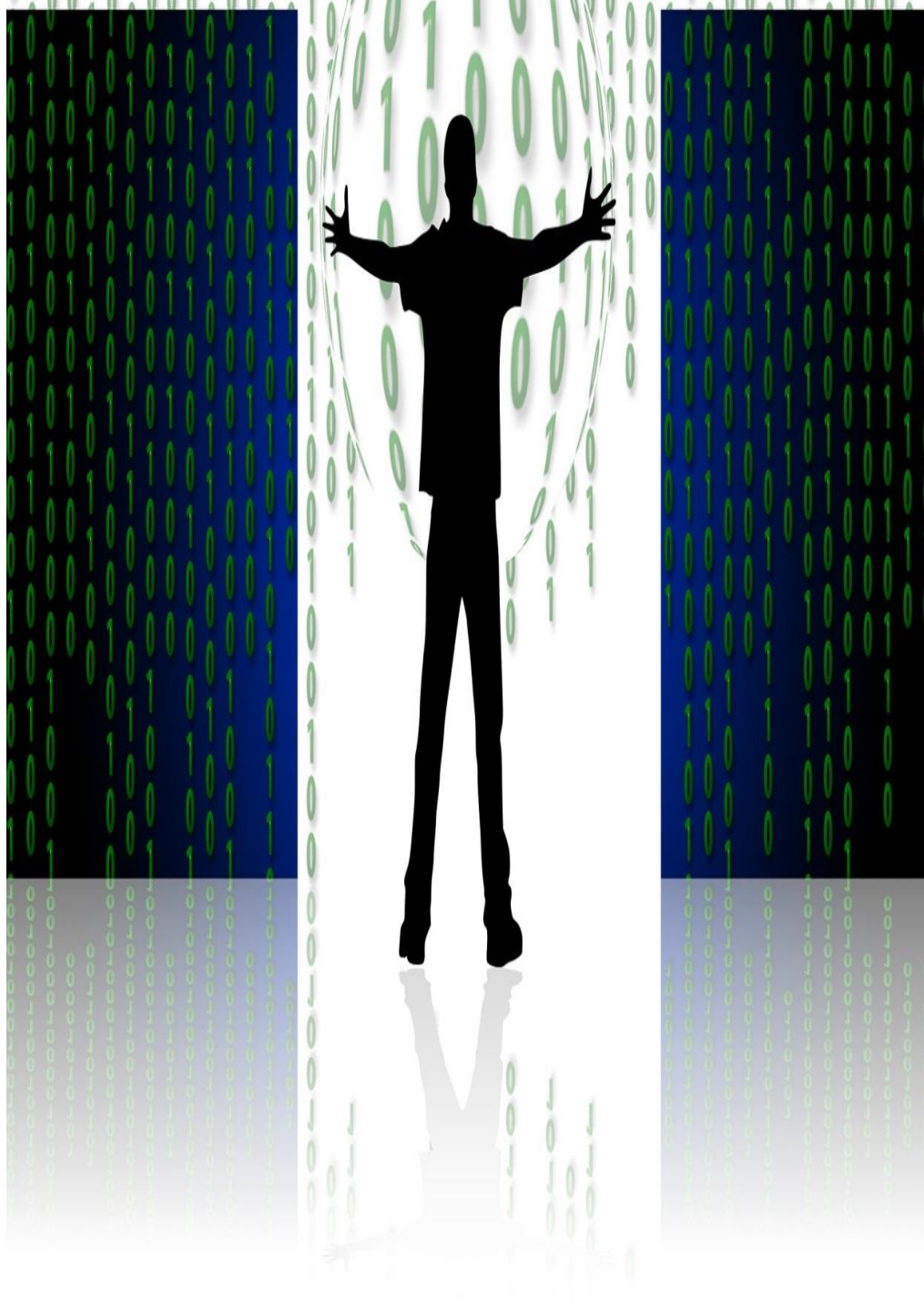
Para além da alteração nas competências do Presidente da CReSAP (artº. 10º), já listadas na página 16, bem como a obrigatoriedade de aprovar e remeter anualmente um relatório de atividades à Assembleia da República (art.20º), a atual versão do Regulamento Interno republicado a 11 de dezembro de 2015, indica no seu artº. 15º, nos termos da Lei nº 128/2015, que:

“O normal funcionamento da CReSAP conta com os seguintes serviços de apoio:

- a) O Secretariado;
- b) A Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, que assegura o apoio administrativo necessário;
- c) A Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) prestam apoio técnico e operacional à CReSAP, sempre que solicitado”.



II. PRINCÍPIOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO



Temos de nos tornar na mudança que queremos ver.

Ghandi

2.1 Introdução

O reconhecimento da importância do mérito não é, de forma alguma, novo; o modelo burocrático de Weber ¹ chamava já a atenção para a relevância da competência técnica e da meritocracia na seleção dos funcionários. Nos seus termos, o recrutamento deveria basear-se em informações objetivadas por testes ou exames em concursos, e a seleção em critérios de avaliação e classificação válidos para toda a organização. Desta forma, as competências, as capacidades, o mérito da pessoa face ao cargo em concurso deveriam substituir-se a critérios arbitrários ou subjetivos, sublinhando a imparcialidade do funcionalismo público ainda que, com o tempo, se tenha evoluído no sentido de uma crescente politização.

A Nova Gestão Pública² veio propor uma perspetiva do serviço público assente na eficiência, nos resultados e na qualidade do serviço prestado aos cidadãos entendidos enquanto clientes. Advogado como um novo paradigma de gestão pública difundido à escala global, ainda que porventura se venha cada vez mais reconhecendo como dependente da cultura, da história ou da maturidade socioinstitucional³ de cada país, a sua influência contribuiu decisivamente para a valorização do mérito e do desenvolvimento de competências no processo de recrutamento e seleção de forma a convergir com o praticado no setor privado. Assumindo que os indivíduos colocam como objetivo a maximização das preferências pessoais e na linha do modelo do principal-agente, a Nova Gestão Pública preconiza a necessidade de monitorizar o desempenho dos funcionários incorporando incentivos, privilegiando assim a discrição profissional ao controlo burocrático, no

¹ Max Weber (1905) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Editorial Presença, Lisboa (ed. 1983).

² Vd. entre muitos outros, Christopher Hood (1991) "A public management for all seasons", *Public Administration*, vol. 69, vol.1, pp.3-19.

³ Usa-se aqui, livremente, a terminologia de Kim e Hong (2006) "Searching for effective HRM reform strategy in the public sector :critical review of WPSR 2005 and suggestions", *Public Personnel Management*, vol. 35, nº3, pp. 199-216 .

quadro do reforço do papel da democracia representativa através de novos instrumentos de consulta e audição dos cidadãos⁴.

Os modelos de governação⁵ têm vindo a centrar as suas preocupações sobre a transparência e a prestação pública de contas, promovendo a perceção das vantagens da construção de redes entre o Estado, os cidadãos e as empresas, capazes de envolver todos na provisão e na governação dos serviços públicos. Trata-se também de “criar valor público”⁶ adaptando os conceitos básicos da estratégia empresarial ao setor público, cuja relevância resulta das alterações demográficas, do aprofundamento da globalização, do profundo impacto das tecnologias da comunicação e da informação, e do atual contexto de crise económica e financeira. Neste contexto, cabe aos dirigentes na funcionalismo público serem líderes, informados, imparciais do ponto de vista político, mas socialmente responsáveis.

Na linha do sugerido por diversos *World Public Sector Reports* (2005, 2008, 2010) considera-se que a qualidade dos funcionários públicos - os seus conhecimentos, capacidades, competências e atitudes⁷ - pode contribuir, de forma significativa, para a confiança nos governos. O recrutamento baseado no mérito (“a melhor pessoa para a função”) reflete o compromisso com os valores fundamentais do serviço público, é valorizado enquanto garantia ética e baluarte contra a corrupção na gestão da coisa pública e permite a promoção dos valores da eficiência e eficácia, devendo caber a liderança institucional a indivíduos com experiência, conhecimentos e capacidades adequados, sublinhando a importância de conceitos como motivação, colaboração, orientação estratégica, desempenho, prestação de contas, sensibilidade social e orientação para o serviço público bem como abertura à inovação. Os procedimentos de recrutamento e seleção deverão caber a entidades independentes, como a CReSAP de modo a garantir objetividade e neutralidade.

⁴ Pollit Y Bouckaert, (2004). *Public Management Reform: A Comparative Analysis*, Oxford University Press

⁵ Vd., entre outros, os trabalhos do *Banco Mundial* (1994) “Governance : the World Bank’s Experience” ; *Banco Mundial* (2000) “Broadening our approach: empowering our clients and fostering accountability” in Stephen Osborne (2010) *The New Public Governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance*, Routledge.

⁶ Mark Moore (1995) *Creating Public Value : Strategic Management in Government*, Harvard University Press: Cambridge, MA.

⁷ World Public Sector Report 2010, Nações Unidas, pg.73

2.2 Dirigentes superiores

O “Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e órgãos da Administração central, local e regional do Estado”, com as alterações imposta pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro e pela Lei nº 128/2015, de 3 de setembro, veio estabelecer para o recrutamento dos titulares dos cargos de direção superior, de 1º e 2º grau, um procedimento concursal a levar a cabo pela Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública (CReSAP), mediante solicitação formulada pelo Ministro respetivo, e de acordo com o previsto nos seus artigos 18º e 19º.

A isto acresce que a “Lei-Quadro dos Institutos Públicos” com a alteração operada pelo Decreto-Lei nº 5/2012, de 17 de janeiro, alargou este mesmo regime aos Conselhos Diretivos dos Institutos Públicos de regime comum, que passaram a incorporar subsidiariamente aquele estatuto, nomeadamente no que respeita ao seu recrutamento por via concursal, a cargo da CReSAP e mediante solicitação ministerial.

No entanto, algumas entidades públicas estão excecionadas da aplicação do referido estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado. Nestes termos, as regras aplicáveis no recrutamento e seleção dos titulares de cargos de direção superior de 1º e 2º grau excecionam⁸ :

- ✿ Cargos dirigentes dos órgãos e serviços de apoio ao Presidente da República, Assembleia da República e tribunais;
- ✿ Cargos dirigentes das Forças Armadas, forças e serviços de segurança dos órgãos públicos que exercem funções de segurança interna, serviços do Sistema de Informações da República Portuguesa e do serviço com a missão de assegurar a gestão do sistema prisional;

⁸ Vd. Decreto-Lei nº 5/2012, de 17 de janeiro, e Bilhim, 2012. “O mérito nos processos de seleção da alta direção da administração pública portuguesa: mito ou realidade”, in *Sequência*, vol. 33, nº 65, pp.62-63.

- ✚ Cargos dirigentes dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino;
- ✚ Cargos dirigentes dos órgãos de gestão dos estabelecimentos do setor público administrativo da saúde;
- ✚ Cargos dirigentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros que tenham de ser providos por pessoal da carreira diplomática, ou para cujo provimento tenha sido escolhido pessoal dessa mesma carreira;
- ✚ Cargos dirigentes integrados em carreiras.

A Lei nº 128/2015, de 3 de Setembro, introduziu uma exigência adicional. Com efeito, o artº. 19º, nos nºs 4 e 5º, estabelece que :

“4- Os titulares dos cargos de direção imediatamente inferiores àquele para que foi aberto o procedimento concursal, que se encontrem em funções no respetivo serviço ou órgão, na data da publicitação referida no n.º 2, são automaticamente incluídos na lista de candidatos, desde que cumpram os requisitos previstos no artigo anterior.

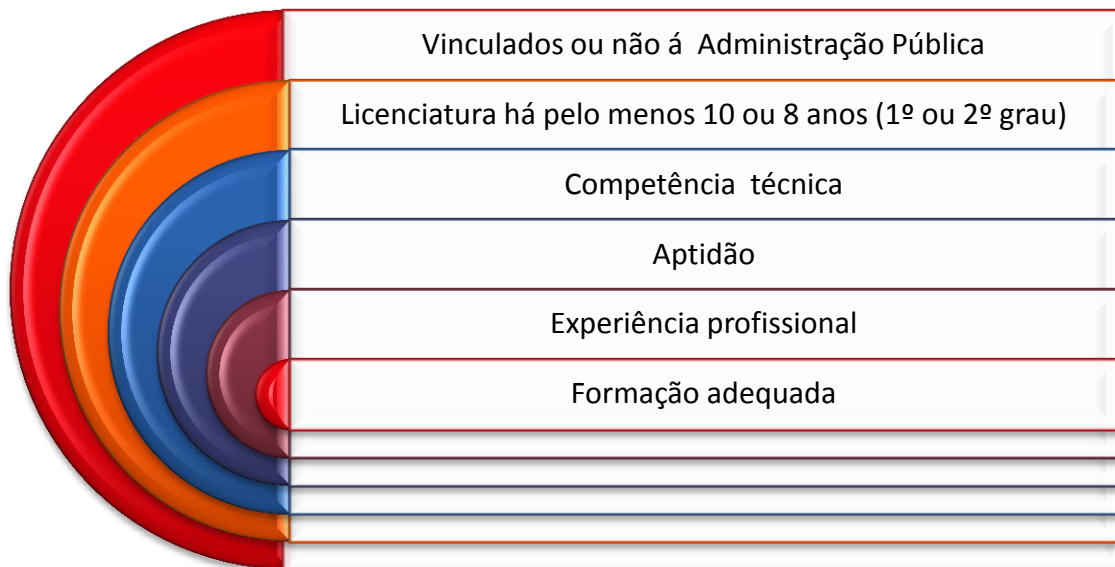
5- Os titulares dos cargos referidos no número anterior podem até à realização da entrevista, solicitar ao júri a sua exclusão da lista de candidatos”

De acordo com o Regulamento de Tramitação dos Procedimentos Concursais da CReSAP, os titulares dos cargos referidos no art. 19º da Lei nº 128/2015, terão de proceder à apresentação da respetiva candidatura, nos termos e prazos dos restantes candidatos .

Requisitos para o provimento

Os requisitos para o provimento, bem como os critérios de seleção foram definidos na Lei nº 6/2011, e posteriormente alterados pela Lei nº 128/2015, de 3 de setembro.

Figura 3. Requisitos para o provimento



Iniciativa do Procedimento Concursal

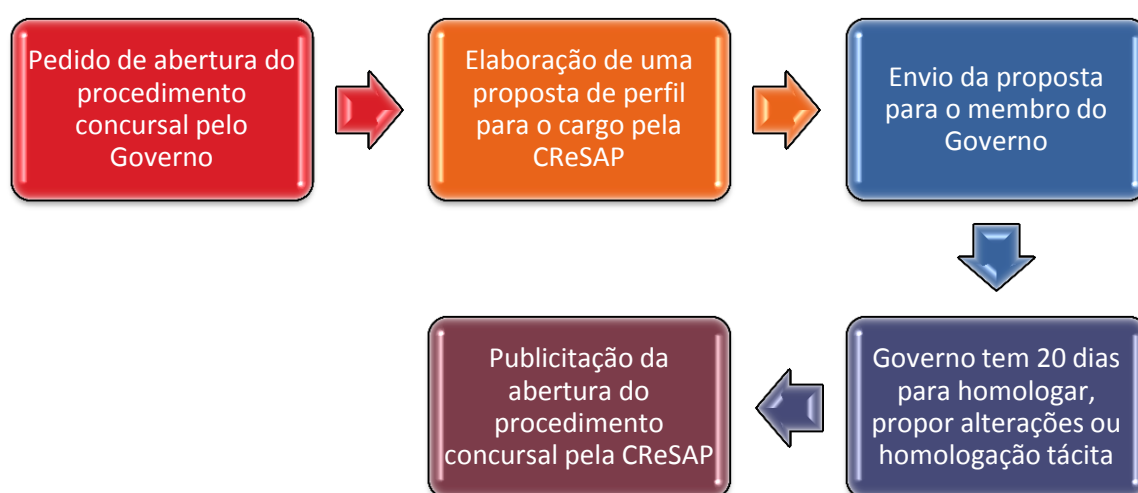
A Lei nº 128/2015, de 3 de Setembro, introduziu alterações significativas no que diz respeito aos procedimentos iniciais de seleção e recrutamento de titulares de cargos de direção superior.

Assim, nos termos do seu artº. 18º:

1. A iniciativa do procedimento concursal compete ao membro do Governo com poder de direção ou de superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher;
2. Nesse âmbito, o membro do Governo deverá identificar:
 - ❖ As competências do cargo de direção a prover, caracterizando o mandato de gestão e as principais responsabilidades e funções que lhe estão associadas;
 - ❖ A respetiva carta de missão.

3. A CReSAP elaborará então uma proposta de perfil de competências do candidato a selecionar, designadamente com:
- ❖ Explicitação das qualificações académicas exigíveis;
 - ❖ Explicitação da experiência profissional exigível;
 - ❖ Explicitação das competências de gestão e de liderança recomendáveis para o exercício do cargo.
4. Caberá posteriormente à CReSAP remeter ao respetivo membro do Governo a proposta de perfil em causa, que terá então um prazo de 20 dias para homologação ou alteração, fundamentando. Findo o prazo, poderá haver lugar a aprovação tácita.
5. O aviso respeitante ao edital de abertura de concurso poderá finalmente seguir para publicação em Diário da República, e divulgação integral no *site* da CReSAP.

Figura 4. Esquema global dos procedimentos iniciais



No desenvolvimento do seu trabalho, a CReSAP apoia-se em técnicas de medida utilizadas para desenhar o perfil pessoal e o perfil do cargo, nomeadamente numa construção metodológica conhecida como *Personal Profile Analysis (APP)*, aplicada por uma empresa de consultoria em recursos humanos, a *Thomas International*, com reconhecida consistência e validade preditiva.

A metodologia em causa baseia-se fundamentalmente na abordagem teórica de W.M. Marston⁹ e nos desenvolvimentos propostos em meados do século XX por Thomas Hendrickson. Marston, o autor da teoria DISC (Domínio-Influência-Estabilidade-Conformidade), considerava possível examinar o comportamento individual num dado contexto específico. De acordo com o mesmo, dado que o comportamento humano pode ser entendido como uma combinação de traços de personalidade, bem como função do ambiente, podem prever-se comportamentos e respostas comportamentais a partir da combinação de uma dimensão interna – referente à perceção do poder pessoal no ambiente – e uma outra dimensão externa – referente à perceção da favorabilidade do ambiente.

A Figura 5 apresenta, de forma sucinta, as dimensões comportamentais que caracterizam o líder no exercício em contextos específicos.

Assume-se assim que o comportamento humano pode ser descrito numa escala que varia entre uma orientação para a ação, ainda que em contexto desfavorável ou antagónico, e uma orientação para a reflexão, sendo que, em qualquer dos casos, a resposta dos indivíduos pode ser medida com base num contínuo comportamental entre uma orientação para as tarefas, ou uma orientação para as pessoas.

⁹ Marston, William. 1928. *Emotions of Normal People*, Taylor & Francis.

Figura 5. Perfis de Liderança



No quadrante referente ao **Domínio**, estão representadas pessoas determinadas, assertivas, competitivas, enérgicas, diretas e com iniciativa, frontais, eventualmente criativos, com potencialidade para enfrentar situações com o objetivo de as superar. Apresentam em geral, naturalmente com graduações diferentes, uma maior orientação para as tarefas e para os resultados, mesmo em situações desfavoráveis.

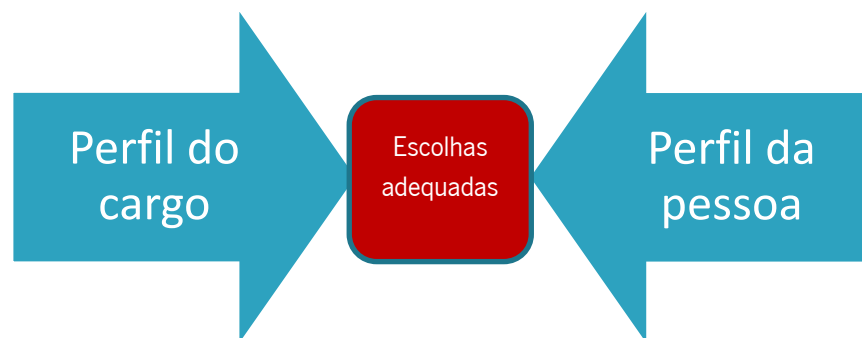
O quadrante da **Influência** representa posturas ativas e positivas, com potencialidade para enfrentar situações, mesmo que desfavoráveis, com base na persuasão; trata-se assim de pessoas influentes, intuitivas, inspiradoras, amigáveis, comunicativas e convincentes. Apresentam, em geral, com graduações potencialmente diversas, uma maior orientação para as pessoas.

O terceiro quadrante, da **Conformidade**, abrange, de forma genérica, posturas cuidadosas, ainda que eventualmente perfeccionistas. Trata-se

de pessoas cumpridoras, sistemáticas, cuidadosas, objetivos, reservados, preferindo raciocínios lógicos e abordagens analíticas. Apresentam, em geral, mas com graduações mais ou menos elevadas, uma maior orientação para as tarefas.

Finalmente, o quarto quadrante remete para a **Estabilidade**, entendida como uma postura fundamentalmente passiva, preferindo o *status quo*. Em geral, trata-se de pessoas estáveis, de confiança, persistentes, ponderadas, sinceras, solidárias e cooperantes. Empáticas, tendem a apresentar uma orientação para as pessoas; de forma análoga, as graduações podem, obviamente, ser diversas, ainda que dentro do mesmo quadrante.

Trata-se de procurar fazer corresponder o perfil da pessoa ao perfil definido para a função.



Por exemplo, um cargo correspondente a diretor-geral pode requerer pessoas determinadas e assertivas, mas com capacidade para comunicar e influenciar os outros, eventualmente imaginativo. Já um cargo de direção de topo, de 1º ou 2º grau, mas que exija competências técnicas específicas, pode corresponder a alguém criativo, alerta para a qualidade e para procedimentos padrão, colocando ênfase na obtenção de resultados de forma analítica e detalhada.

Deve sublinhar-se que é legítimo assumir que a maioria das pessoas reúne as quatro dimensões, com pesos relativos diferentes, e que

podem mesmo diferenciar-se para o mesmo indivíduo em contextos profissionais diversos. Em cada um dos quadrantes, as pessoas podem posicionar-se de forma a traduzir diferentes graduações das combinações possíveis.

Nessa medida, e embora o modelo apresente validade interna, confiabilidade e consistência, a CReSAP entende a sua capacidade preditiva fundamentalmente enquanto indicativa, potencialmente sobreposta por outros critérios, nomeadamente de natureza curricular, e de desempenho em contexto de entrevista.

Critérios de seleção

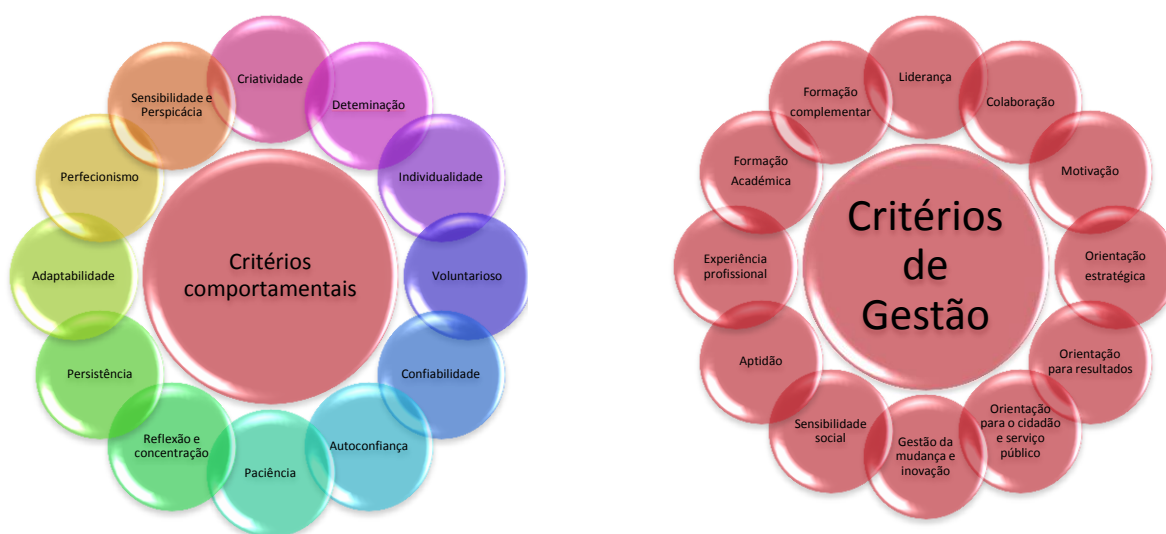
A CReSAP procede à seleção com base nos critérios estabelecidos em regulamento aprovado no âmbito das suas competências, designadamente liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e para o serviço público e aptidão.

Procura-se identificar nos candidatos a sua qualidade relativa, manifestada através da combinação de competências de gestão e de competências comportamentais (Fig. 6), bem como pela sua personalidade e carácter, nomeadamente avaliando as chamadas “cinco grandes”:

-  Equilíbrio emocional;
-  Agradabilidade;
-  Sociabilidade;
-  Adaptação à mudança;
-  Humildade.

Os critérios de ponderação de cada um dos critérios de gestão são deliberados pelo júri do respetivo procedimento concursal, tendo em atenção o perfil previamente discutido, definido e homologado para o cargo em questão. Os critérios de ponderação são publicamente divulgados, nomeadamente no edital de abertura do respetivo procedimento concursal.

Figura 6. Critérios comportamentais e de gestão



No seguimento de algumas dúvidas colocadas sobre a diferença entre requisitos preferenciais e requisitos obrigatórios, a CReSAP veio a prestar o seguinte esclarecimento, divulgado no sítio eletrónico, com as correções introduzidas pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro:

✚ O requisito obrigatório, que constitui motivo de exclusão da candidatura, é a posse, por parte do candidato, de uma licenciatura com mais de 8 ou 10 anos, conforme se trate de cargo de direção superior de 2.º ou 1.º grau;

✚ A área de formação da licenciatura é sempre um critério preferencial, não constituindo nunca motivo de exclusão, a não ser quando a lei orgânica o exija expressamente.

Em face disto - como o júri avalia tendo em conta o conjunto dos doze critérios constantes do regulamento e da lei, em que a área de formação académica é simplesmente um deles -, quem não satisfizer o critério preferencial (tendo menor pontuação) mas satisfizer nos restantes, poderá figurar nas propostas de designação a enviar ao governo, mesmo sem possuir esse critério de preferência.

Acresce que os graus de doutor ou mestre são sempre valorizados desde que considerados adequados ao perfil pelos membros do júri, independentemente de se encontrarem ou não expressos no perfil publicado no aviso integral. A exigência destes graus como requisito obrigatório, e consequentemente fundamento de exclusão, só é possível quando tal conste da lei orgânica respetiva.

Os potenciais candidatos aos procedimentos concursais da responsabilidade da CReSAP devem registar-se e incluir toda a informação considerada relevante *on-line*, utilizando para tal uma plataforma informática desenvolvida expressamente para tal.



CONCORRER É UM ATO DE CIDADANIA.

Mais candidatos mais mérito.

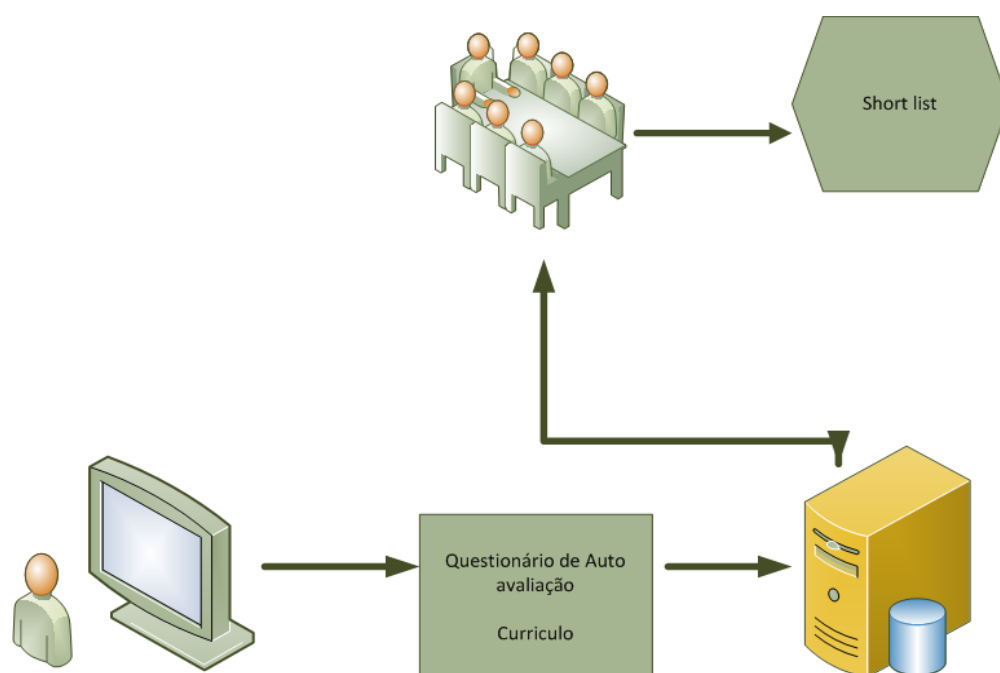
Lance hoje o seu CV na plataforma.

[Registo](#) **Iniciar Sessão**

A plataforma em causa permite ao potencial candidato a inserção *on-line* de todas as informações curriculares, bem como anexar a documentação comprovativa do grau académico.

Para tal, tem apenas que:

- Proceder previamente ao registo no sítio eletrónico da CReSAP, identificando-se com o NIF;
- Introduzir a qualquer momento o seu CV na plataforma, sendo permitida a sua atualização;
- Responder *on-line* ao questionário de autoavaliação.

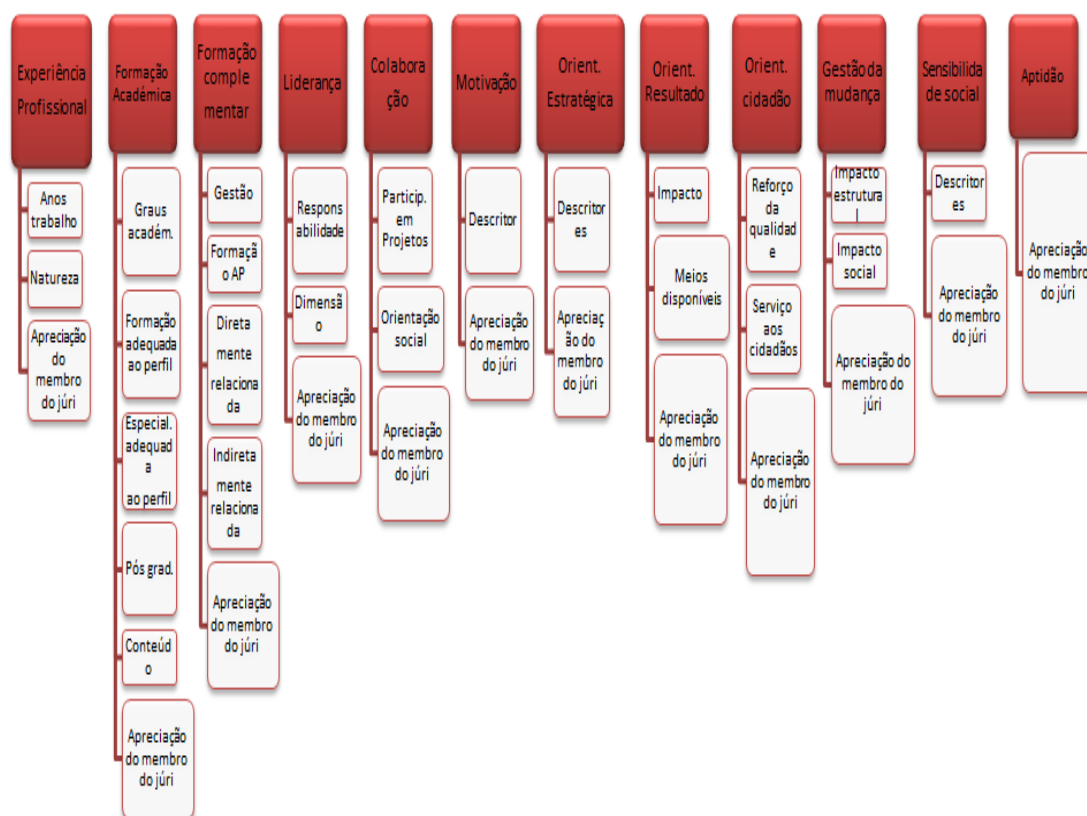


O “Questionário de Autoavaliação Curricular”, anexo ao Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública, e disponibilizada no sítio da CReSAP, convida o potencial candidato a responder ao conjunto dos 12 critérios de desempenho, detalhados com base em descritores, conforme se pode ver, de forma sucinta, na árvore apresentada na Figura 7.

Para cada critério, o candidato deverá escolher o descritor que considera melhor retratar a sua experiência, competências e aptidões profissionais, reportando-se sempre ao seu currículo e não esquecendo que todas as respostas podem, eventualmente, vir a ser objeto de confirmação.

É ainda solicitado que o candidato faça um exercício de auto classificação com base na sua percepção valorativa face ao perfil do lugar/cargo a que se candidata, ainda que o mesmo detenha apenas um carácter meramente indicativo do seu perfil comportamental, eventualmente contribuindo para a preparação da entrevista por parte dos membros do júri .

Figura 7. Árvore dos critérios de desempenho



A qualquer momento, em fase posterior ao procedimento concursal em causa, o candidato pode voltar a utilizar o seu questionário de autoavaliação curricular, introduzindo correções ou informação complementar, com vista a uma nova candidatura.

Em cada procedimento concursal a plataforma associa o CV dos candidatos. Os membros de cada júri acedem posteriormente às informações disponibilizadas pelos candidatos através da inclusão do respetivo CV e no questionário de autoavaliação curricular.

Compete a cada membro do júri apreciar o currículo e demais informações prestadas pelos candidatos e atribuir uma classificação, tendo em conta as ponderações deliberadas em reunião do júri e divulgadas em edital publicado no *site* da CReSAP.



Previamente, compete a cada júri deliberar sobre a ponderação a atribuir a cada um dos critérios, atentos os requisitos indicados pela tutela.

Não é possível, contudo, controlar o resultado final através da escolha de uma ponderação elevada a atribuir a um dado critério, em detrimento dos demais. O mecanismo foi desenhado a fim de evitar eventuais riscos de sobre ou sub-valorização de critérios, através da especificação de intervalos de variação mínima e máxima para grupos de critérios (Figura 8).

A avaliação de cada membro do júri é feita *on-line*, diretamente na plataforma (Figura 9); em média, demorará entre 15 a 25 minutos a fazer a avaliação de cada candidato. Para tornar mais fácil o acesso à plataforma, foi elaborado um guião, a distribuir aos membros do júri.

Figura 8. Intervalos de variação por grupos de critérios

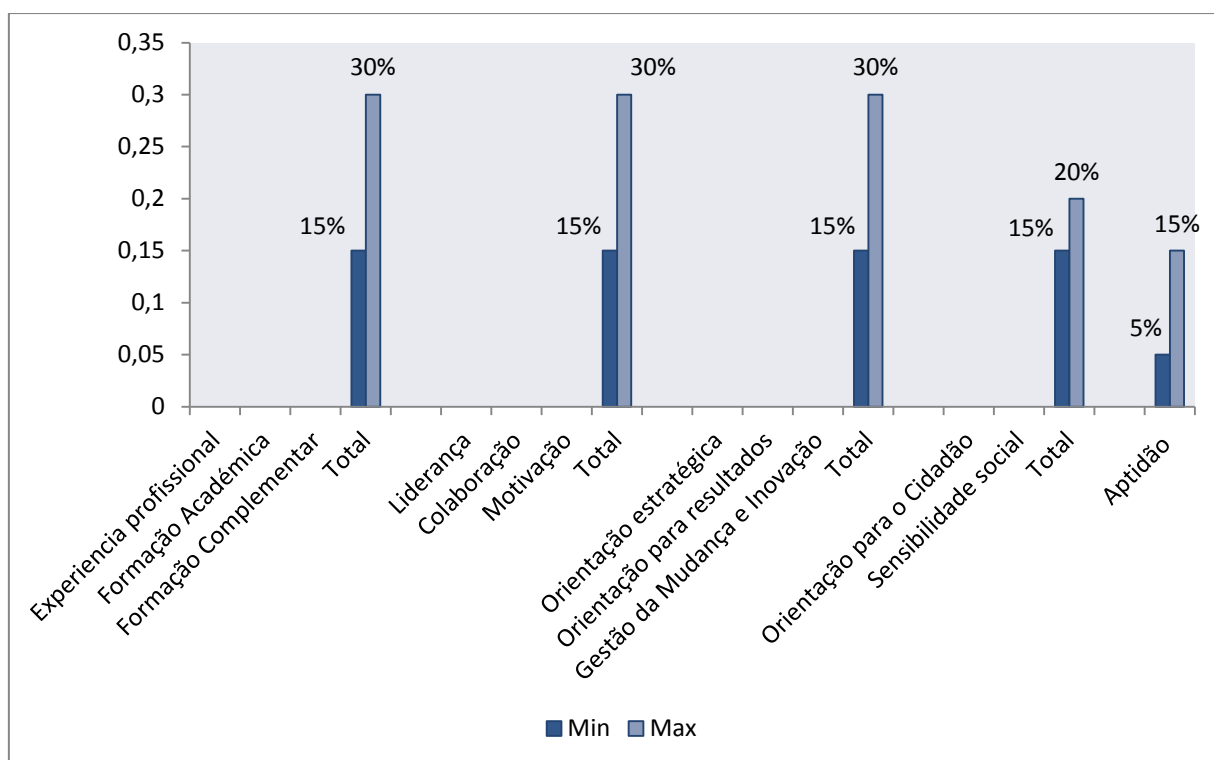


Figura 9. Avaliação *on-line*

COMISSÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONCURSOS TAREFAS NOTIFICAÇÕES

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

ANOS DE TRABALHO

Superior a 20 anos

NATUREZA DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Experiência profissional e competências de gestão por período superior a 20 anos em área cujo conteúdo exista, de forma permanente, relacionada com o perfil do cargo em concurso.

APRECIACÃO DO MEMBRO DO JÚRI

Classificação

Justificação

Curriculum **Guardar** **Visualizar Candidaturas** **Seguinte**

Conclusão do processo de seleção

Compete ao júri aplicar os métodos de seleção de forma rigorosa obedecendo a princípios de rigor, neutralidade, independência, mantendo o sigilo. Procura-se identificar os candidatos com mais elevado mérito, e potencial adequação entre o perfil pessoal e o perfil do cargo.

O processo resulta finalmente, numa lista de 3 personalidades, listadas por ordem alfabética, a enviar ao membro do Governo que solicitou a abertura do procedimento concursal.

A Lei nº 128/2015, veio especificar no artº. 19º, nº 12, que:

“Os cargos de direção superior são providos por despacho do membro do Governo competente, no prazo máximo de 45 dias, a contar da data do recebimento das propostas de designação”.

A mesma Lei, indica ainda no artº. 19º, nº 10, que:

“Nos casos em que, nos 20 dias seguintes à apresentação, ao membro do Governo competente para o provimento, da proposta de designação, se verifique a desistência de candidatos nela constantes, pode aquele solicitar ao júri a indicação de outros candidatos que tenha por adequados para colmatar essa desistência”.

Se porventura tal não for possível, se o procedimento concursal não teve um número suficiente de candidatos com mérito, ou em caso de desistências, haverá lugar á sua repetição (artº. 19º, nº9). Caso esse resultado do processo de seleção se volte a repetir, o membro do Governo competente para o provimento pode proceder a recrutamento por escolha, de entre indivíduos que reúnam os requisitos exigidos no aviso de abertura.

Neste caso, haverá lugar á emissão de parecer prévio da CReSAP, em moldes idênticos ao dos gestores públicos.

2.3 Gestores públicos

No que se refere aos gestores públicos, e de acordo com o expresso nos artigos 12º e 13º do Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, encontra-se implementado um novo sistema em matéria de recrutamento e seleção que especifica claramente a importância de se assegurar a observância de critérios de transparência, isenção e mérito. Foi cometida à CReSAP a avaliação curricular e o parecer sobre a adequação de perfil da personalidade a propor para o cargo, com caráter não vinculativo, com base nos seguintes documentos:

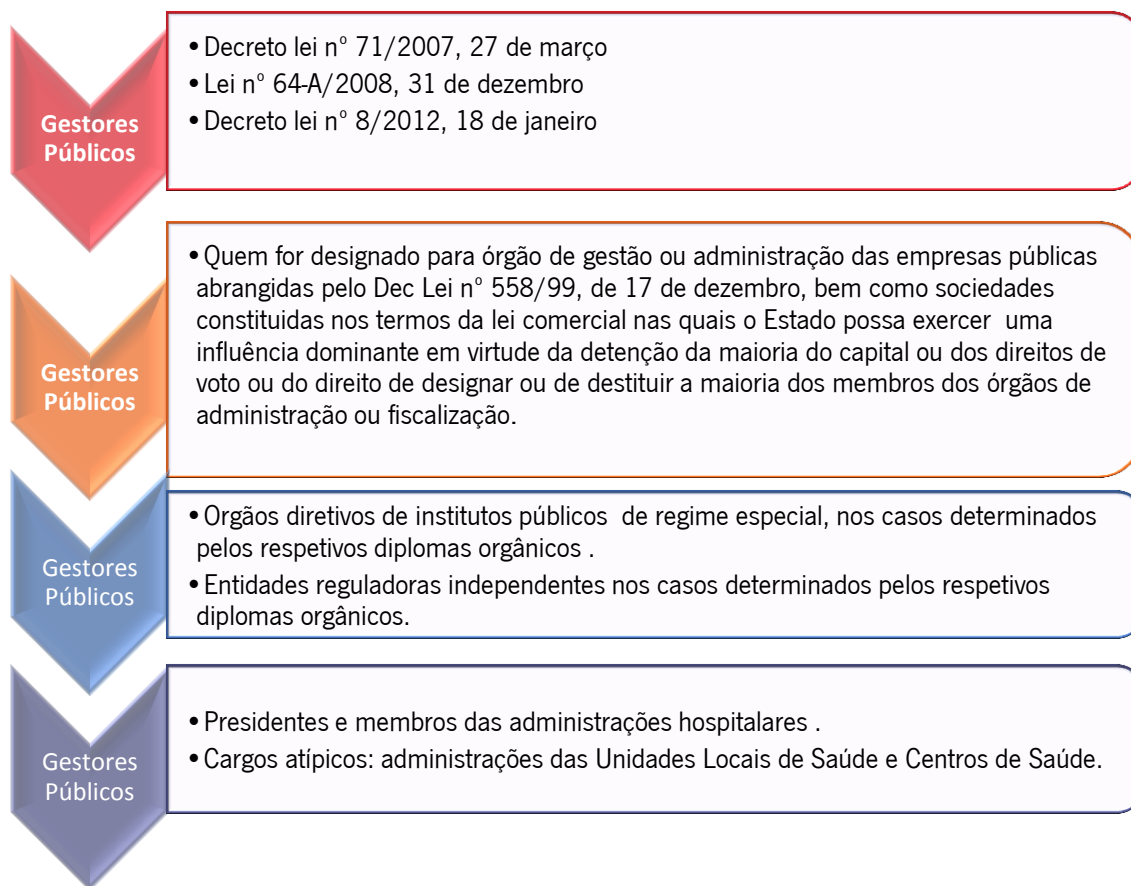
- ✚ Currículo profissional elaborado de acordo com o modelo europeu;
- ✚ Questionário de autoavaliação;
- ✚ Perfil do cargo, por defeito, e que se encontra divulgado no sítio eletrónico da CReSAP www.cresap.pt, ou o perfil específico indicado pelo Governo.

O conceito de empresa pública utilizada engloba as entidades públicas empresariais e as sociedades constituídas nos termos da lei comercial, nas quais o Estado ou outras entidades públicas estaduais possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em virtude da detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto ou do direito de designar ou de destituir a maioria dos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização¹⁰.

Desta forma, não estão ainda incluídos os gestores das empresas participadas que, genericamente, incluem organizações empresariais que tenham uma participação permanente do Estado ou de quaisquer outras entidades públicas estaduais, desde que o conjunto das participações públicas não origine uma influência dominante, nem são

¹⁰ Vd. art. 1º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Dec. Lei nº 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei nº 64-A/2008 de 31 de dezembro, e pelo Decreto-lei nº 8/2012 de 18 de janeiro retificado pela Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro.

abrangidos os gestores dos setores empresariais regionais e municipais, sem embargo dos respectivos normativos poderem determinar a sua aplicação.



Quando a solicitação de parecer dá entrada na CReSAP, é nomeado um relator, de entre os vogais permanentes, responsável pela elaboração do parecer, cabendo ainda a um outro vogal permanente o exercício do contraditório face ao mesmo parecer. A Comissão Técnica Permanente, que integra o Presidente e os três vogais permanentes da CReSAP delibera, por unanimidade ou maioria, a aprovação ou recusa do parecer elaborado.

Quadro 1. Perfil Genérico do Gestor Público

Competências	Conteúdo
Liderança	Maior ou menor capacidade de cada um para influenciar o comportamento e atitude de outras pessoas em contexto organizacional.
Colaboração	Capacidade de abertura aos outros (pessoas, grupos ou organizações - públicas, privadas, terceiro setor); gosto pelo trabalho em equipa.
Motivação	O cargo exige que o seu titular valorize fortemente os fatores endógenos (interiores à própria pessoa), tais como o próprio interesse pelos desafios do trabalho e a realização pessoal.
Orientação Estratégica	Preocupação com o futuro por oposição ao quotidiano; em que medida coloca o hoje em função do que deverá ser o amanhã. A visão futura da organização condiciona o seu presente.
Orientação para Resultados	O cargo exige que o seu titular revele forte determinação na obtenção de resultados, metas e objetivos. Energia, urgência na ação, capacidade de desafiar os outros e a si próprio.
Orientação para o cidadão e serviço de interesse público	Forte envolvimento na prestação de um serviço de qualidade aos utentes/clientes em particular nos setores onde a empresa atua em representação ou por concessão do Estado, bem como onde o organismo atípico atua.
Gestão da Mudança e Inovação	O cargo exige que o seu titular revele fraca adesão à conformidade oferecida pelas normas e regras e, pelo contrário, forte adesão ao risco calculado, à inovação e ao desafio constantes do quotidiano em busca de mais e melhor com igual ou menor custo. Desassossego saudável.
Sensibilidade social	Forte preocupação com a responsabilidade social da organização em particular pelos efeitos no ambiente. Preocupação com as consequências das decisões. Capacidade de antecipação dos resultados sobre as pessoas, grupos e organizações, evitando efeitos

Experiência Profissional	indesejáveis e imprevistos. Possuir trajeto profissional, (12 anos para equiparação a 1.º grau; 8 anos para equiparação a 2.º grau após a licenciatura, desenvolvido em ziguezague: vertical (chefia de 1.º, 2.º 3.º nível etc.); horizontal (atribuições e competências de planeamento, GRH, financeira, operações, marketing etc.); espacial (prestação de serviço em diversas regiões do País); internacional (diversos países); setores (público, privado, não governamental); ramos/indústrias (diverso tipos de serviços e diferentes atividades económicas); quantidade de anos de trabalho em serviço, igual ou semelhante com a do organismo ou cargo para o qual está a ser avaliado.
Formação Académica	Qualidade da formação; classificação final; quantidade de formação formal (atribuidora de graus académicos); relação entre o conteúdo da formação, o trajeto profissional e o lugar em causa.
Formação Profissional	Valorizar muito positivamente a adequação/relação entre a formação profissional específica obtida e o ziguezague do trajeto profissional (quando abandona as funções de planeamento e abraça as de marketing teve formação específica?).
Aptidão para o cargo	O cargo exige que o seu titular possua conhecimentos sobre o organismo em causa e capacidade para distinguir o essencial do acessório, verificável através da pertinência e razoabilidade das ações principais que pensa desenvolver.

No que se prende com a emissão de pareceres sobre adequação do perfil para o cargo de gestores públicos, com vista a introduzir objetividade e rigor na análise, é solicitado à personalidade indigitada que preencha um formulário que complemente o currículo apresentado, descrevendo situações que considere representativas e eventualmente apresentando indicadores de sucesso nos diversos critérios de desempenho: liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e serviço de

interesse público, gestão da mudança e inovação, sensibilidade social, experiência profissional, formação académica e formação complementar e aptidão.

O formulário de avaliação curricular (Figura 10), acompanhado do respetivo CV e de uma declaração de aceitação do parecer da CReSAP, assinada pelo próprio, deverá ser remetido à Comissão pelo membro do Governo responsável pela tutela.

A emissão do parecer tem em conta todos os elementos curriculares apresentados pela personalidade indigitada, bem como as respostas em sede do Questionário de Autoavaliação. A entrevista, e a análise do perfil pessoal, com base num questionário da Thomas International, completam os elementos a ter em conta para a elaboração do parecer.

Figura 10. Formulário de avaliação curricular

Regulamento de Tramitação de Procedimentos
Avaliação Curricular e Parecer sobre Adequação do Perfil
(cargo de gestor público)
(NOME)
(Anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º)

A preencher pelo indigitado (máx. 500 caracteres por ponto) e a remeter à CReSAP pelo membro ou membros do Governo responsáveis pela tutela.

1. Liderança
Durante o seu percurso profissional exerceu funções de direção/chefia a diferentes níveis de responsabilidade hierárquica.
Descreva brevemente uma situação que considere representativas da sua experiência profissional enquanto líder. Apresente um indicador de sucesso.

2. Colaboração
Colaborou com outras unidades organizacionais, em posições de liderança ou não, no sentido de se atingir objetivos comuns e partilhados, orientados para o aumento da eficiência e eficácia do todo organizacional.

2.4 Organismos ou casos atípicos

Para além do atrás referido, existem ainda casos atípicos, ou seja, outras áreas da Administração Pública, nomeadamente organismos que não se encontram qualificados, possuindo características atípicas, nomeadamente identificação, períodos de mandato e regimes de recrutamento, entre outras. No entanto, nestes organismos atípicos os titulares desses órgãos encontram-se parcialmente equiparados a dirigentes superiores de 1.º ou 2.º grau, nomeadamente para efeitos remuneratórios.

Estes organismos atípicos encontram-se tanto em institutos públicos de regime especial (caso dos diretores dos organismos distritais de segurança social ou dos administradores e secretários das instituições de ensino superior) quanto do regime comum (como parece ser o caso das ACES integrados nas ARS). Nestes casos, parece existir um vazio legal, o qual deverá ser tendencialmente colmatado, de forma a garantir o mérito e a isenção nos processos de recrutamento e seleção dos respetivos titulares até que a qualificação desses organismos venha a ser clarificada.

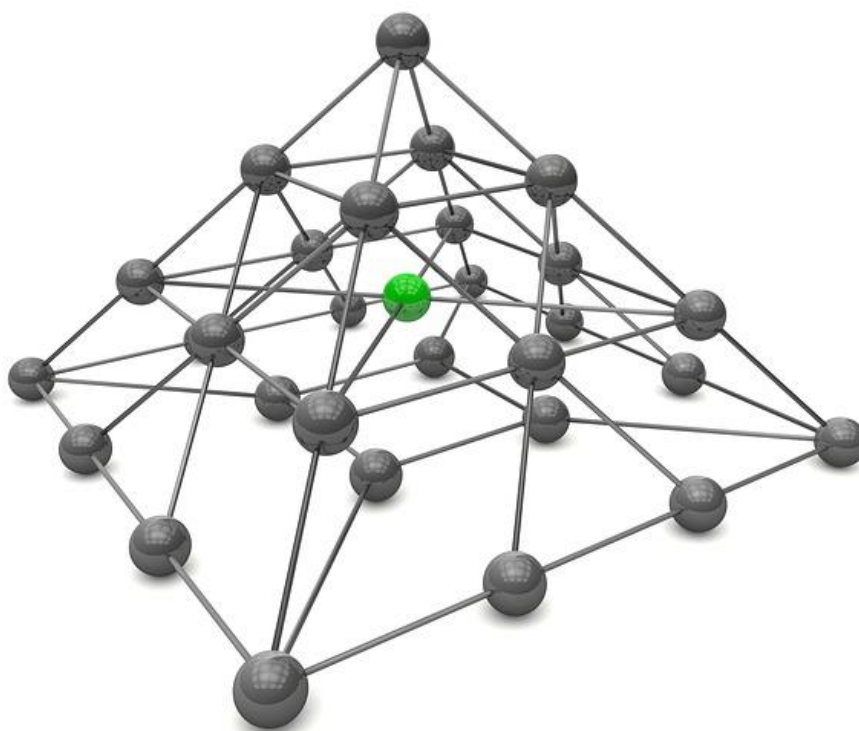
No entretanto, dado que a CReSAP nos termos da alínea i do artigo 11.º, da Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro, possui o dever de “cooperar com entidades públicas em matéria de recrutamento e seleção na Administração Pública e de boas práticas e códigos de conduta dos cargos de direção superior”, foi proposto, e aceite, que o Governo solicitasse à CReSAP parecer de avaliação curricular e de adequação de perfil para os casos atípicos acabados de referir.

Acresce que, dada a maior proximidade deste regime atípico com o da direção superior do regime comum, diferente do regime dos gestores públicos, foi proposto e aceite um carácter vinculativo para o parecer da CReSAP.

O sítio eletrónico www.cresap.pt dispõe de um *link* próprio dedicado a este tipo de avaliação.

O perfil genérico assumido pela CReSAP para emitir o parecer de avaliação curricular e de adequação de competências parte da assunção de que a qualidade de um gestor público, ou de responsável equiparado a dirigente superior no caso dos organismos atípicos, se manifesta através da combinação das competências, das atitudes, dos valores, das capacidades e muito pela personalidade e carácter.

Os elementos requeridos para a elaboração do parecer são, em tudo, similares ao caso dos gestores públicos, conforme descrição no ponto 2.3.



2.5 Entidades reguladoras

Considerando que o perfil dos gestores públicos em entidades reguladoras deveria ser adequado à especificidade da missão que lhes é cometida, e na sequência da publicação da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras (Lei 67/2013, de 21 de outubro), a CReSAP definiu um perfil genérico para o cargo de gestor público em organismos atípicos, tendo em conta as competências, e respetivo conteúdo, apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2. Perfil Genérico do Gestor Público em Órgãos Reguladores

Competências	Conteúdo
Liderança	Influenciar o comportamento e a atitude de outros (pessoas, grupos ou organizações, nomeadamente órgãos reguladores) através da capacidade de abertura, gosto pelo trabalho em equipa, garantindo o princípio da oportunidade e aplicação de normas sancionatórias. Trabalhar com os outros, valorizando-os e não pelos outros, sem se deixar “capturar”.
Motivação para o cargo	Dar primazia aos fatores endógenos, traduzidos numa orientação pessoal, intelectual, emocional e cívica para o interesse nacional e social sobrepondo-os a outros interesses. Necessidade de conjugar o interesse individual com o profissional, mantendo um justo equilíbrio e uma atitude ética.
Orientação estratégica e para os resultados	Orientar-se para políticas de longo prazo evitando a “visão de túnel” focada num único mandato e compreensão revelada da importância dos níveis socialmente ótimos das rendas, do excedente do consumidor e da política de incentivos através de resultados concretos traduzidos por medidas que garantam a igualdade de oportunidades concorrenciais atuais ou potenciais e o respeito pelos interesses da sociedade em geral.
Orientação para o cidadão e serviço de interesse público	Otimizar os recursos públicos através da prestação de serviços de qualidade elevada e pelo exercício das liberdades fundamentais tais como a liberdade de escolha e de oportunidade.
Gestão da mudança e inovação	Revelar capacidade para caracterizar e identificar as tendências atuais e evolutivas do contexto, bem como dos

	seus diversos intervenientes e intervir no sentido da resolução de problemas existentes ou da prevenção de problemas futuros, de forma eficaz e tendo sempre em conta o interesse público e do cidadão. Capacidade para avaliar o impacto das políticas públicas e atuar em conformidade.
Experiência profissional	Possuir trajeto profissional consistente, no mínimo de 12 anos, dos quais 5 de experiência em órgãos de regulação/ auditoria ou ensino nesta área ou afim. Valoriza-se o conhecimento significativo do setor a ser regulado, embora se considere que a experiência apenas num operador pode colocar o perigo de “captura”.
Formação académica	Apresentar formação académica de qualidade (posição nos ranking conhecidos desse curso/Faculdade/universidade); Classificação final; Quantidade de formação formal (atribuidora de graus académicos), relação com o trajeto profissional, e alinhamento com o cargo em causa.
Formação profissional	Mostrar a adequação/relação entre a formação profissional específica que foi obtendo, o trajeto profissional descrito e o cargo em causa.
Espírito de missão	Revelar orientação para a concretização de uma missão e visão, que tenha em linha de conta o superior interesse do Estado, da sociedade e dos cidadãos, garantindo o respeito pelos Direitos, Liberdades e Garantias.
Cultura de independência	Revelar capacidade de resiliência em lidar com qualquer tipo de pressão e frustração (político, económico, cultural), tendo sempre em conta, de forma transparente, as linhas de orientação política emanadas dos Órgãos de Soberania, das Leis e dos Tratados. Não confundir independência com obstinação, nem obstinação com firmeza, articulando bem o rigor dos princípios com a flexibilidade dos processos.
Disponibilidade para um escrutínio democrático de elevada frequência	Expressar pro-atividade ao escrutínio/auditoria/avaliação das suas atividades por entidades independentes e mandatadas para isso, estimulando em tudo essas ações de controlo. Demonstrar preocupação com a transparência das decisões.
Aptidão para o cargo	Possuir o “saber ser” necessário ao bom desempenho do cargo, nomeadamente, equilíbrio emocional; agradabilidade; sociabilidade; assertividade, sabendo ouvir.

Figura 11. Procedimentos Concursais : Júris

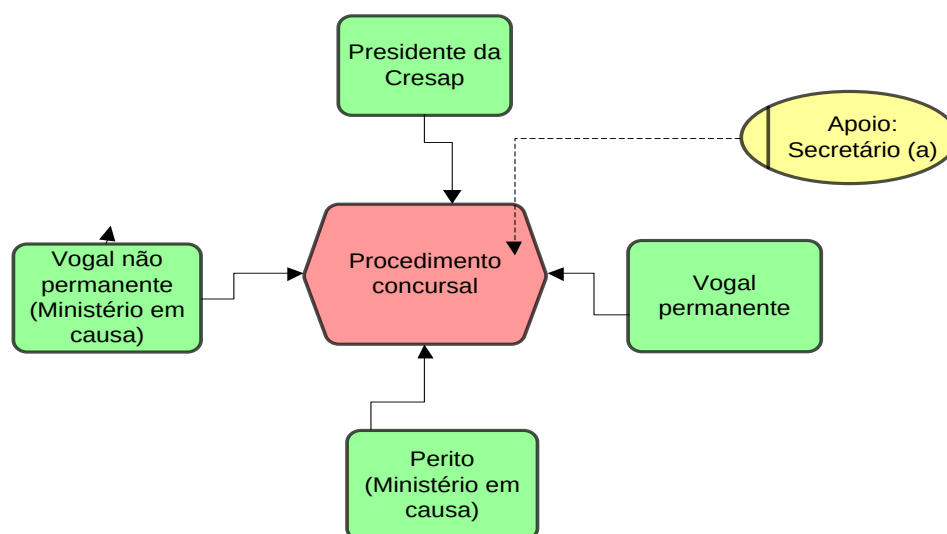


Figura 12. Avaliação Curricular e Parecer sobre Adequação do Perfil ao cargo de Gestor Público

Comissão Técnica Permanente



2.6 Renovação de nomeações

A avaliação curricular e o parecer sobre adequação de perfil a elaborar para os gestores públicos dever distinguir entre a primeira nomeação e a “renovação” de mandato.

Na verdade, as funções de direção, coordenação e controlo, bem como o desenvolvimento das relações internas e externas devem ser confrontadas com os resultados obtidos enquanto agentes, no quadro estratégico definido pelo principal.

Neste contexto, e independentemente de um aprofundamento posterior, é solicitado a quem exerça as funções de gestor público, em qualquer dos perfis enunciados, que equacione, justificando, o grau de resultados obtidos para quatro dos objetivos definidos pelo contrato de gestão, fazendo o documento ser acompanhado por um currículo atualizado. O membro do Governo deverá validar as informações prestadas.



III. RESULTADOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS



O conhecimento dirige a prática; no entanto, a prática aumenta o conhecimento.

Thomas Fuller

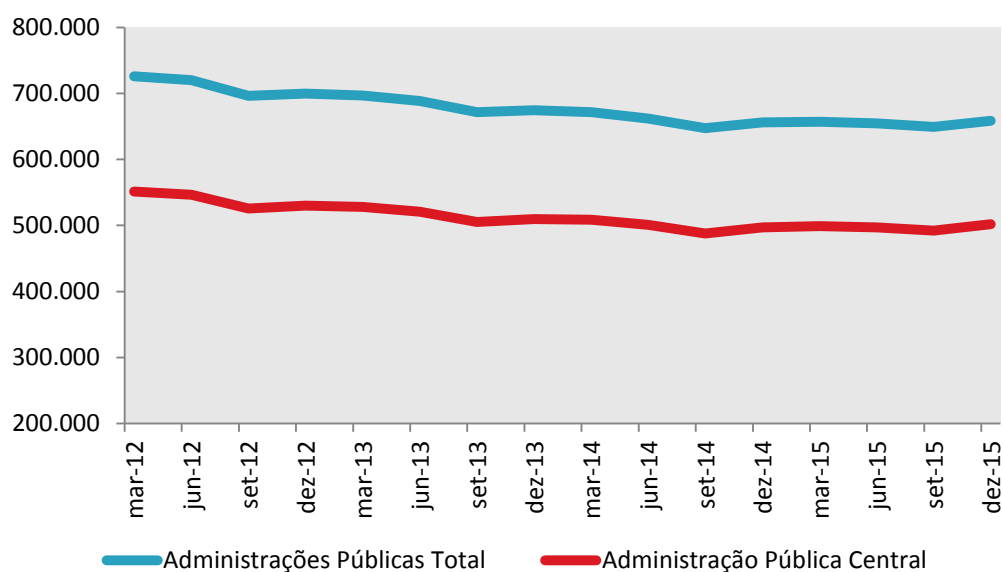
3.1. Necessidades

De acordo com os dados da responsabilidade da DGAEP, o emprego na administração pública central em contas nacionais decresceu cerca de 8,9% entre o final de 2012 e o final de 2015, face a uma queda de 9,2% registada para o total das administrações públicas, no mesmo período (Fig. 13).

Ainda assim, em termos homólogos, verifica-se uma recuperação, embora muito ligeira; comparando dezembro de 2015 com o mesmo período no ano anterior, o emprego aumentou 0,38% e 0,97%, respetivamente nas administrações públicas e na administração central.

A 31 de dezembro de 2015, o emprego no sector das administrações públicas situava-se em 658 565 postos de trabalho; com um peso na população total de 6,4%, o emprego no sector das administrações públicas representava, no final de 2015, cerca de 12,7% da população ativa, e 14,4% da população empregada.

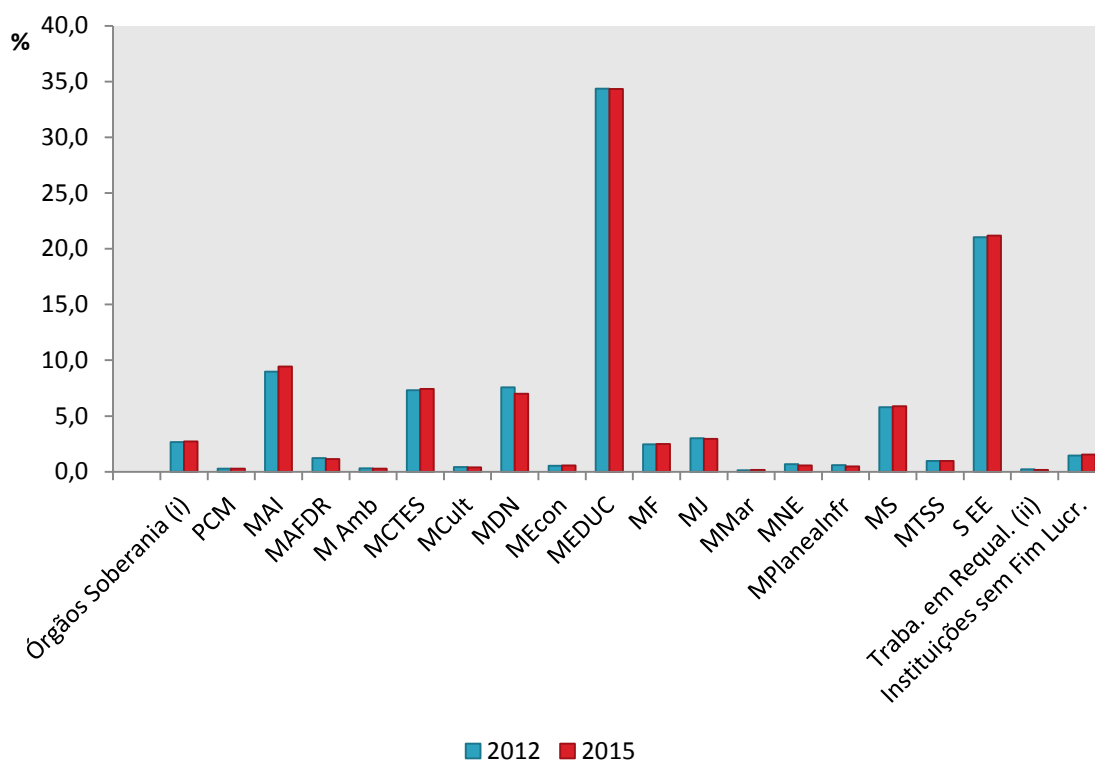
Figura 13. Emprego nas administrações públicas (total) e na administração pública central, 2012-2015



Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 4º trimestre de 2015

A Figura 14 indica a distribuição do emprego na administração central e nos Fundos Autónomos, por ministérios. Como se pode verificar, em termos percentuais, a distribuição manteve-se praticamente constante entre 2012 e 2015, sendo claro o peso relativo do Ministério da Educação, que representava 34,3% do emprego total neste último ano; já o sector empresarial do Estado abrangia 21,2% do emprego total.

Figura 14. Emprego no Estado, Serviços e Fundos Autónomos, 2012 e 2015 (%)

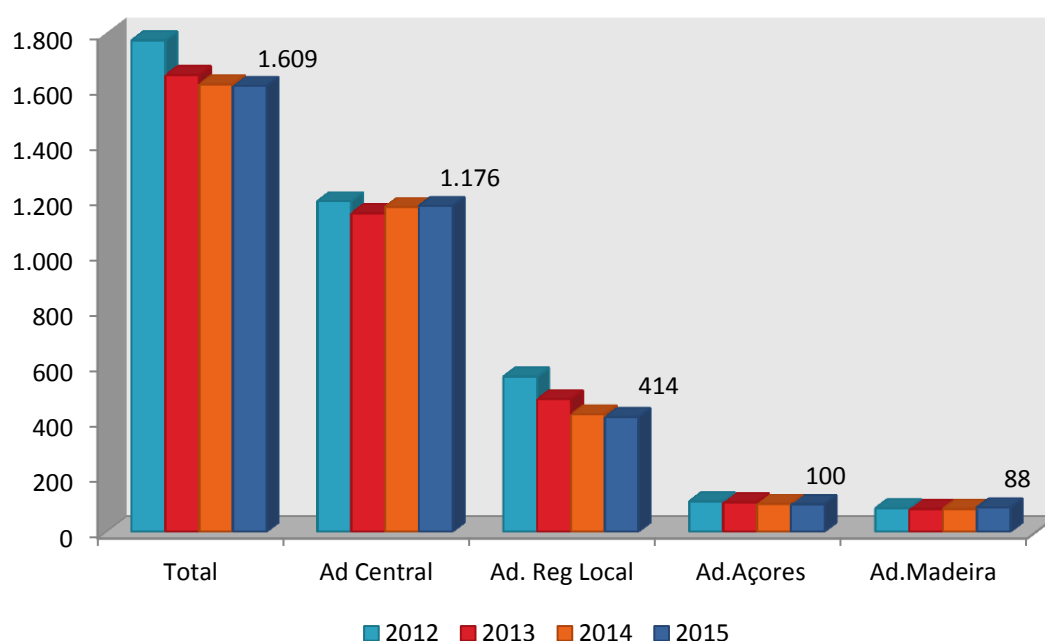


Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 4º trimestre de 2015; dados referentes a dezembro.

O desafio inicialmente atribuído à CReSAP traduzia-se pela abertura de procedimentos concursais para todos os cargos de direção superior de 1º e 2º grau na administração central até ao final de 2013, incluindo alguns casos particulares de dirigentes intermédios assim considerados nos respetivos regulamentos orgânicos, nomeadamente no Ministério da Solidariedade,

Emprego e Segurança Social; à semelhança da administração direta do Estado, a CReSAP deveria ainda proceder ao recrutamento e seleção para os órgãos de direção dos institutos públicos. Os restantes casos, incluindo a administração regional e local, bem como as administrações regionais dos Açores e da Madeira, não ficaram abrangidos pela legislação ao abrigo da qual a CReSAP foi criada. De qualquer forma, a Administração Central do Estado integra cerca de 73% de todos os cargos de direção superior de 1º e 2º grau das administrações públicas.

Figura 15. Dirigentes superiores nas administrações públicas, 2012 a 2015



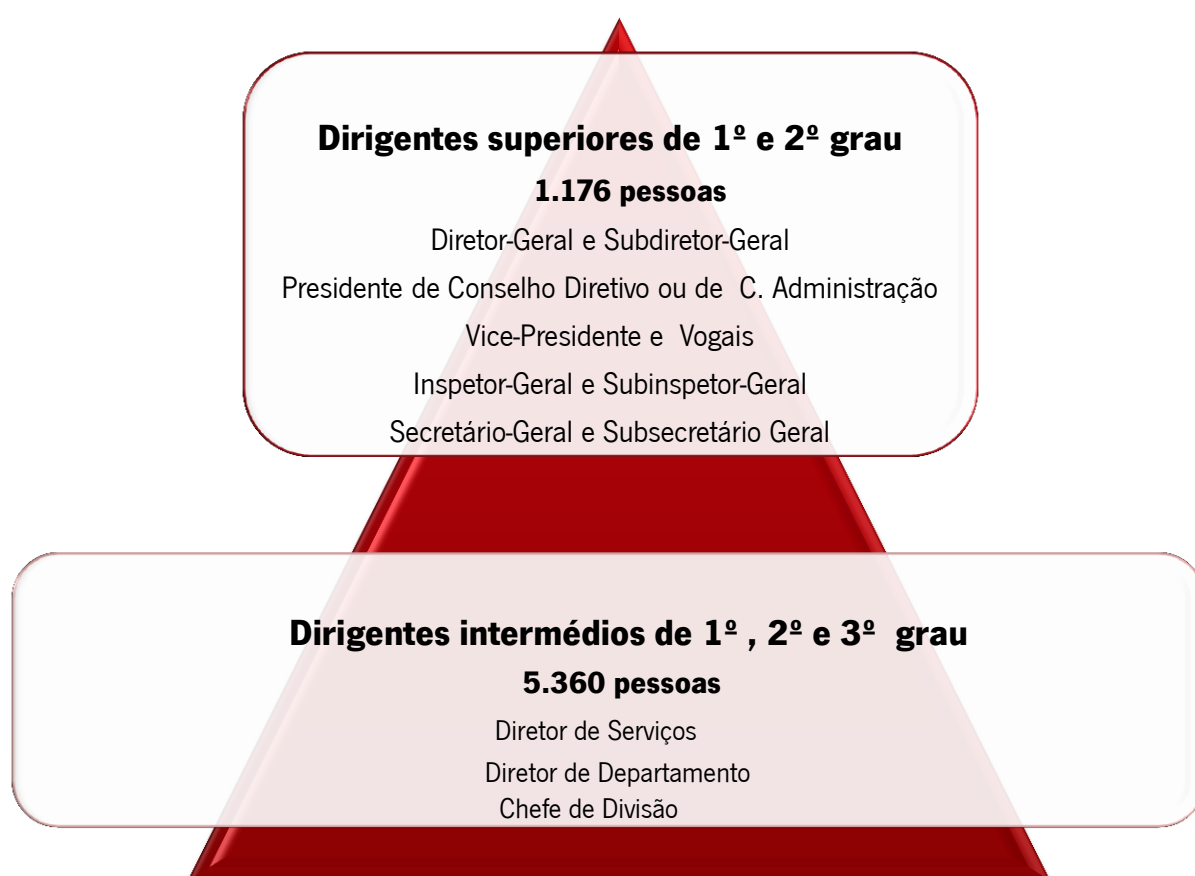
Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 4º trimestre de 2015; dados referentes a dezembro

O universo em causa incluía, a 30 de dezembro de 2015, 1176 dirigentes superiores de 1º e 2º grau (Figuras 15 e 16), o que numa leitura rápida parece revelar-se muito acima do inicialmente esperado, e efetivamente calendarizado pela CReSAP em 2012-2013, correspondente a cerca de 850 cargos.

No entanto, deve aqui ser sublinhado que a nova série temporal relativa ao emprego nas administrações públicas portuguesas viu a sua metodologia alterada, com referência a 31 de dezembro de 2011, em resultado da

redefinição do perímetro do Estado¹¹. Assim, o setor empresarial, incluindo E.P.E.s na saúde, vem agora contido na informação estatística sobre dirigentes superiores, integrando quer os procedimentos concursais solicitados pelas respetivas tutelas e conduzidos pela CReSAP, quer parte significativa de cargos abrangidos pela legislação referente a gestores públicos, e para os quais compete à CReSAP emitir pareceres de adequação de perfil.

Figura 16. Dirigentes superiores e intermédios na Administração Central do Estado, 2015

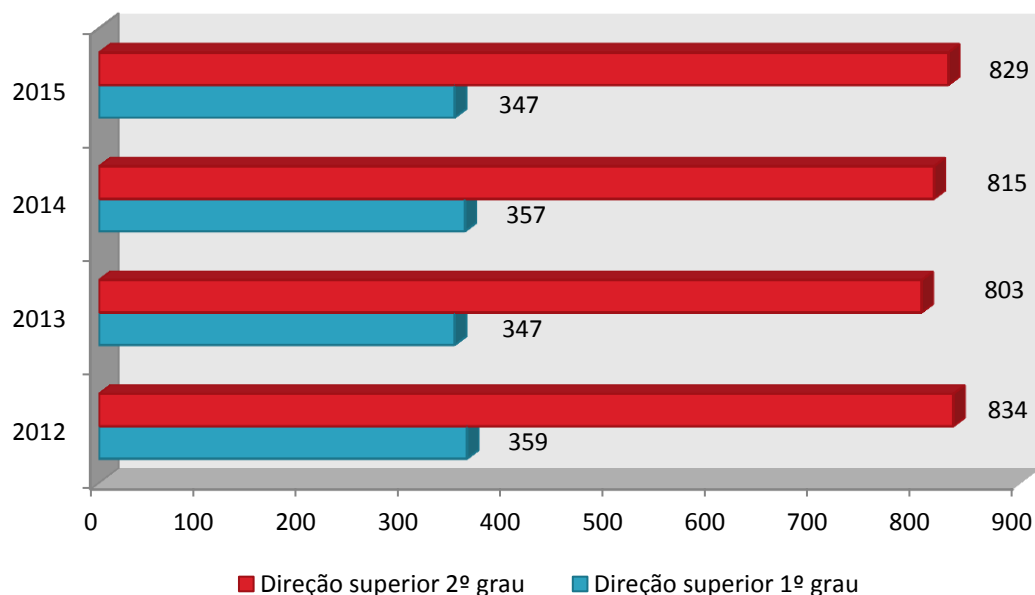


Fonte: a partir de DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 4º trimestre de 2015; dados referentes a dezembro. A listagem de cargos é apenas exemplificativa

Em qualquer dos casos, é sobre o universo apresentado nas Figuras 15 a 17, no que respeita a cargos de direção superior, que incidem as atividades da CReSAP.

¹¹ De acordo com as alterações no universo definidas pelo INE na aplicação do novo referencial metodológico introduzido pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010, de utilização obrigatória em todos os Estados Membros desde setembro de 2014.

Figura 17. Dirigentes Superiores de 1º e 2º grau na Administração Central, 2012 a 2015

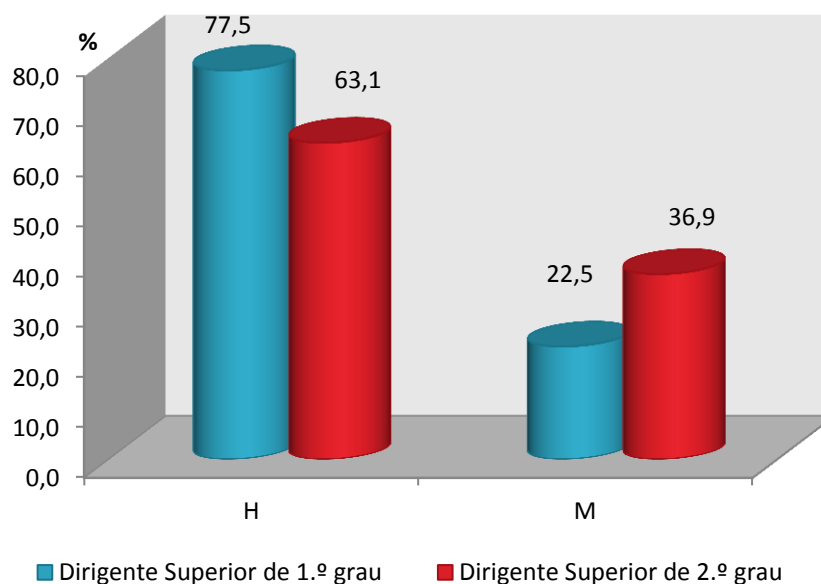


Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 4º trimestre de 2015; dados referentes a dezembro.

Tomando a administração pública como um todo, em 2015, as mulheres representavam 15,5% da população ativa do mesmo sexo; a taxa de feminização no sector está acima do mesmo indicador para a população ativa. O emprego na administração central é, na sua maioria, feminino: 1,9% são mulheres.

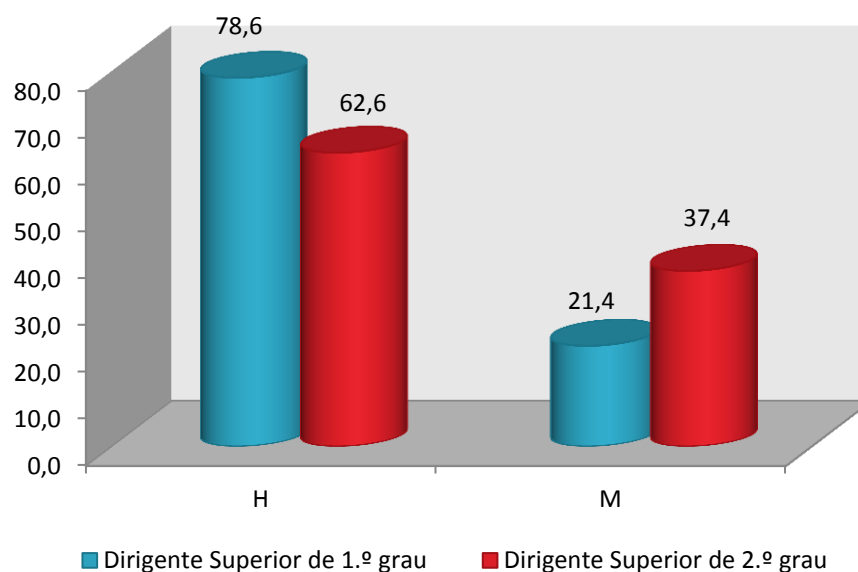
No entanto, a sua presença nos lugares de topo da administração central é ainda relativamente baixa. Num universo de 347 cargos dirigentes superiores de 1º grau, 78 são ocupados por mulheres, correspondendo a 22,5%. No que respeita a dirigentes superiores de 2º grau, a taxa de feminização é mais significativa, subindo aos 36,9%, ou seja, 306 mulheres. Ainda assim, entre 2012 e 2015, e olhando em termos relativos, os dados indiciam uma melhoria, ainda que apenas aparente (Figuras 18 e 19); na verdade, em 2012, respetivamente, 77 e 312 mulheres ocupavam cargos de direção superior de 1º e 2º grau na administração central do Estado.

Figura 18. Dirigentes Superiores de 1º e 2º grau na administração central, por género (%), 2015



Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 4º trimestre de 2015

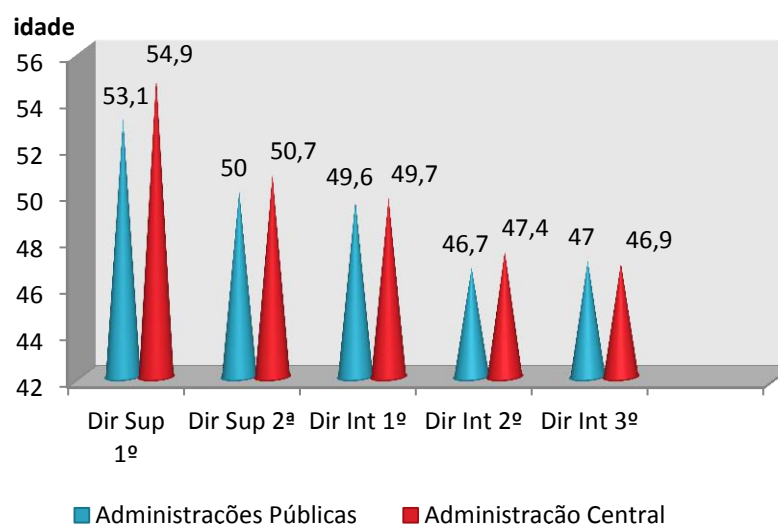
Figura 19. Dirigentes Superiores de 1º e 2º grau na administração central, por género (%), 2012



Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 4º trimestre de 2015

No final de 2014, segundo dados da DGAEP, a idade média dos dirigentes nos diversos níveis das administrações públicas era elevada, principalmente nos dirigentes superiores de 1º grau (54,9 anos; Figura 20).

Figura 20. Idade média dos dirigentes nas administrações públicas e na administração central, final de 2014

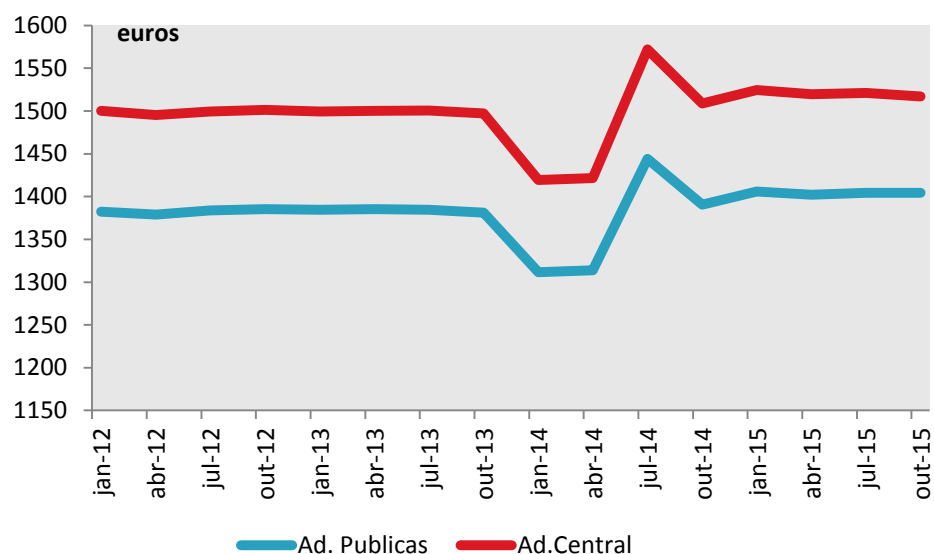


Fonte: DGAEP, Boletim Estatístico do Emprego Público, Julho 2015

As Figuras 21 e 22 reportam-se à evolução remuneratória, bem como aos ganhos médios mensais, entre o início de 2012 e outubro de 2015. A trajetória decrescente entre 2012 e o início de 2014 é clara; a remuneração base mensal registou, nesse período, uma perda na ordem dos 5,4% na administração central, ligeiramente superior à verificada no total das administrações públicas (5,1%). Desde então, a situação tem vindo a melhorar ligeiramente (Fig.21), fundamentalmente em resultado do pagamento do subsídio de férias e a eliminação transitória do corte salarial do início de 2011.

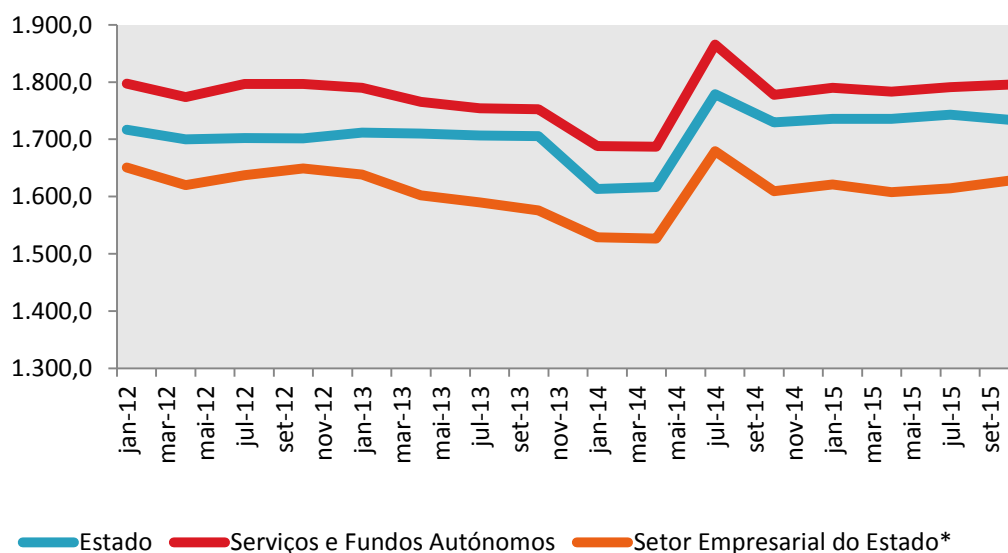
Em 2015, o valor da remuneração base mensal dos trabalhadores no sector das administrações públicas praticamente estabilizou em cerca de 1.400,00 euros; deve sublinhar-se que o nível de tecnicidade do emprego nas administrações públicas, medido pelo peso dos trabalhadores com ensino superior, é elevado (50,3%), contabilizando 26,3% acima do mesmo indicador registado para a população ativa, segundo dados da DGAEP e do INE.

Figura 21. Evolução das remunerações base média mensal nas administrações públicas (total) e na administração central, janeiro 2012 a outubro 2015 (€)



Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 4º trimestre de 2015

Figura 22. Evolução dos ganhos médios na administração pública central, janeiro 2012 a outubro 2015 (€)

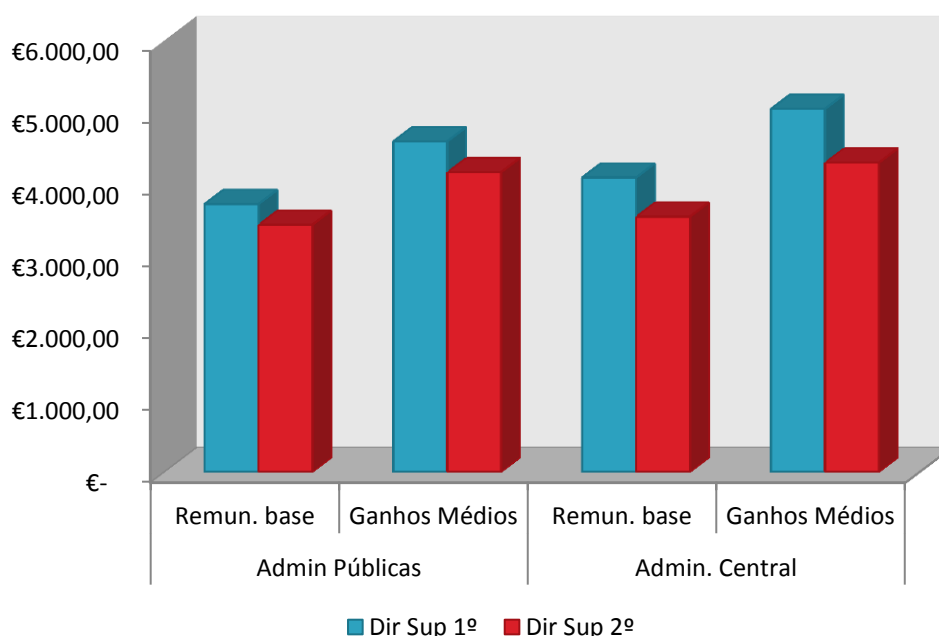


Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 4º trimestre de 2015

Quanto à evolução dos ganhos médios mensais líquidos na administração pública central, entre janeiro de 2012 e outubro de 2015, tanto no Estado, quanto nos serviços e fundos autónomos e nas entidades reclassificadas do setor empresarial do Estado, o comportamento foi semelhante. Note-se que nos serviços e fundos autónomos estão integradas, por exemplo, as instituições de ensino superior, cujos níveis remuneratórios se conformam com os níveis qualificacionais médios mais elevados na administração pública.

Os dirigentes superiores, a tempo completo, no subsector da administração central são aqueles que apresentam a remuneração base média mensal e ganho médio mensal mais elevados. Tendo em conta que 58,5% do total dos dirigentes das administrações públicas se encontra no subsector da administração central, é relevante o aumento da remuneração base média mensal e do ganho médio mensal neste subsector face a outubro 2011 (Fig.23).

Figura 23. Remuneração e ganhos médios dos dirigentes superiores, outubro 2014



Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 4º trimestre de 2015

3.2. Abertura de Procedimentos Concursais

Tal como verificado em 2014, no que se prende aos procedimentos de recrutamento e seleção de dirigentes superiores para a administração pública central, o relatório de atividades da CReSAP não pode ficar restrito a 2015.

Em larga medida, tal resulta das dificuldades registadas na calendarização prévia de abertura dos procedimentos concursais, entre 2012 e 2014 junto dos diversos ministérios, e das quais veio a resultar uma acumulação excessivamente elevada de pedidos de abertura de novos procedimentos nos últimos meses de 2013 (cerca de 63% dos pedidos de abertura solicitados nesse ano ocorreram no último trimestre), o que marcou significativamente 2014, mas também 2015.

A Lei 64/2011 de 22 de dezembro tinha criado um regime transitório, segundo o qual as comissões de serviço dos titulares de cargos de direção superior a que se referem os n.ºs 3 e 4 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redação vigente antes da entrada em vigor da referida lei, e as comissões de serviço dos titulares de cargos de direção superior que, após 21 de Junho de 2011, foram objeto de renovação nos termos do n.º 2 do artigo 24.º ou iniciadas ao abrigo do artigo 19.º, na redação vigente antes da entrada em vigor da Lei 64/2011, deveriam ser alvo do procedimento concursal a realizar até 31 de Dezembro de 2013.

A Lei nº 64/2011 estabelecia ainda que o prazo previsto para as designações em regime de substituição efetuadas após 21 de Junho de 2011, seria excecionalmente prorrogado, com o limite de 31 de Dezembro de 2013, até que fosse designado o novo titular do cargo, na sequência do procedimento concursal, ou até à extinção ou reorganização da respetiva unidade ou estrutura orgânica.

Finalmente, se os procedimentos concursais não estivessem concluídos a 31 de Dezembro de 2013, cessariam as comissões de serviço e as designações em regime de substituição neles previstas, sendo as funções dos titulares dos cargos de direção superior asseguradas em regime de gestão corrente até à designação de novo titular.

Este foi o enquadramento para o elevado número de pedidos de abertura de procedimentos concursais solicitados em dezembro de 2013 (171). Optou-se então pelo cumprimento formal de abertura de procedimentos concursais, tendo sido conduzidas todas as reuniões dos diversos júris envolvidos no sentido de assegurar a respetiva publicação em Diário da República até ao final desse ano.

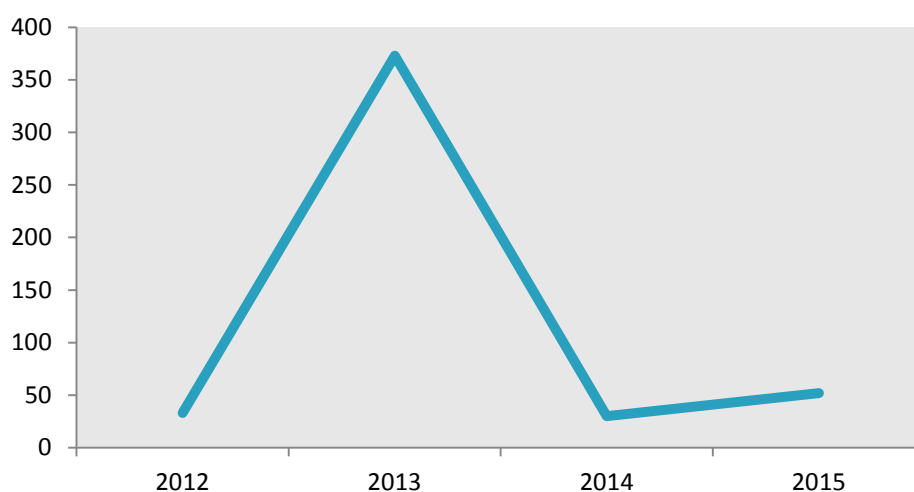
Ao longo de 2014, a CReSAP foi procurando responder a todas as solicitações. No entanto, em alguns casos, a situação tornou-se mais complexa. Na verdade, foi, pontualmente, necessário repetir procedimentos concursais, por terem ficado desertos – número insuficiente de candidatos, inferior ao mínimo exigido de candidatos selecionados a enviar em, *short list*, aos diversos membros do Governo (3), ou por não ter sido possível encontrar três candidatos com mérito de entre todos.

Outras razões ainda vieram a justificar o cancelamento de concursos, nomeadamente necessidade de retificação, alteração dos requisitos especiais do cargo, alteração dos regulamentos orgânicos, fusão ou anulação de serviços. De sublinhar que em diversos casos, veio a ocorrer desistência de um, ou mais, candidatos selecionados para integrar a *short list*, nomeadamente por terem vindo a ocupar outros cargos. Nesses casos, o membro do Governo, pode considerar cerceada a sua margem de escolha, e nessa medida solicitar a abertura de uma novo procedimento concursal.

Por este conjunto de razões, a mera informação estatística sobre o número de pedidos de abertura de procedimentos concursais, em 2015, não reflete, de forma acurada, a atividade efetivamente conduzida pela CReSAP, não obstante, naturalmente, a tendência para a estabilização dos procedimentos concursais de recrutamento e seleção dos dirigentes superiores, nomeados por um período de cinco anos.

A Figura 24 refere, exclusivamente, os pedidos iniciais, em cada um dos anos; ao todo, entre 2012 e o final de 2015, a CReSAP conduziu, pelo menos, 473 procedimentos concursais.

Figura 24. Pedidos de abertura de procedimentos concursais, 2012-2015



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

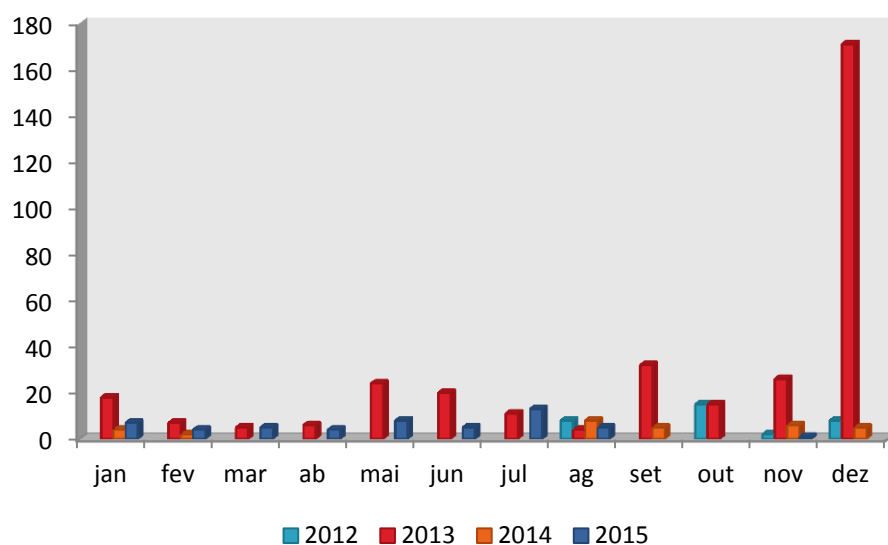
É curioso notar que os procedimentos concursais abertos em 2015 excederam em 73% os pedidos formulados em 2014. Esta evolução é tanto mais interessante quanto, em 2015, se verificou ainda outro facto relevante, com particular incidência nas atividades da CReSAP. Na verdade, a Lei 128/2015, de 3 de setembro, veio definir no seu artº. 19º, nº 13, que:

“Não pode ocorrer a designação de cargos de direção superior entre a convocação de eleições para a Assembleia da República ou a demissão do Governo e a investidura parlamentar do novo Governo”,

correspondendo a uma prática efetiva a partir de 31 de julho de 2015. Ou seja, desde o final de julho de 2015, e até ao final do ano, cessaram os pedidos de abertura de novos procedimentos concursais. A CReSAP veio apenas a enviar a informação oficialmente contida nas *short lists*, em resultado das diversas deliberações dos júris, ao novo Governo, após a sua investidura parlamentar.

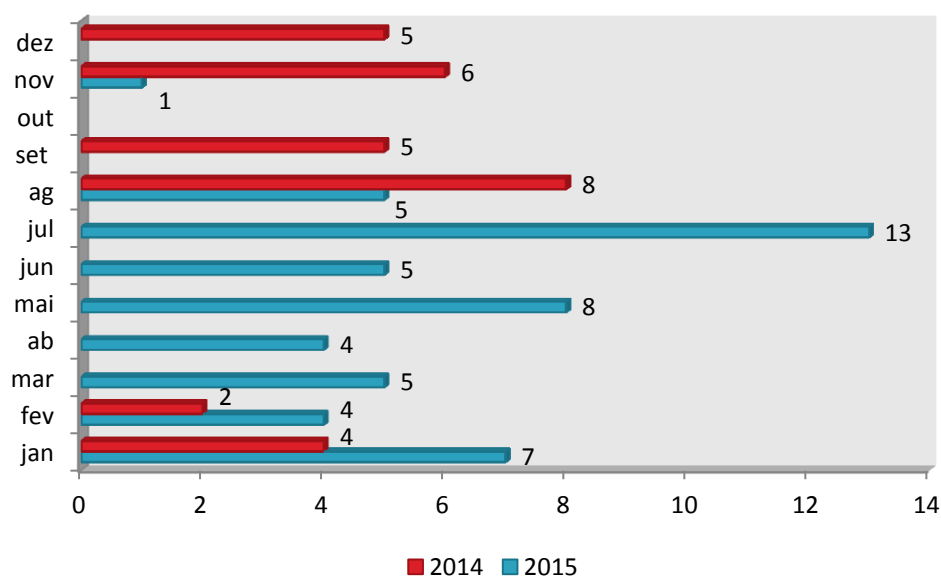
As Figuras 25 e 26 indicam a evolução mensal dos procedimentos concursais, para todos os anos, detalhando a informação para 2015 face a 2014; conforme se pode verificar, em 2015, foi solicitada a abertura de 52 novos procedimentos concursais em 2015, face aos 30 no ano anterior .

Figura 25. Pedidos de abertura de procedimentos concursais, 2012 a 2015, por meses



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

Figura 26. Pedidos de abertura de procedimentos concursais, 2014-2015, por meses

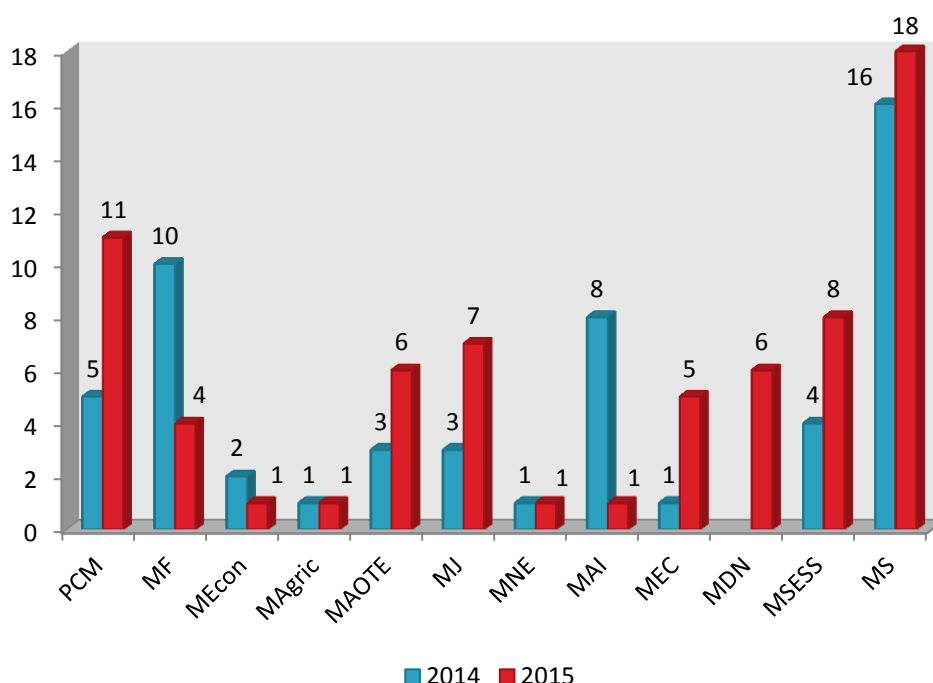


Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

A distribuição por ministérios, em 2014 e 2015, vem apresentada na Figura 27, sendo certo que o peso relativo de pedidos de abertura de procedimentos concursais reflete fundamentalmente a orgânica de cada um.

Note-se que a Figura 27 indica os procedimentos concursais abertos, conduzidos ou concluídos em 2014 e 2015. No ano a que se refere o presente relatório, embora o enquadramento legal já referido, a totalidade dos procedimentos concursais foi cerca de 28% mais elevada que no ano anterior.

Figura 27. Procedimentos concursais 2014-2015, por ministérios



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016



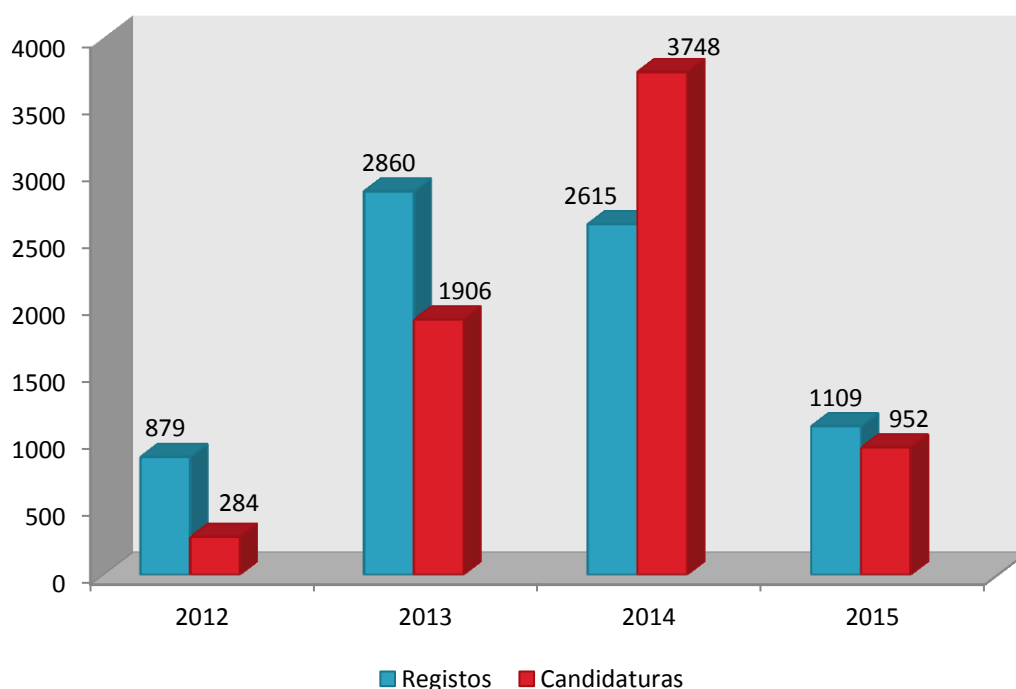
3.3. Registos e Candidaturas

Conforme referido, 2015 correspondeu já a uma fase de estabilização; a generalidade dos procedimentos concursais foi iniciada até final de 2013, conforme previsto, vindo a ser concluídos ao longo de 2014.

Ainda assim, os procedimentos concursais na situação de abertos, validados pela data de abertura das candidaturas, justificaram em 2015 o registo de 1.109 potenciais candidatos. No final do ano, a plataforma da CReSAP totalizava já cerca de 7.500 registos, sendo certo que o registo corresponde, no fundo, a uma intenção de candidatura, independentemente de vir, ou não, a tornar-se real. Em 2015, 952 potenciais candidatos formalizaram, na íntegra, a respetiva candidatura.

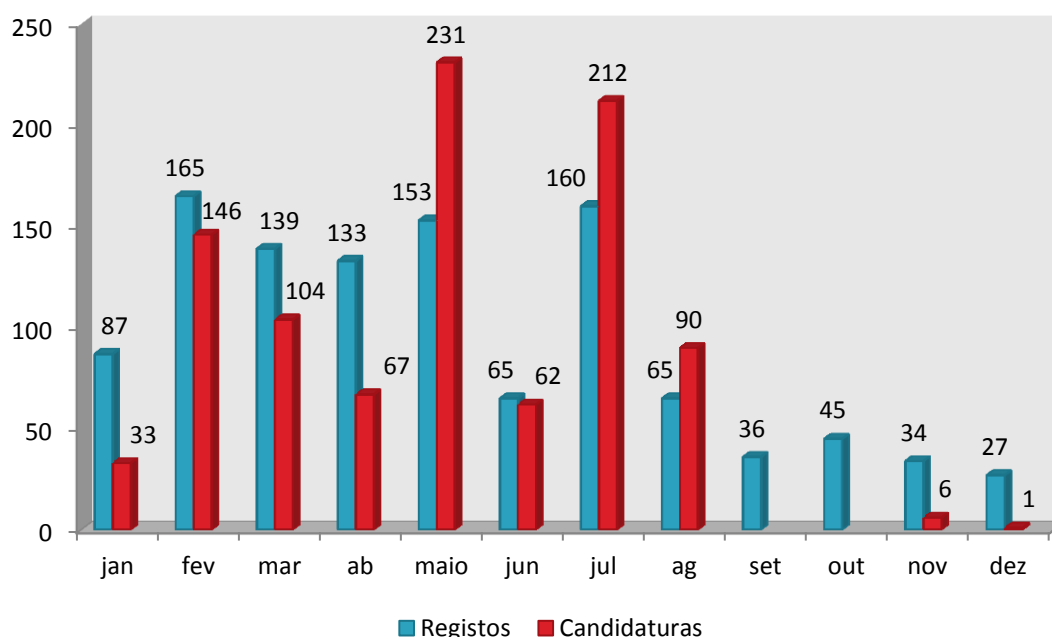
No total, entre 2012 e 2015, 92,3% dos registos vieram a traduzir-se em candidaturas efetivas.

Figura 28. Evolução anual de registos e candidaturas



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

Figura 29. Evolução mensal dos registos e candidaturas concluídas, 2015



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

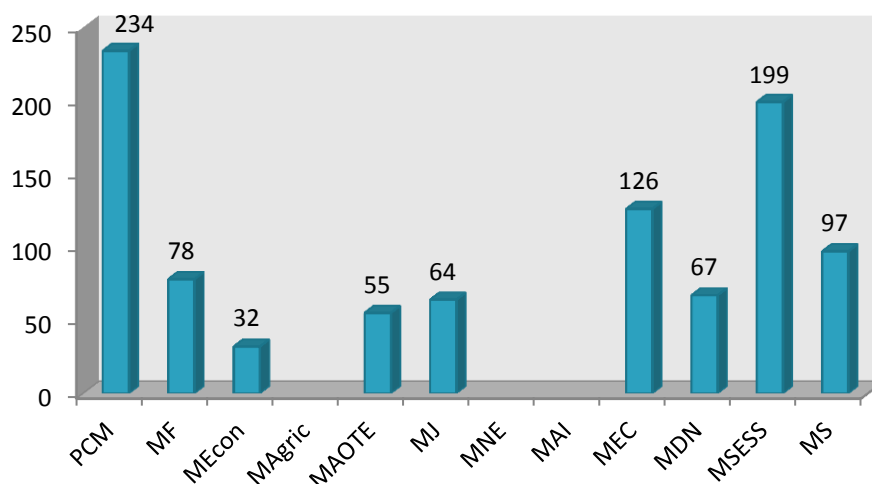
Em 2015, cerca de 86% dos utilizadores da plataforma da CReSAP concluíram as suas candidaturas; por cada registo novo, foram concluídas 1,16 candidaturas, o que indicia que, em muitos casos, potenciais candidatos estavam já registados para procedimentos em anos anteriores, ou se apresentaram a múltiplos concursos. Ainda que traduza um peso inferior ao do ano anterior (1,65), na verdade, não pode deixar de se notar que corresponde na prática, apenas a cerca de metade do ano, dada a restrição colocada pela legislação, e aplicada a partir do final de julho.

Os números confirmam o interesse revelado pelos procedimentos concursais conduzidos pela CReSAP, embora se reconheça que poderiam, de facto, ser bem mais elevados, o que por si, permite equacionar hipóteses explicativas interessantes sobre uma eventual existência de rigidez no mercado de trabalho português em termos regionais, e a presença de uma cultura, ainda presente, de “aceitação implícita” da *patronage*.

Em 2015, das 952 novas candidaturas concluídas com sucesso, a maioria ocorreu face aos procedimentos concursais abertos no contexto da PCM

(24,6%), do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (20,9%) e no Ministério da Educação e Ciência (13,2%; Figura 30).

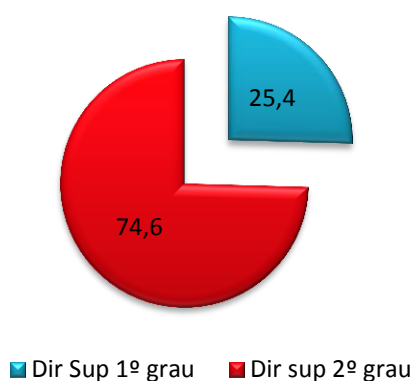
Figura 30. Candidaturas concluídas, por Ministério, 2015



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

Conforme seria de esperar, a maior parte das candidaturas com sucesso verificou-se nos procedimentos concursais para dirigentes superiores de 2º grau (Fig.31).

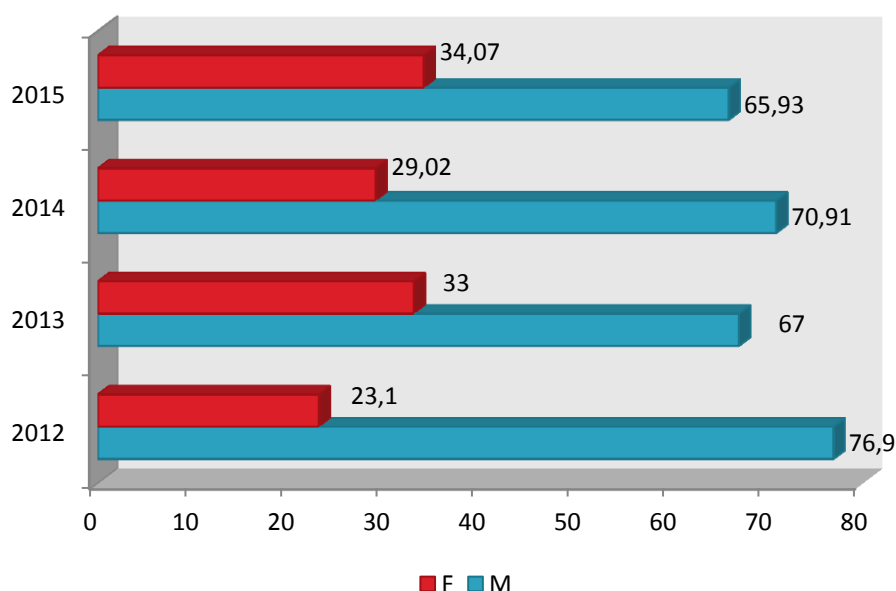
Figura 31. Candidaturas totais concluídas, por grau de dirigentes superiores (%)



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

No que respeita ao género, é interessante registar uma evolução bastante positiva em 2015; será importante, em anos seguintes, validar se traduz de facto uma tendência, ou se foi apenas ocasional, e correlacionado com características próprias dos ministérios onde se verificaram maior peso relativo das candidaturas, em particular nos Ministérios da Educação e da Segurança Social. Em 2015, 34,07% das candidaturas concluídas com sucesso foram do sexo feminino (323 pessoas), face aos 29,02% em 2014 (Fig. 32). Ainda assim, as mulheres continuam a manifestar uma menor apetência por estes cargos, independentemente dos fatores explicativos.

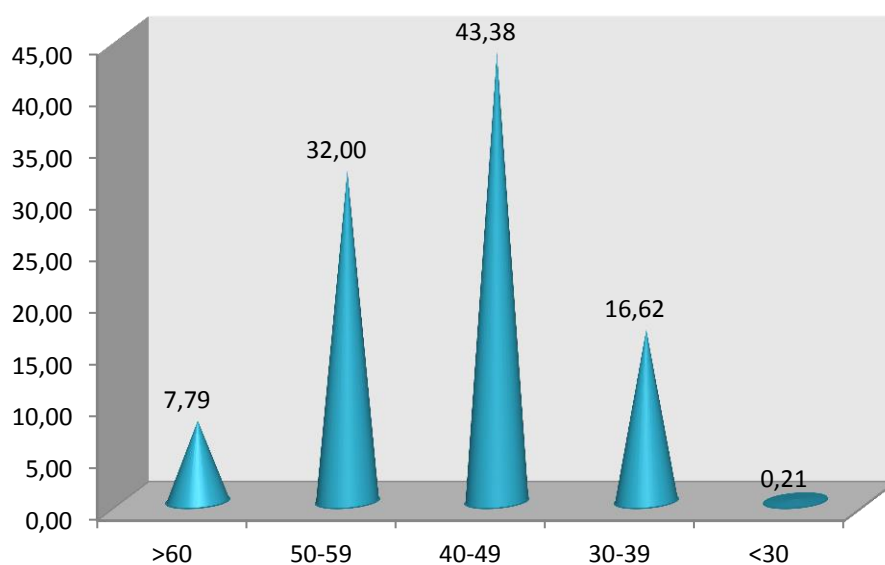
Figura 32. Candidaturas com Sucesso, por género, 2012-2015 (%)



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

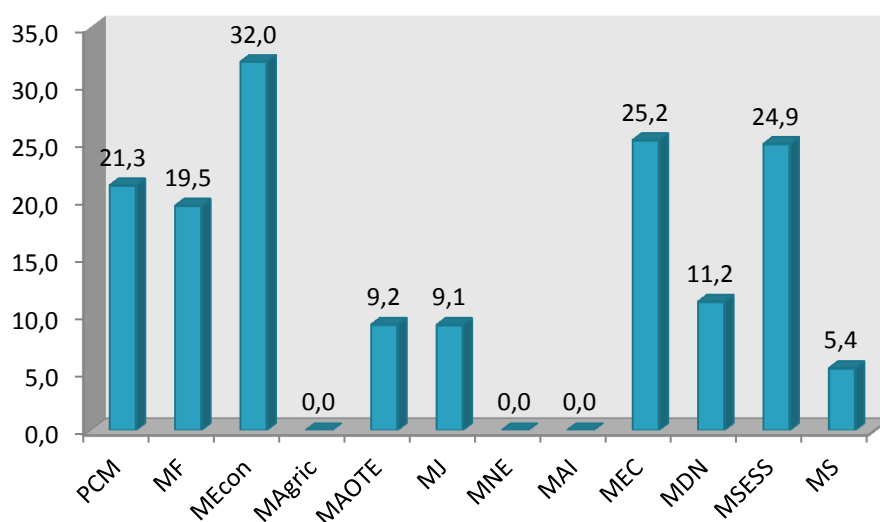
Em termos da estrutura etária, o quadro mantém-se relativamente constante face aos anos anteriores; a maior parte dos candidatos situa-se na faixa etária dos quarenta aos cinquenta anos (43,38%), como seria aliás de esperar, indiciando carreiras construídas de forma consistente (Fig. 33).

Figura 33. Candidaturas com Sucesso: Estrutura Etária, 2015 (%)



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

Figura 34. Média de candidaturas por procedimento concursal e ministério, 2015



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

Tendo em atenção o número total de procedimentos concursais conduzidos pela CReSAP desde 2012, a média de candidaturas tem vindo a aumentar; de onze candidatos em 2013, tendo em consideração o valor global conduzido desde 2012, passou-se para uma média atual de cerca de dezoito. Conforme se pode verificar na Figura 34, a média é sensível ao ministério, atingindo os 24,9 e 25,2, respetivamente nos procedimentos concursais no âmbito do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, e do Ministério da Educação; o caso do Ministério da Economia não pode ser considerado, uma vez que corresponde apenas a um caso.

Tomando a globalidade dos procedimentos concursais conduzidos desde 2012, o número máximo de candidaturas foi de 67, sendo o mínimo 1; em termos médios, apresentaram-se 15 candidatos por concurso. Não pode deixar de se salientar que são ainda números bastante baixos – tanto mais que o período em causa coincidiu com uma grave crise financeira, marcada pelo acréscimo do desemprego, o que reforça hipóteses atrás colocadas sobre algumas características do mercado de trabalho em Portugal, bem como por uma cultura, porventura ainda prevalecente, da importância relativa da patronagem.

Cerca de um terço dos candidatos pertencia ao setor privado, parte significativa dos quais com experiência relevante em funções de gestão, ainda que em muitos casos em situação de desemprego ou emprego próprio.

Tendo em conta a generalidade dos procedimentos concursais, observa-se que concorreram pessoas da administração central e da administração local, e das várias regiões do país, ainda que a larga maioria resida na grande Lisboa. O espectro profissional das candidaturas é muito lato, abrangendo dirigentes superiores da administração pública, com largos anos de experiência no cargo, ao longo de diversas legislaturas, políticos, autarcas, gestores e consultores com carreira firmada no setor privado, magistrados, docentes do ensino superior e investigadores da carreira de investigação científica, e personalidades no topo da hierarquia militar, entre outros.





3.4 Procedimentos Concurrais Concluídos

No que respeita aos procedimentos concursais, conduzidos pela CReSAP, encontram-se situações bastante diversas.

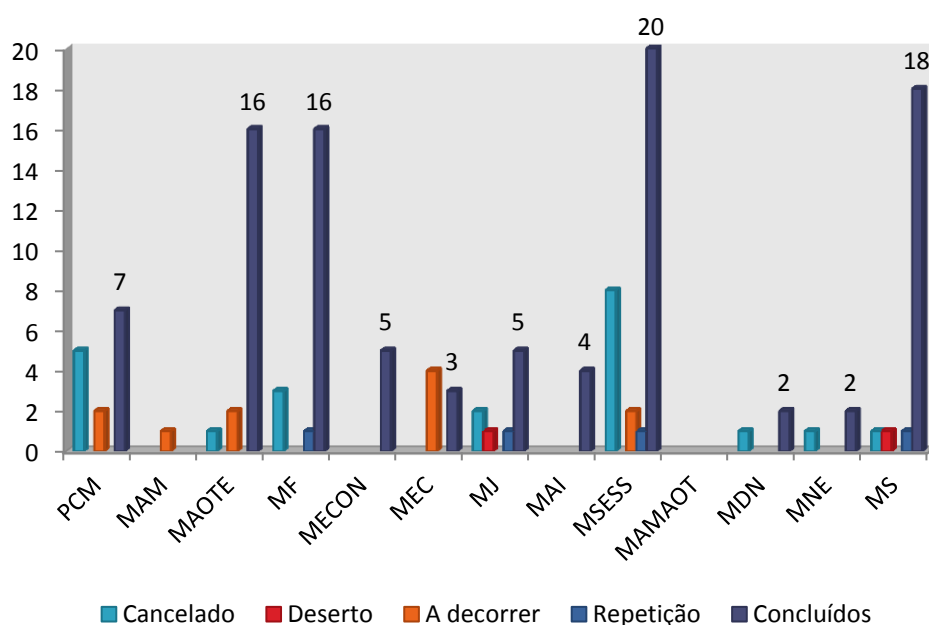
Para além dos procedimentos concursais inicialmente solicitados pelas respetivas tutelas, conforme já referido, encontram-se casos em que os mesmos tiveram de ser repetidos, foram cancelados ou ficaram desertos, por razões já atrás referidas. Cada um desses casos obrigou, contudo, à abertura de um procedimento concursal e à constituição de um júri que, por vezes, chegou a avaliar candidatos e a elaborar “short-lists” .

Nesta medida, não é fácil estabelecer exatamente a taxa de conclusão por parte da CReSAP, entendida aqui como o final de um processo de recrutamento e seleção que culmina no envio à tutela de uma pequena lista com três nomes, listados alfabeticamente

A Figura 35 informa sobre a importância relativa de cada situação , por ministério. Como se pode verificar, o conjunto das atividades desenvolvidas pela CReSAP, em termos de procedimentos concursais, ultrapassa de forma significativa o número de procedimentos concursais abertos nesse mesmo ano pela primeira vez – alguns , abertos em anos anteriores, vieram a ser repetidos, cancelados, suspensos, ou considerados desertos, de pois de todas as fases processuais concluídas. Na totalidade, em 2015, foram repetidos 4 procedimentos concursais , tendo sido cancelados , ou suspensos, outros 22; decorrem ainda, em diversas fases, 11 procedimentos. Dois concursos ficaram desertos, passando neste caso a competir ao respetivo membro do governo a nomeação para o cargo em questão. Ao longo de 2015, 98 procedimentos concursais foram integralmente concluídos, incluindo a respetiva nomeação ministerial.

Tomando como referência o número de procedimentos concursais que ainda decorrem, e que a CReSAP terá de concluir, face ao universo de procedimentos abertos, a taxa de conclusão é muito elevada, rondando os 94,1%. No entanto, é também possível uma leitura mais estrita, pecando obviamente por defeito, e que coloca os procedimentos concursais efetivamente concluídos, tendo sido portanto enviada uma *short-list*, face aos abertos ; nesse caso, a taxa de conclusão ronda os 70%.

Figura 35. Procedimento concursal , por tipologia e ministério



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

Apesar da natural tendência para a estabilização de todo o processo, ao longo de 2015, para além das informações contidas na Figura 37, vale a pena salientar que foram enviados ainda à tutela, outras 31 propostas de short-lists; destas, algumas foram canceladas, mas na maior parte dos casos, ainda não foram objeto de decisão ministerial no que respeita a nomeação.

No final de 2015, faltava realizar a primeira reunião em seis procedimentos concursais, atendo a razões de melhor oportunidade para tal de acordo com os respetivos ministérios e concluir a fase de avaliação curricular em 15 – considerando um universo de 39ª concursos. De resto , em dezanove casos, aguardava-se a indicação do novo Governo para envio das short-lists, e três estavam suspensos.

Vale a pena sublinhar que, ao longo de todos estes procedimentos concursais, que envolveram milhares de candidatos e se traduziram no envio de 353 propostas de nomeação para cargos de direção superior, na administração central , de 1º e 2º grau , envolvendo cerca de 1.171 personalidades selecionadas, a CReSAP apenas foi confrontada com um número muito baixo de reclamações, sem que algum processo tenha sido colocado em tribunal, para além de intimações para prestação de informações e passagem de certidões.

Prestadas as informações solicitadas, não houve qualquer seguimento. Isto é, de facto, notável, tendo em conta a cultura litigante que tem caracterizado muito concursos, em diversos níveis, tanto no Estado quanto em serviços e fundos autónomos , incluindo em instituições de ensino superior.



3.5 *Short -Lists*

De acordo com o Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção, os métodos de seleção incluem uma entrevista de avaliação. A entrevista de avaliação visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências de gestão e comportamentais consideradas essenciais para o exercício do cargo, publicitadas no edital de abertura do procedimento. É composta pela avaliação de competências, integrada por um conjunto de provas que permitem identificar o perfil de competências do candidato, e por uma entrevista pessoal com os membros do júri.

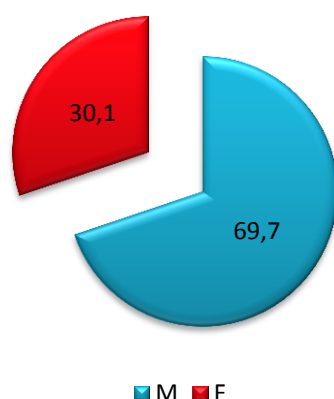
São submetidos à fase da entrevista até seis candidatos objeto de avaliação curricular, escolhidos com base na classificação média obtida no conjunto dos critérios de desempenho e dos membros do júri. Os candidatos são informados da data da entrevista através do respetivo endereço eletrónico.

As *short-lists* enviadas ao membros do governo incluem os nomes de três personalidades, listadas alfabeticamente, todas elas consideradas como tendo mérito para ocupar o cargo. A seleção não tem em conta critérios de natureza política; nas listas enviadas encontram-se personalidades que podem ser consideradas como pertencendo a diferentes quadrantes políticos, com base no que é publicamente divulgado. É certo que, por si, a assunção política de natureza partidária não atribui mérito absoluto, mas não se pode nem deve considerar como válido o seu contrário – na política, como em qualquer outra atividade profissional, social ou cultural, há quem possua competências, conhecimento e capacidades independentemente das escolhas de natureza ideológica.

Este é, contudo, ainda um dos maiores desafios com que a CReSAP se defronta, mas que situa ao nível de um processo de mudança na legislação, institucional e cultural.

Desde 2012, tomando a globalidade dos nomes propostos, a taxa de feminização das *short-lists* foi de 30,1% (Fig. 36). No entanto, corresponde sensivelmente ao peso relativo das mulheres nas candidaturas efetuadas (30,2%) .

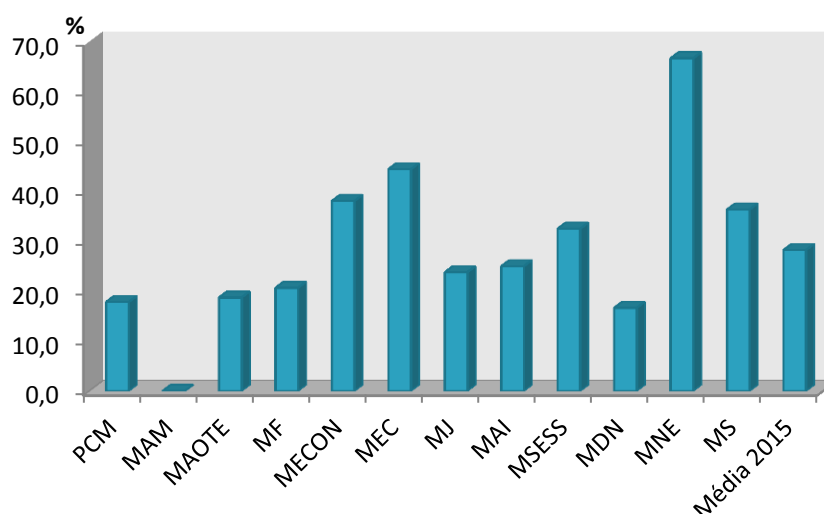
Figura 36. *Short-lists*, Taxa de feminização , 2012-2015 (%)



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

A figura 37 indica a taxa de feminização nas short-lists presentes nos procedimentos concursais, enviados, concluídos ou cancelados em 2015. O peso relativo, por ministério, deve ser interpretado com cautela – na verdade, um número demasiado baixo de procedimentos concursais, ou de candidatos, pode enviesar o resultado final, o que acontece de facto em alguns casos. Em 2015, a taxa de feminização global foi apenas de 28,3%.

Figura 37. *Short-lists*, Taxa de feminização , 2015 , por ministério (%)

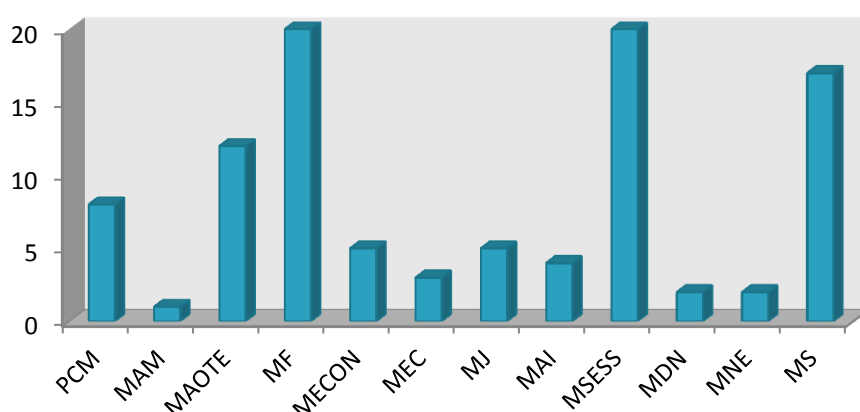


Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

Por outro lado, cerca de 14% dos candidatos selecionados pertencem ao setor privado.

Em 2015 foram nomeadas 99 personalidades, em resultado dos processos de recrutamento e seleção conduzidos pela CReSAP; os Ministérios das Finanças, da Segurança, Emprego e Solidariedade Social e da Saúde foram responsáveis por cerca de 58% do total.

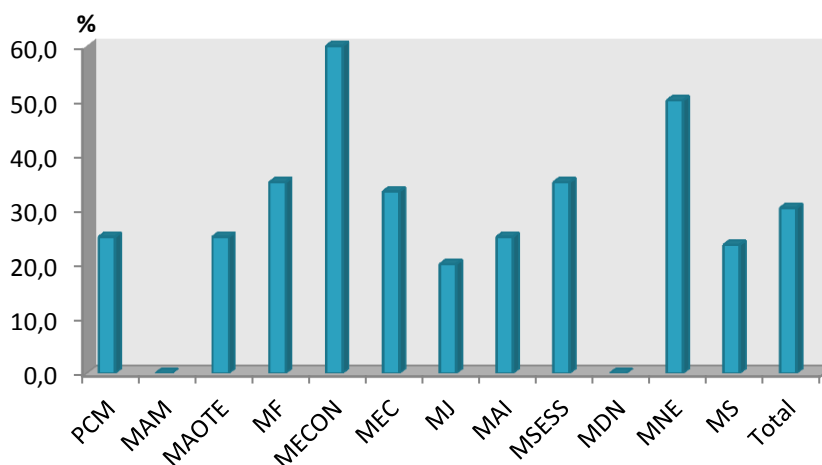
Figura 38. Nomeações, por ministério



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

Em termos globais, em 2015, a taxa de feminização das nomeações foi na ordem dos 30,3%, superior à contida nas short-lists. É, no entanto, muito sensível aos pequenos números.

Figura 39. Taxa de feminização das nomeações, por ministério



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

O Quadro 3, que se segue, apresenta a listagem total dos procedimentos concursais solicitados, abertos e concluídos pela CReSAP. Enquadrado por uma lógica de abertura e transparência, optou-se aqui por informar publicamente sobre o trabalho desenvolvido, as *short-lists* enviadas e as nomeações feitas pelas respetivas tutelas; as informações relativas a 2015 estão diferenciadas.

Dado o compromisso da CReSAP relativo à condução de todos os procedimentos concursais nesta fase de transição, optou-se ainda por apresentar a listagem global dos procedimentos concursais.

Quadro 3. Listagem de procedimentos concursais, 2011-2015

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	<i>short-list</i>	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
18	24-ago-12	PCM	SG-PCM	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-nov-12	Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão; José Albano da Silva Santos Ramos; José Maria Sousa Rego.	José Maria Belo de Sousa Rego	1-mar-13	12
19	24-ago-12	PCM	SG-PCM	Secretário-Geral Adjunto	Concluído sem decisão ministerial	14-nov-12	Ana Maria Pereira Vaz; Ana Palmira Antunes de Almeida; Artur Manuel dos Reis Lami.	O lugar foi extinto		15
20	24-ago-12	PCM	SG-PCM	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	14-nov-12	Catarina Maria Romão Gonçalves; Margarida Isabel Rosado Pelerito Araújo Gonçalves; Nuno Ricardo Ferreira Alves.	Catarina Maria Romão Gonçalves	1-mar-13	6
22	30-ago-12	PCM	AMA	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	29-out-12	Artur Manuel Lami; Francisco Jaime Quesado; Paulo Manuel da Conceição Neves.	Paulo Manuel da Conceição Neves	28-nov-12	12
23	30-ago-12	PCM	AMA	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	31-out-12	Felisberto Neves da Silva Cardoso; Francisco Manuel Ghira Coimbra Martins; Manuel Paulo Oliveira Ricou.	Manuel Paulo Oliveira Ricou	28-nov-12	9

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	<i>short-list</i>	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
24	30-ago-12	PCM	AMA	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	5-nov-12	Bárbara Sousa Rosa Santos MacGuinness; Felisberto Neves da Silva Cardoso; Zaida Maria dos Anjos Gaspar de Barros Martinho Chora.	Bárbara Sousa Rosa Santos MacGuinness	30-nov-12	13
25	31-ago-12	MEE	DGAE	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	31-out-12	Artur Manuel Lami; Helder Manuel Ramos Oliveira; Maria Cristina Vieira Lourenço.	Artur Manuel Reis Lami	31-jan-13	19
26	31-ago-12	MEE	DGAE	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-nov-12	Celestino Martins Soares Ferreira; Maria de Lurdes Dias Belchior Capelas; Nelson da Cruz Vergas.	Maria de Lurdes Belchior Capelas	31-jan-13	15
31	1-out-12	MEE	IPQ	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	7-dez-12	Ana Maria Fortuna Andrade; Jorge Manuel Diogo Marques Santos; Maria de Lurdes Capelas.	Jorge Manuel Diogo Marques dos Santos	20-mar-13	5
32	1-out-12	MEE	IPQ	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	12-jan-13	Amadeu Burriga Alves Silvestre; António José Ruas Mira dos Santos; Jorge Manuel dos Santos Farromba.	António José Ruas Mira dos Santos	20-mar-13	10
33	1-out-12	MEE	IPQ	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	7-dez-12	Ana Maria Fortuna Andrade; Maria de Lurdes Capelas; Ricardo Jorge Gomes Fernandes.	Ricardo Jorge Gomes Fernandes	20-mar-13	7
35	3-out-12	MEE	IPAC	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	14-dez-12	Ana Maria Fortuna Andrade; Leopoldo Carlos Coutinho Parreira Cortez; Maria de Lurdes Capelas.	Leopoldo Carlos Coutinho Parreira Cortez	20-mar-13	3
36	3-out-12	MEE	IPAC	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	14-dez-12	Ana Maria Fortuna Andrade; Paulo Jorge da Venda Ferreira Tavares; Ricardo Jorge Gomes Fernandes.	Paulo Jorge da Venda Ferreira Tavares	19-mar-13	5

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
42	15-out-12	MEE	ACT	Subinspetor-Geral (2)	Concluído com decisão ministerial	13-dez-12	António José Robalo Santos; Daniel José de Freitas Esaguy; Luís Filipe Nascimento Lopes; Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo; Mariana Fogaça do Canto e Castro ; Pedro Nuno Pimenta Braz.	António José Robalo Santos; Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo	24-jan-13	19
43	15-out-12	MEE	ACT	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-dez-12	Luís Filipe Nascimento Lopes; Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo; Pedro Nuno Pimenta Braz.	Pedro Nuno Pimenta Braz	24-jan-13	9
44	16-out-12	PCM	DGAL	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	17-dez-12	Artur Lami; Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues; Lucília Maria Samoreno Ferra.	Lucília Maria Samoreno Ferra	19-fev-13	16
45	16-out-12	PCM	DGAL	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-dez-12	Eugénio Carvalho Barata; Joaquim António Rodrigues Pereira; Maria Manuel Oliveira.	Eugénio Carvalho Barata	19-fev-13	14
46	16-out-12	PCM	DGAL	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-dez-12	Carlos Alberto Meireles Martins; Eugénio Carvalho Barata; Paulo Adriano Melhorado Guindeira.	Carlos Alberto Meireles Martins	19-fev-13	13
51	19-out-12	MAMAOT	DGADR	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	10-jan-13	Artur Manuel Reis Lami; Francisco Manuel Pais de Sousa Freitas; Pedro Miguel Costa da Silva Teixeira	Pedro Miguel Costa da Silva Teixeira	30-jan-13	4
52	19-out-12	MAMAOT	DGPM	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	10-jan-13	João Fonseca Ribeiro; Maria Manuel Oliveira; Teresa Maria Gamito.	João Manuel Rijo da Fonseca Ribeiro	17-jan-13	5
53	19-out-12	MAMAOT	DGAV	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	10-jan-13	Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito; João Paulo de Carvalho Alves Costa; Luís Henrique Pereira Braz Marques.	Alexandre Nuno Vaz Baptista	6-fev-13	4
54	19-out-12	MAMAOT	IPMA	Presidente do Conselho Diretivo	Solicitado novo procedimento			N.º insuficiente de candidatos		2

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
54	19-out-12	MAMAOT	IPMA	Presidente do Conselho Diretivo	Deserto	10-jan-13		Jorge Miguel Alberto de Miranda	12-fev-13	2
62	30-out-12	MAI	ANSR	Presidente	Concluído com decisão ministerial	8-jan-13	Carlos Gonçalves; Felisberto Neves da Silva Cardoso; Jorge Manuel Quintela Brito Jacob.	Jorge Manuel Quintela Brito Jacob	30-jan-13	18
63	30-out-12	MAI	ANSR	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	9-jan-13	Carlos Gonçalves; Felisberto Neves da Silva Cardoso; Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.	Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho	30-jan-13	27
79	19-nov-12	MEE	GISAF	Diretor	Solicitado novo procedimento	15-fev-13	Ana Pacheco; Pedro Fernando Gomes Pires; Pedro Nuno Ferreira.	Desistência de 1 dos nomes da "short list"; n.º insuficientes de propostas na short list		11
79	19-nov-12	MEE	GISAF	Diretor	Concluído com decisão ministerial	17-set-13	Jorge Andrade Martins; Nelson Rodrigues de Oliveira; Pedro Nuno Ferreira.	Nelson Rodrigues de Oliveira	6-nov-13	8
96	23-nov-12	MS	SG-MS	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	27-mar-13	Célia Maria Ferreira Tavares Cravo; Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho; Sandra Paula Nunes Cavaca Saraiva de Almeida	Sandra Paula Nunes Cavaca Saraiva de Almeida	23-abr-13	40
91	22-dez-12	MAMAOT	DRAP Norte	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	7-fev-13	Ângelo Augusto Santos Oliveira; António Afonso Ribeiro Barroso; Manuel José Serra de Sousa Cardoso.	Manuel José Serra de Sousa Cardoso	12-mar-13	5
92	22-dez-12	MAMAOT	DRAP Algarve	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	7-fev-13	Ângelo Augusto Santos Oliveira; Fernando Manuel Neto Severino; João Pedro Valadas da Silva Monteiro.	Fernando Manuel Neto Severino	13-mar-13	6
93	22-dez-12	MAMAOT	DRAP Centro	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	13-fev-13	Adelina Maria Machado Martins; Ângelo Augusto Santos Oliveira; José Pedro Pestana Fragoso Almeida.	Adelina Maria Machado Martins	13-mar-13	7
94	22-dez-12	MAMAOT	DRAP Alentejo	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	13-fev-13	Ângelo Augusto Santos Oliveira; Francisco Maria Santos Murteira; Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão.	Francisco Maria Santos Murteira	13-mar-13	6

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
95	22-dez-12	MAMAOT	DRAP LVT	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	14-fev-13	Ângelo Augusto Santos Oliveira; Maria Elisete da Costa Jardim; Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão.	Maria Elisete da Costa Jardim	24-mai-13	19
104	17-dez-12	MAMAOT	INIAV	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	9-abr-13	António Maria Marques Mexia; Manuel Pedro Fevereiro; Nuno Figueira Boavida Canada	Nuno Figueira Boavida Canada	24-dez-13	12
107	21-dez-12	MAMAOT	IVV	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	9-abr-13	António Frederico Sousa Cid de Sousa Falcão; Filipa Melo de Vasconcelos; Pedro Miguel Cardoso de Castro Rego	António Frederico Sousa Cid de Sousa Falcão	26-jun-13	5
1	8-jan-13	MEE	LNEG	Presidente do Conselho Diretivo	Solicitado abertura de novo procedimento concursal			Alteração da Lei orgânica		
2	8-jan-13	MEE	LNEG	Vogal do Conselho Diretivo	Solicitado abertura de novo procedimento concursal			Alteração da Lei orgânica		
3	8-jan-13	MEE	LNEG	Vogal do Conselho Diretivo	Solicitado abertura de novo procedimento concursal			Alteração da Lei orgânica		
6	9-jan-13	MDN	SG-MDN	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	1-mar-13	Gustavo André Esteves Alves Madeira; Maria do Céu Dias Madeira; Maria Teresa Pinto de Almeida Chaves Almeida.	Gustavo André Esteves Alves Madeira	15-abr-13	10
7	9-jan-13	MEE	ASAE	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	21-mai-13	Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues; Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia; Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar.	Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar	27-set-13	25
8	9-jan-13	MEE	ASAE	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	31-mai-13	Fernando Santos Pereira; Hélder Constantino Silveiro Barreto; Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra.	Fernando Santos Pereira	13-jan-14	17
9	9-jan-13	MEE	ASAE	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	31-mai-13	Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; Jorge Proença dos Reis; Maria do Céu Dias Madeira			49

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
12	14-jan-13	MJ	SG-MJ	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	7-mar-13	Cristina Alexandra de Jesus Soares de Almeida Rosado Correia; José Albano da Silva Santos; Maria Antónia Pereira Leite Freitas Moura Anes.	Maria Antónia Pereira Leite Freitas Moura Anes	25-mar-13	11
14	22-jan-13	MEC	CNE	Secretário-Geral	Proposta enviada à tutela	18-mai-13	Célia Maria Ferreira Tavares Cravo; Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado; Maria Manuel Oliveira.			17
15	22-jan-13	MEC	SG-MEC	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	16-mai-13	Ana Palmira Antunes de Almeida; Célia Maria Ferreira Tavares Cravo; Maria do Céu Dias Madeira.	Ana Palmira Antunes de Almeida	19-nov-13	20
16	22-jan-13	MEC	SG-MEC	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	15-mai-13	Diva Cristina Esteves de Sousa; Maria da Purificação Cavaleiro Afonso Pais; Maria Teresa de Oliveira Pereira de Seixas Nunes.	Maria da Purificação Cavaleiro Afonso Pais	25-jul-13	15
17	22-jan-13	MEC	SG-MEC	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-mai-13	António Raúl da Costa Tórreres Capaz Coelho; Célia Maria Ferreira Tavares Cravo; Gonçalo Arez de Mascarenhas Pombeiro.	António Raúl da Costa Tórreres Capaz Coelho	25-jul-13	7
18	28-jan-13	MAMAOT	IVDP	Presidente	Concluído com decisão ministerial	9-abr-13	Manuel de Novaes Cabral; Maria Manuel Oliveira; Paulo Adriano Melhorado Guindeira.	Manuel de Novaes Cabral	26-jun-13	8
19	4-fev-13	MEE	ANQEP	Vogal do Conselho Diretivo (2)	Concluído com decisão ministerial	9-mai-13	Ana Cláudia Formiga Fernandes Valente; Francisco Armando e Sousa de Almeida Marques; Francisco Manuel Ghira Coimbra Martins; Maria do Céu Dias Madeira; Miguel Justiniano Baião Santos; Susana Emília Vaz de Oliveira Sá.	Francisco Armando e Sousa de Almeida Marques e Miguel Justiniano Baião dos Santos	24-dez-13	29
20	4-fev-13	MEE	ANQEP	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	10-mai-13	Gonçalo Arez de Mascarenhas Pombeiro; Gonçalo Xufre Silva; José Carlos Pereira das Neves.	Gonçalo Xufre Gonçalves da Silva	24-dez-13	12

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
22	8-fev-13	MEE	GPIAA	Diretor	Solicitado novo procedimento	18-mai-13	Filipe Fernandes Albuquerque; José António Fernandes Limão Gata; José Miguel Almeida da Silva.	Desistência de 1 dos nomes da "short list"; número insuficiente de candidatos na <i>short list</i>		7
22	8-fev-13	MEE	GPIAA	Diretor	Concluído com decisão ministerial	12-set-13	Álvaro Eduardo Correia Neves; José António Fernandes Limão Gata; José Miguel Almeida da Silva.	Álvaro Eduardo Correia Neves	12-nov-13	7
25	22-fev-13	MJ	SG-MJ	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	6-mai-13	Amadeu Burrica Alves Silvestre; Luís Eugénio de Lemos da Cunha Matos; Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira.	Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira	12-jun-13	15
26	27-fev-13	MS	IGAS	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	26-abr-13	José António Martins Coelho; Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar; Zélia Maria da Silva Brito.	José António Martins Coelho	24-mai-13	15
27	27-fev-13	MS	IGAS	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	29-abr-13	Celestino Martins Soares Ferreira; Fernando Santos Pereira; Maria do Rosário Gomes da Silva Branco Raposo.	Maria do Rosário Gomes da Silva Branco Raposo	31-mai-13	34
28	1-mar-13	MNE	DGACCP	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	30-abr-13	António Manuel Pires Gomes Samuel; Jorge Eduardo Perestrelo Botelho Lobo de Mesquita; Maria José Mesquita Lopes Carujo.	Maria José Mesquita Lopes Carujo	28-mai-13	14
33	11-mar-13	PCM	GMCS	Diretor	Suspensão					
34	11-mar-13	MAMAOT	DGRNSSM	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	21-out-13	António Duarte de Almeida Pinho; Armando Miguel Perez de Jesus Sequeira; Rui Tainha Ribeiro do Rosario.	Armando Miguel Perez de Jesus Sequeira	18-nov-13	12
38	26-mar-13	MF	DGAEP	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	29-mai-13	Carolina Maria Gomes Ferra; Maria Joana Andrade Ramos; Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar.	Maria Joana Andrade Ramos	24-jun-13	12

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
39	26-mar-13	MF	DGAEP	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	5-jun-13	Ana Maria Fortuna Andrade; Gonçalo Arez de Mascarenhas Pombeiro; Maria Joana Andrade Ramos; Sílvia Cristina Palma Jesus Gonçalves Esteves; Vasco Manuel Dias Costa Hilário; Vitor Jaime Pereira Alves.	Sílvia Cristina Palma Jesus Gonçalves Esteves e Vasco Manuel Dias da Costa Hilário	24-jun-13	18
41	9-abr-13	PCM	DRC Alentejo	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	6-set-13	Ana Paula Amendoeira; Henrique de Matos Parente; Vitor Manuel Baptista Martelo.	Ana Paula Amendoeira	18-dez-13	11
42	9-abr-13	PCM	DRC Centro	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	16-set-13	António Manuel de Almeida dos Santos Queirós; Berta de Lourdes da Cruz Duarte; Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro.	Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro	18-dez-13	17
43	9-abr-13	PCM	DRC Norte	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	6-set-13	António Manuel Torres da Ponte; Carlos Alberto Couto Silva; Paula Araújo Pereira da Silva.	António Manuel Torres da Ponte	10-dez-13	23
44	9-abr-13	PCM	DRC Algarve	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	6-set-13	Dália da Conceição Paulo; Jose António de Jesus Martins; Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues Gonçalves.	Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues Gonçalves	18-dez-13	11
45	12-abr-13	MJ	DGPJ	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	20-jun-13	António Delicado; Maria João Mimoso Ferreira Baptista; Susana Antas Fernandes Videira Branco.	Susana Antas Fernandes Videira Branco	4-out-13	6
46	19-abr-13	MAMAOT	CCDR Norte	Presidente	Concluído com decisão ministerial	11-jul-13	Carlos Alberto Sousa Duarte Neves; Emídio Ferreira dos Santos Gomes; Juvenal Silva Peneda.	Emídio Ferreira dos Santos Gomes	14-ago-13	26
51	10-mai-13	MAMAOT	ICNF	Presidente	Concluído com decisão ministerial	7-mar-14	José Carlos de Sousa Uva Patrício Paul; Maria de Fátima Mendes Fernandes; Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva.	Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva	30-jul-14	18

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	<i>short-list</i>	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
52	10-mai-13	MJ	IGFEJ	Presidente	Concluído com decisão ministerial	2-ago-13	António Almeida Figueiredo Barbosa Pombeiro; José Miguel Antunes Fernandes; Rui Alberto Mateus Pereira.	Rui Alberto Mateus Pereira	8-out-13	12
53	10-mai-13	MJ	IGFEJ	Vogal	Concluído com decisão ministerial	2-ago-13	Joaquim Manuel Marques Cardoso; Luis Miguel Sá Canhoto; Maria Helena Arranhado Carrasco Campos.	Joaquim Manuel Marques Cardoso	8-out-13	14
54	10-mai-13	MJ	IGFEJ	Vogal	Concluído com decisão ministerial	2-ago-13	Carlos Miguel Ferreira Soares Brito; Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro; Zaida Maria dos Anjos Gaspar de Barros Martinho Chora.	Carlos Miguel Ferreira Soares de Brito	8-out-13	6
55	14-mai-13	MSSS	Casa Pia Lisboa	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	17-set-13	Eduardo Alberto Macedo Vilaça; José Joaquim Antunes Fernandes; Maria Cristina Ricardo Inês Fangeiro.	Maria Cristina Ricardo Inês Fangeiro	24-dez-13	9
56	14-mai-13	MSSS	Casa Pia Lisboa	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	17-set-13	Eduardo Alberto Macedo Vilaça; Maria Manuela Machado Araújo; Teresa Cristina Lucas Evaristo.	Eduardo Alberto Macedo Vilaça	24-dez-13	11
57	14-mai-13	MSSS	Casa Pia Lisboa	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	17-set-13	José Manuel Martins Lucas; Marina Flávia Parício del Olmo e Pincarlho; Paula Margarida dos Santos Ferreira Vicente.	José Manuel Martins Lucas	24-dez-13	28
58	14-mai-13	MSSS	INR	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	20-set-13	José Manuel Braga Madeira Seródio; Paulo Filipe Machado; Sérgio António Gomes da Silva.	José Manuel Braga Madeira Seródio	24-dez-13	9
59	14-mai-13	MSSS	INR	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	20-set-13	Deolinda Maria Picado; Helena João Paraíso Diniz Gonçalves Santos Pinto; Marina Van Zeller.	Marina Cardoso Van Zeller	27-dez-13	7
60	14-mai-13	MSSS	DGSS	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	26-set-13	Joaquim Manuel Croca Caeiro; José Nuno Rangel Cid Proença; Sérgio António Gomes da Silva.	José Nuno Rangel Cid Proença	24-dez-13	8

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
61	14-mai-13	MSSS	DGSS	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	19-set-13	Fernando Jorge da Silva Colmenero Ferreira; Isabel Maria dos Santos Morgado Costa Saldida; Teresa Cristina Lucas Evaristo.	Fernando Jorge da Silva Colmenero Ferreira	27-dez-13	10
62	14-mai-13	MSSS	SG-MSSS	Secretário-Geral	Proposta enviada à tutela	19-set-13	Ana Maria Fortuna Andrade; Maria João Paula Lourenço; Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento.	Sem nomeação a 31 dez 2015		11
63	14-mai-13	MSSS	SG-MSSS	Secretário-Geral Adjunto	Cancelado			O lugar foi extinto		
64	14-mai-13	MSSS	SG-MSSS	Secretário-Geral Adjunto	Proposta enviada à tutela	19-set-13	Francisco Paulo Branco Neto de Carvalho; Isabel Maria Costa Ramos; Sara Maria Murta Ribeiro.	Sem nomeação a 31 dez 2015		12
65	14-mai-13	MSSS	IG-MSSS	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-jul-13	Fernando Manuel de Magalhães Teixeira Pinto; Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento; Paulo Jorge Carvalho de Brito.	Paulo Jorge Carvalho de Brito	24-dez-13	12
66	14-mai-13	MSSS	IG-MSSS	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-jul-13	Eduardo Alberto Macedo Vilaça; Mafalda Maria Gomes de Figueiredo Falcão de Bettencourt; Paulo Jorge Ramos da Silva;	Mafalda Maria Gomes de Figueiredo Falcão de Bettencourt	24-dez-13	13
67	14-mai-13	MSSS	IG-MSSS	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	19-jul-13	Paulo Jorge Ramos Silva; Paulo José Mendes de Oliveira; Ricardo José Ramos Antunes.	Paulo Jorge Ramos Silva	24-dez-13	16
68	24-mai-13	MAMAOT	GPP	Diretor	Repetição	27-set-13	Número insuficiente de candidatos com mérito			6
68	27-set-13	MAMAOT	GPP	Diretor	Concluído com decisão ministerial	25-set-14	Eduardo Albano Duque Correia Diniz Fernando Alves Marques Mano João Filipe Gonçalves Jesus	Eduardo Albano Duque Correia Diniz	16-out-14	5
69	24-mai-13	MAMAOT	IFAP	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	28-fev-14	Fernando Alves Marques Mano; Luís Miguel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros; Maria de Fátima Mendes Fernandes	Luís Miguel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros;	6-mai-14	12

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
72	30-mai-13	MS	DGS	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	2-ago-13	Ana Maria Esteves de Leça Pereira; Francisco Henrique Moura George; João Joaquim Rodrigues da Silva Breda.	Francisco Henrique Moura George	17-set-13	3
73	30-mai-13	MS	DGS	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	31-jul-13	Catarina de Senna Fernandes Cabral Sena; Francisco Pedro Simões Coimbra Dinis Cabral; Maria do Céu Dias Madeira.	Catarina de Senna Fernandes Cabral Sena	18-set-13	10
74	30-mai-13	MS	DGS	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	2-ago-13	Ana Maria Esteves de Leça Pereira; Carla Alexandra Fonseca da Costa; Maria da Graça Gregório de Freitas.	Maria da Graça Gregório de Freitas	19-set-13	3
75	30-mai-13	MS	INS Dr. Ricardo Jorge	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído sem decisão ministerial	15-nov-13	João Joaquim Rodrigues da Silva Breda; Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo; Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes.	Número insuficiente de candidatos com mérito, por desistência		5
75	11-set-13	MS	INS Dr. Ricardo Jorge	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	12-mai-14	António Guilherme de Almeida Gonçalves Fernando José Ramos Lopes Almeida Gracinda Maria Martins Sanches Fernandes	Fernando José Ramos Lopes Almeida	15-jul-14	7
76	30-mai-13	MS	INS Dr. Ricardo Jorge	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	18-nov-13	Francisco Pedro Simões Coimbra Dinis Cabral; José Maria Mendes Ribeiro de Freitas Albuquerque; Maria Manuela Duarte Veloso de Carvalho Sousa.	José Maria Mendes Ribeiro de Freitas Albuquerque	11-mar-14	18
77	3-jun-13	MAMAOT	IPMA	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	17-ab-14	João Nuno Vilhena de Sousa Lourenço Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo Rui Tainha Ribeiro do Rosário	João Nuno Vilhena de Sousa Lourenço	7-ag-14	5
78	3-jun-13	MAMAOT	IPMA	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	29-ab-2014	Rui Nuno Almeida Dias Fernandes ; Alexandre José Lopes Guedes da Silva; Rui Tainha Ribeiro do Rosário	Rui Nuno Almeida Dias Fernandes	27 -ag- 2014	13
79	3-jun-13	MAMAOT	GPIAM	Diretor	Cancelado			Nova lei orgânica		
80	3-jun-13	MAMAOT	DGPM	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	23-ab-2014	Jorge Codinha Antunes Barroso Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo Rui Tainha Ribeiro do Rosário	Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo	18-jun-14	23

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
81	3-jun-13	MAMAOT	DGRNSSM	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	23-ab-2014	Ana Rita Marques Berenguer Ana Maria Rodrigues Seixas Val Ferreira Jorge Codinho Antunes Barroso	Ana Rita Marques Berenguer	27-mai-14	12
82	3-jun-13	MAMAOT	DGRNSSM	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	23-ab-2014	Carlos Miguel Alves de Mendonça Arrais Paulo José Mendes de Oliveira Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Estevão Pedro	Carlos Miguel Alves de Mendonça Arrais	18-jun-14	13
84	4-jun-13	MAMAOT	DRAP Alentejo	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	10-out-13	Álvaro Manuel Ferraz Festas; Jorge Alexandre Fernandes Capitão; Luís Miguel de Almeida Tavares Dias.	Álvaro Manuel Ferraz Festa	24-jun-14	13
85	4-jun-13	MAMAOT	DRAP Norte	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	11-out-13	Adelino Augusto dos Santos Bernardo; António José Alves dos Santos; José da Assunção Lopes Maçaira.	Adelino Augusto dos Santos Bernardo	11-dez-13	7
86	4-jun-13	MAMAOT	DRAP Norte	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	16-out-13	António José Alves dos Santos; Mário João de Sousa Barbosa Araújo e Silva; Marta Susana Gomes Moreira.	Mário João de Sousa Barbosa Araújo e Silva	10-dez-13	13
87	4-jun-13	MAMAOT	DRAP Algarve	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	17-out-13	Fernando Alves Marques Mano; José Manuel Valente Graça; Rui Miguel dos Santos Mota e Costa.	José Manuel Valente Graça	10-dez-13	11
88	6-jun-13	MEE	LNEG	Presidente do Conselho Diretivo	Cancelado	15-nov-13	Fernando Arnaldo Duarte de Carvalho; Rui da Silva Rodrigues; Tiago Norton dos Reis Andrade e Sousa.	Nova lei orgânica		11
89	6-jun-13	MEE	LNEG	Vogal do Conselho Diretivo	Cancelado	13-nov-13	Humberto António Ferreira Carlos; Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; Maria Cristina Vieira Lourenço.	Nova lei orgânica		12
90	6-jun-13	MEE	LNEG	Vogal do Conselho Diretivo	Cancelado	18-nov-13	Helder José Perdigão Gonçalves; Isabel Maria Palma Aleixo Cabrita; Manuel João de Albuquerque Rocha Pereira Bóia.	Nova lei orgânica		8
91	13-jun-13	MF	SSAP	Presidente	Concluído com decisão ministerial	10-ab-14	Humberto Jorge Alves Meirinho Paula Margarida dos Santos Ferreira Teresa Maria de Oliveira Cabeçudo Torres Martins	Humberto Jorge Alves Meirinho	30-out-14	24

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	<i>short-list</i>	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
92	13-jun-13	MF	SSAP	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	10-ab-14	Fernanda Maria Vintém Rodrigues Ana Maria Sena Brogueira Monterrozo Carneiro Paula Margarida dos Santos Ferreira	Fernanda Maria Vintém Rodrigues	16-dez-14	31
94	13-jun-13	MAMAOT	DGADR	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-mai-14	Maria Filipa de Sousa Câmara Horta Osório Ana Maria Rodrigues Seixas Val Ferreira João Pedro Rodrigues Machado	Maria Filipa de Sousa Câmara Horta Osório	16-jul-14	9
95	21-jun-13	MSSS	IGFCSS	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	23-set-13	António Almeida Figueiredo Barbosa Pombeiro; José Albano da Silva Santos; Manuel Pedro da Cruz Baganha.	Manuel Pedro da Cruz Baganha	24-dez-13	8
96	21-jun-13	MSSS	IGFCSS	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	24-set-13	António Henrique da Silva Cruz; Nelson da Cruz Vergas; Paulo Manuel de Moraes Francisco.	Paulo Manuel de Moraes Francisco	24-dez-13	8
97	21-jun-13	MSSS	IGFCSS	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	24-set-13	Marina Flávia Parício del Olmo e Pincarilho; Paulo Manuel de Moraes Francisco; Teresa Maria da Silva Fernandes.	Teresa Maria da Silva Fernandes	30-dez-13	14
100	27-jun-13	MAMAOT	DRAP LVT	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	20-mai-14	Jorge Alexandre Fernandes Capitão Fernando Alves Marques Mano João Pedro Rodrigues Machado	Jorge Alexandre Fernandes Capitão	24-jun-14	27
102	4-jul-13	MPAP	CIG	Presidente	Concluído com decisão ministerial	1-nov-13	Maria de Fátima Abrantes Duarte; Rosa Maria Baptista Guimarães Amora Vaz; Susana Gabriela da Silva Maria.	Maria de Fátima Abrantes Duarte	19-dez-13	7
103	4-jul-13	MPAP	CIG	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	7-nov-13	Maria do Céu Dias Madeira; Maria Teresa Pinto de Almeida Chaves Almeida; Mónica Mira d'Andrade.	Maria Teresa Pinto de Almeida Chaves Almeida	19-dez-13	12
105	8-jul-13	MAMAOT	IVV	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	27-mai-14	Francisco Manuel O'Donnel Toscano de Vasconcelos Rico Alexandra Pereira Viana de Melo Catalão ; Pedro Miguel Cardoso de Castro Rego	Francisco Manuel O'Donnel Toscano de Vasconcelos Rico	27-out-14	9

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
106	8-jul-13	MAMAOT	DRAP Centro	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	25-mai-14	Sidónio Ferreira Santos Fernando Alves Marques Mano; Ângelo Augusto Santos Oliveira	Sidónio Ferreira Santos	18-dez-14	14
107	8-jul-13	MAMAOT	DRAP Centro	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	27-mai-14	José Paulo da Silva Dias Fernando Alves Marques Mano Fernando Augusto Costa Pires	José Paulo da Silva Dias	18-dez-14	17
109	23-jul-13	MJ	DGPJ	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	24-jan-14	Maria da Conceição Carapinha de Oliveira Costa; Nuno Humberto Pólvora Santos; Renato Jorge Santos Carvalho Gonçalves.	Renato Jorge Santos Carvalho Gonçalves	12-fev-14	10
110	25-jul-13	MF	DGQTFP-INA	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	21-dez-13	Joaquim Manuel Croca Caeiro; Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos; Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento.	Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos	30-out-14	12
116	25-jul-13	MF	DGQTFP-INA	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	23-dez-13	Damasceno Dias; Pedro Jose dos Santos Croce Rivera; Sandra Maria Azevedo Ferreira Sant'Ana.	Sandra Maria Azevedo Ferreira Sant'Ana	16-dez-14	14
117	26-jul-13	MDN	IDN	Diretor	Concluído com decisão ministerial	22-out-13	Catarina Maria Figueiredo Cardoso; Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia; Vitor Daniel Rodrigues Viana.	Vitor Daniel Rodrigues Viana	18-nov-13	9
118	30-jul-13	MJ	DGAJ	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	21-jan-14	Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo; José Jorge dos Santos Brandão Pires; Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro.	Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo	12-fev-14	12
119	30-jul-13	MJ	DGAJ	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	24-jan-14	Cristina Maria Lopes da Silva; Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro; Rui Manuel Lancão Gonçalves.	Cristina Maria Lopes da Silva	12-fev-14	9
121	2-set-13	MS	ARS Algarve	Presidente	Concluído com decisão ministerial	29-out-13	Francisco Pedro Simões Coimbra Dinis Cabral; João Manoel da Silva Moura dos Reis; Maria do Céu Dias Madeira.	João Manoel da Silva Moura dos Reis	30-out-13	13
122	2-set-13	MS	ARS Algarve	Vogal	Concluído com decisão ministerial	29-out-13	António Luís de Matos Marques Esteves; José António de Carvalho Rodrigues; José Manuel Lourenço Mestre.	António Luís de Matos Marques Esteves	30-out-13	10

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
123	29-ago-13	MF	ESPAP	Presidente	Concluído com decisão ministerial	27-mar-14	Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado Pedro António Pereira Rodrigues Felício Pedro Miguel dos Santos Moreira	Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado	30-ab-14	20
124	29-ago-13	MF	ESPAP	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	27-mar-14	César Augusto Gundersen Rodrigues Pestana Eugénio Manuel de Lima Antunes Pedro Miguel dos Santos Moreira	César Augusto Gundersen Rodrigues Pestana	28-jul-14	23
125	29-ago-13	MF	ESPAP	Vogal	Concluído com decisão ministerial	27-mar-14	Eugénio Manuel de Lima Antunes Carlos Manuel Ferreira Gonçalves Gonçalo Nuno Mendes de Almeida Caseiro	Eugénio Manuel de Lima Antunes	15-mai-14	32
126	29-ago-13	MF	ESPAP	Vogal	Concluído com decisão ministerial	30-jan-14	Carlos Manuel Teles Ferreira Gonçalves; Eugénio Manuel de Lima Antunes; Gonçalo Nuno Mendes de Almeida Caseiro.	Carlos Manuel Teles Ferreira Gonçalves	15-mai-14	37
127	4-set-13	ME	Inst. Turismo Portugal	Presidente	Concluído com decisão ministerial	30-out-13	João Fernando Cotrim de Figueiredo; José Mendes Bota; Pedro Miguel dos Santos Moreira.	João Fernando Cotrim de Figueiredo	7-jan-14	18
128	4-set-13	ME	Inst. Turismo Portugal	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	12-dez-13	Fernando Santos Pereira; Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues; Maria Teresa Rodrigues Monteiro.	Maria Teresa Rodrigues Monteiro	3-jan-14	12
129	4-set-13	ME	Inst. Turismo Portugal	Vogal	Concluído com decisão ministerial	30-dez-13	Jorge Manuel de Oliveira Flor Abrantes Pedro Miguel dos Santos Moreira Pedro de Moraes Sarmiento Patrício	Jorge Manuel de Oliveira Flor Abrantes	3-fev-14	29
130	4-set-13	ME	Inst. Turismo Portugal	Vogal	Concluído com decisão ministerial	30-dez-13	Jorge Manuel de Oliveira Flor Abrantes Luís José Raminho Matoso Nuno José Cardona Fazenda de Almeida	Luís José Raminho Matoso	3-fev-14	43
131	17-set-13	SECultura	DGPC	Diretor-Geral	Cancelado			Para reabertura (alteração dos Requisitos Especiais do Cargo)		
132	17-set-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Cancelado			Para reabertura (alteração dos Requisitos Especiais do Cargo)		

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
133	17-set-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Cancelado			Para reabertura (alteração dos Requisitos Especiais do Cargo)		
134	17-set-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Cancelado			Para reabertura (alteração dos Requisitos Especiais do Cargo)		
135	17-set-13	SECultura	DGA	Diretor-Geral	Repetição			N.º insuficiente de candidatos com mérito		8
135	17-set-13	SECultura	DGA	Diretor-Geral	Concluído sem decisão ministerial	20-mai-14	Maria de Fátima de Sá Guerra Marques Pereira Carlos Moura-Carvalho João Manuel Pereira Teixeira	Indicação da tutela com vista a reorganização dos serviços tutelados pela SEC.		8
136	17-set-13	SECultura	DGA	Subdiretor-Geral	Concluído sem decisão ministerial	18-dez-13	Joana Margarida Fins Faria; Nuno Humberto Pólvora Santos; Susana Maria Graça Pereira de Oliveira	Indicação da tutela com vista a reorganização dos serviços tutelados pela SEC.		11
137	17-set-13	SECultura	DGBN	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	20-fev-14	João José Alves Dias; José Albino Soares Guedes de Monterroso Teixeira; Maria Inês Durão de Carvalho Cordeiro.	Maria Inês Durão de Carvalho Cordeiro	19-mar-14	5
138	17-set-13	SECultura	DGLAB	Diretor-Geral	Cancelado			Para reabertura (alteração dos Requisitos Especiais do Cargo)		6
138	17-set-13	SECultura	DGLAB	Diretor-Geral	A decorrer	16-jul-15	José Luís Brinquete Borbinha José Manuel Azevedo Cortês Silvestre de Almeida Lacerda	Silvestre de Almeida Lacerda	12-ag-2015	
139	17-set-13	SECultura	DGLAB	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	20-fev-14	Maria Margarida Ortigão de Almeida Sampaio Ramos; Nuno Humberto Pólvora Santos; Paula Cristina Sousa Saraiva.	Maria Margarida Ortigão de Almeida Sampaio Ramos	12-ag-2015	8
140	17-set-13	SECultura	DGLAB	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	27-fev-14	Luis Filipe Reis Santos; Maria José Vicente Camecelha de Abreu; Paula Cristina Sousa Saraiva.	Luis Filipe Reis Santos	12-ag-2015	7
141	17-set-13	SECultura	GEPAC	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	11-fev-14	Henrique de Matos Parente; Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor; Nuno Humberto Pólvora Santos.	Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor	7-jan-15	9

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
142	17-set-13	SECultura	IGAC	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	17-fev-14	Luís de Melo e Brito da Silveira Botelho; Nuno Humberto Pólvora Santos; Paula Alexandra Hipólito dos Santos Ferreira.	Luís de Melo e Brito da Silveira Botelho	18-mar-14	10
143	17-set-13	SECultura	IGAC	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-fev-14	Anabela Braga Adónis; Nuno Humberto Pólvora Santos; Paula Alexandra Hipólito dos Santos Ferreira.	Paula Alexandra Hipólito dos Santos Ferreira.	19-mar-14	13
144	17-set-13	SECultura	Cinemateca Port. Mus. Cinema	Diretor	Concluído com decisão ministerial	19-dez-13	José Manuel Correia Costa Maria Adelaide Torradinhas Rocha; Maria Manuela dos Santos Correia	José Manuel Correia Costa	21-fev-14	10
145	17-set-13	SECultura	Cinemateca Port. Mus. Cinema	Subdiretor	Concluído com decisão ministerial	23-dez-13	Rui Manuel Cartaxo Machado Nuno Humberto Pólvora Santos Teresa Alexandra Vieira Campos Barreto Borges	Rui Manuel Cartaxo Machado	21-fev-14	12
146	17-set-13	SECultura	ICA	Presidente	Concluído com decisão ministerial	4-dez-13	Maria Filomena Allen Serras Pereira Furtado Anabela dos Santos Afonso José Pedro Berhan da Costa	Maria Filomena Allen Serras Pereira Furtado	24-jan-14	10
147	17-set-13	SECultura	ICA	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	6-dez-13	Ana Cristina Assis dos Santos da Costa Dias Marques Passos Maria Filomena Allen Serras Pereira Furtado Nuno Humberto Pólvora Santos	Ana Cristina Assis dos Santos da Costa Dias Marques Passos	24-jan-14	17
148	20-set-13	MDN	DGPDN	Diretor-Geral	Cancelado					12
149	23-set-13	MEC	DGE	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	29-mai-14	Fernando José Egidio Reis ; João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro Luís Miguel Pereira dos Santos	Fernando José Egidio Reis	25-ag-14	14
150	23-set-13	MEC	DGE	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-jun-14	Eulália de Jesus Barão Ramos Alexandre Maria Isabel Aires Rodrigues Raposo Almeida Mário Henrique Jesus Gomes	Eulália de Jesus Barão Ramos Alexandre	26-ag-14	17
151	23-set-13	MEC	DGE	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-jun-14	Pedro Tiago Dantas Machado da Cunha João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro Teresa Cristina Lucas Evaristo	Pedro Tiago Dantas Machado da Cunha	25-ag-14	33

Nº	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
152	25-set-13	MEC	Direção Geral Estabelecimentos Escolares	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	25-jul-14	José Alberto Moreira Duarte Maria Manuela Pinto Soares Pastor Fernandes Arroios Faria Maria Suzana Bento Francisco Simões Maximiano	José Alberto Moreira Duarte	10-out-14	20
153	26-set-13	MEC	Direção Geral Estabelecimentos Escolares	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-jul-14	Maria Manuela Pinto Soares Pastor Fernandes Arroios Faria João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro Rui Miguel da Conceição Carvalho	Maria Manuela Pinto Soares Pastor Fernandes Arroios Faria	4-nov-14	36
154	30-set-13	MJ	DGPJ	Subdiretor-Geral	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			7
154	25-out-13	MJ	DGPJ	Subdiretor-Geral	Deserto	8-mai-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito. Ficou Deserto já que era um concurso reaberto. O júri deixou para a tutela recrutar ao seu critério	Maria João Gomes Morgado Costa	9-jun-14	2
155	30-set-13	MJ	DGPJ	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	19-fev-14	Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro; Mariana Sottomayor Jorge Patrícia Manuela Trindade de Cruz e Albuquerque Ferreira	Pedido de cancelamento por desistência. Solicitada nova abertura a 8 abril 2015		10
156	7-out-13	MJ	INPI	Presidente	Proposta enviada à tutela	14-fev-14	Fernando Arnaldo Duarte de Carvalho; Maria Leonor Mendes da Trindade; Rui Miguel Faria de Sá Pinto.	Pedido de cancelamento por desistência. Solicitada nova abertura a 18 fev 2015		16
157	7-out-13	MJ	INPI	Vogal	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			9
157	25-out-13	MJ	INPI	Vogal	Proposta enviada à tutela	19-mai-14	Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo; José Maria Lourenço Maurício ; José Mário Lopes Freire de Sousa	José Maria Lourenço Maurício	31-jul-15	16
158	7-out-13	MJ	INPI	Vogal	Proposta enviada à tutela	13-fev-14	Dina Batista Pereira; Marco Paulo Gonçalves Dinis; Rui Miguel Faria de Sá Pinto.	Marco Paulo Gonçalves Dinis	31-jul-15	8
160	15-out-13	MDN	IGDN	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	9-jul-14	Vitor Manuel Amaral Vieira; Catarina Maria Figueiredo Cardoso; Eurico Manuel Curates Rodrigues	Vitor Manuel Amaral Vieira	19-ag-14	11
161	15-out-13	PCM		Presidente	Concluído com decisão ministerial	16-jul-14	Augusto Fontes Baganha; Armando Manuel Mendonça Raimundo ; Vitor Manuel Batista Pataco	Augusto Fontes Baganha	4-ag-14	9

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
163	18-out-13	MDN	SG-MDN	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	9-jul-14	António José Gameiro Marques; Alberto João Pereira Martins Luz; Maria da Conceição Grave Ribeiro	António José Gameiro Marques	13-jan-15	12
164	21-out-13	MJ	IRN	Presidente	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			2
164	25-out-13	MJ	IRN	Presidente	Deserto	9-fev-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito. Ficou deserto, já que era um concurso reaberto. O júri deixou para a tutela recrutar ao seu critério,	António Luís Pereira Figueiredo	27-mai-14	4
165	21-out-13	MJ	IRN	Vogal	Concluído com decisão ministerial	13-fev-14	Filomena Sofia Gaspar Rosa; José Ascenso Nunes da Maia; Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro.	José Ascenso Nunes da Maia	28-mai-14	5
166	21-out-13	MJ	IRN	Vogal	Concluído com decisão ministerial	11-fev-14	João Pedro Monteiro Rodrigues; Jorge Manuel Candeias Campino; Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro.	João Pedro Monteiro Rodrigues	28-mai-14	18
167	29-out-13	ME	IAPMEI	Presidente	Concluído com decisão ministerial	4-fev-14	Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado; Miguel Jorge de Campos Cruz; Pedro Miguel dos Santos Moreira.	Miguel Jorge de Campos Cruz	19-fev-14	16
168	29-out-13	ME	IAPMEI	Vogal	Concluído com decisão ministerial	5-fev-14	Ana Maria Garcia Rodrigues; Pedro Castelão de Almeida Sousa Matias; Pedro Miguel dos Santos Moreira.	Ana Maria Garcia Rodrigues	3-mar-14	31
169	29-out-13	ME	IAPMEI	Vogal	Concluído com decisão ministerial	14-fev-14	Ana Maria Garcia Rodrigues; Pedro Miguel dos Santos Moreira; Rui Miguel Faria de Sá Pinto.	Rui Miguel Faria de Sá Pinto	3-mar-14	41
170	30-out-13	MNE	DGAE	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	27-fev-14	José Pedro Viegas Cardoso; Maria João Leão Cota Dias Silveira Botelho; Martim José Rosado Borges de Freitas.	Maria João Leão Cota Dias Silveira Botelho	29-mai-14	8
171	30-out-13	MNE	DGAE	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	3-mar-14	Hugo Daniel Costa Arraiolos Oliveira; Lénia Maria de Seabra Real; Nuno Humberto Pólvora Santos.	Lénia Maria de Seabra Real	11-jun-14	9

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
175	1-nov-13	MF	DGTF	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-mar-14	Elsa Maria Roncon Santos ; Issuf Ahmad; João Pedro Oliveira Gonçalves	Elsa Maria Roncon Santos	16-ab-14	6
176	1-nov-13	MF	DGTF	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-mar-14	Maria João Dias Pessoa Araújo; João Manuel Cravine Bibe; Joaquim Manuel da Cruz Valente	Maria João Dias Pessoa Araújo	12-mai-14	6
177	1-nov-13	MF	DGTF	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	20-mar-14	António Manuel Santos Castro Fernandes Pedro Miguel do Nascimento Ventura Rodrigo Fernandes Homem de Lucena	Pedro Miguel do Nascimento Ventura	12-mai-14	10
178	1-nov-13	MF	DGTF	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	21-mar-14	Bernardo Xavier Alabaça Fernando Jorge Militão Gonçalves Mário Manuel Colaço da Silva	Bernardo Xavier Alabaça	12-mai-14	7
179	5-nov-13	PCM	CEGER	Diretor	Concluído com decisão ministerial	16-jul-14	Manuel da Costa Honorato Daniel Rodrigues Marques Tito Carlos Soares Vieira	Manuel da Costa Honorato	30-jul-14	5
180	5-nov-13	PCM	CEJUR	Diretor	Concluído com decisão ministerial	14-jul-14	Maria José Farracha Montes Palma Salazar Leite Henrique Sousa Antunes Maria Lidia Martins Francisco de Paula Jacob	Maria José Farracha Montes Palma Salazar Leite	30-jul-14	10
181	4-nov-13	MAM	DGAV	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	7-mar-14	Álvaro Luís Pegado Lemos de Mendonça; Maria José Marques Pinto; Miguel Ângelo da Costa Lemos Fernandes.	Álvaro Luís Pegado Lemos de Mendonça	23-mai-14	13
182	5-nov-13	MEC	Cent. Cient. Cult. Macau	Presidente	Concluído com decisão ministerial	30-jul-14	Luís Filipe Sousa Barreto; Ana Cristina Cardoso da Costa Gomes ; António José Chrystello d'Oliveira Santos Tavares	Luís Filipe Sousa Barreto	7-Out-14	10
183	5-nov-13	MEC	DGES	Diretor-Geral	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			5
183	10-dez-13	MEC	DGES	Diretor-Geral	Deserto	31-jul-14		Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito, ficou DESERTO, já era um concurso reaberto, o juri deixou para a tutela recrutar ao seu critério		2

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
184	5-nov-13	MEC	DGES	Subdiretor-Geral	Repetição			N.º insuficiente de candidatos com mérito		
184	5-nov-13	MEC	DGES	Subdiretor-Geral	A decorrer	11-mar-15	Ângela Maria Roque de Matos Noiva Gonçalves; João Pedro de Oliveira Gonçalves; Maria Isabel Aires Rodrigues Raposo Almeida	Ângela Maria Roque de Matos Noiva Gonçalves	19-mai-15	31
185	5-nov-13	MEC	IG-MEC	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	4-set-14	Agostinho Gonçalves Alves da Santa; António Manuel Pinto Ferreira dos Santos; Luís Alberto Santos Nunes Capela	Luís Alberto Santos Nunes Capela	7-nov-14	16
186	5-nov-13	MEC	IG-MEC	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	4-set-14	João Carlos Correia Ribeiro Ramalho António Manuel Pinto Ferreira dos Santos José Fernando Augusto Moreno	João Carlos Correia Ribeiro Ramalho	7-nov-14	15
187	5-nov-13	MEC	IG-MEC	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	9-set-14	Agostinho Gonçalves Alves da Santa ; Daniel Teixeira Seguro Sanches; Maria Manuela Pinto Soares Pastor Arroios Faria	Agostinho Gonçalves Alves da Santa	9-jan-15	27
188	5-nov-13	MEC	IG-MEC	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	11-set-14	Augusto Patrício Lima Rocha; Agostinho Gonçalves Alves da Santa ; Florbelia Maria da Cruz Mendes Valente	Augusto Patrício Lima Rocha	9-jan-15	29
189	7-nov-13	MNE	SG-MNE-DGA	Diretor-Adjunto	Concluído com decisão ministerial	8-set-14	Paula Alexandre dos Santos Crispim; Gonçalo Arez Figueiredo Pombeiro; Nelson da Cruz Vargas	Paula Alexandre dos Santos Crispim	23-set-14	12
192	12-nov-13	MNE	SG-MNE-DAJ	Diretor	Concluído com decisão ministerial	22-set-14	Rita Faden da Silva Moreira Araújo ; Mário Manuel Fragoso de Sousa; Rui Miguel de Sousa Simões Fernandes Marrana	Rita Faden da Silva Moreira Araújo	16-dez-14	8
193	15-nov-13	PCM	IPDJ	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	29-set-14	José António Murta Rosa José António Cabrita do Nascimento Rui Miguel da Conceição Carvalho	José António Murta Rosa	9-dez-14	27
194	25-nov-13	MEC	SAS-Univ. Lisboa	Administrador	Cancelado					
195	26-nov-13	MAM	DGAV	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	29-mar-14	Cláudia Manuel Fortes Rodrigues Fernandes; Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro; Osvaldo Manuel Santos Ferreira	Cláudia Manuel Fortes Rodrigues Fernandes	30-mai-14	18

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
196	26-nov-13	MAM	DGAV	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-mar-14	Ana Paula de Almeida Cruz de Carvalho; António Maria Marques Mexia; Fernando Alves Marques Mano	Ana Paula de Almeida Cruz de Carvalho	30-mai-14	24
198	28-nov-13	MS	ARS LVT	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	15-mai-14	Célia Maria Ferreira Cravo; Francisco Miguel Gonçalves de Brito Evangelista; Henrique Jorge Cristo Lopes	Célia Maria Ferreira Cravo	26-mai-14	17
199	28-nov-13	MS	ARS Centro	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	23-ab-2014	Augusto Manuel Pais Antunes Fernando Alberto Alves Fernando José Ramos Lopes Almeida	Por desistência, solicitada reabertura		8
200	28-nov-13	MS	ARS Centro	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	30-mai-14	Maria Augusta Mota Faria Conceição Fernando Alberto Alves João Nunes Rodrigues	Maria Augusta Mota Faria Conceição	26-jun-14	10
201	28-nov-13	MS	INEM	Presidente	Concluído com decisão ministerial	25-fev-14	Paulo José Amado de Campos; Teresa Maria Cardoso Pinto; Vitor Manuel Lopes Fernandes Almeida.	Paulo José Amado de Campos	21-mar-14	6
202	28-nov-13	MS	INEM	Vogal	Concluído com decisão ministerial	5-mar-14	Henrique de Matos Parente; José Manuel Lourenço Mestre; Rui Manuel Lancão Gonçalves.	José Manuel Lourenço Mestre	21-mar-14	12
203	29-nov-13	MS	IGAS	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	4-jun-14	Maria Edite Ferreira Aves Pereira Soares Correia; Nuno Humberto Pólvora Santos; Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues	Maria Edite Ferreira Aves Pereira Soares Correia	26-jun-14	17
204	2-dez-13	MS	ARS do Norte	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	23-jun-14	Henrique Manuel da Silva Botelho José Manuel Dias Paiva e Costa; Rui Afonso Mória Pereira Cernadas	Rui Afonso Mória Pereira Cernadas	11-fev 15	16
205	2-dez-13	MS	ARS do Norte	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	19-jun-14	José Carlos Jesus Pedro Fernando Manuel de Magalhães Teixeira Pinto Nuno Ricardo de Oliveira Moreira	José Carlos Jesus Pedro	16-fev-15	22
206	2-dez-13	MNE	Camões-ICL	Presidente	Concluído com decisão ministerial	17-set-14	Ana Paula Martins Laborinho António Maria Marques Mexia Paula Fernandes dos Santos	Ana Paula Martins Laborinho	24-nov-14	12

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
207	2-dez-13	MNE	Camões-ICL	Vogal	Proposta enviada à tutela	16-set-14	Maria do Céu Dias Madeira; Maria Irene da Silva Paredes; Maria Teresa de Oliveira Pereira de Seixas Nunes.	Maria Irene da Silva Paredes	23-jan-15	8
208	4-dez-13	MS	SICAD	Diretor-Geral	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			5
208	6-dez-13	MS	SICAD	Diretor-Geral	Proposta enviada à tutela	17-dez-14	Alcina Marina Assunção Correia Branco Lô; João Augusto Castel-Branco Goulão; Maria da Graça Figueiredo Vilar.	João Augusto Castel-Branco Goulão	11-mar-15	10
209	4-dez-13	MS	SICAD	Subdiretor-Geral	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			
209	6-dez-14	MS	SICAD	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	17-dez-14	Alcina Marina Assunção Correia Branco Lô; Manuel Ribeiro Cardoso; Susana Alberta Sousa Ferreira Curralo.	Manuel Ribeiro Cardoso	11-mar-15	19
210	4-dez-13	MF	SG-MF	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-mai-14	Adérito Duarte Simões Tostão; João Manuel Cravina Bibe; Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues.	Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues	16-out-14	16
211	6-dez-13	MF	SG-MF	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	29-mai-14	Diva Cristina Esteves de Sousa; João Manuel Cravina Bibe; Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão.	Diva Cristina Esteves de Sousa	16-out-14	10
212	4-dez-13	MF	SG-MF	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	28-mai-14	Adérito Duarte Simões Tostão; António Manuel Soares Nogueira de Lemos; Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues.	Adérito Duarte Simões Tostão	16-out-14	10
220	5-dez-13	SECultura	DGPC	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	3-fev-14	João Carlos Martins Lopes dos Santos; Jorge Pulido Valente; Nuno Manuel Veiga Vassallo e Silva.	Nuno Manuel Veiga Vassallo e Silva	19-fev-14	16
221	5-dez-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	13-mar-14	João Carlos Martins Lopes dos Santos; João Carlos de Oliveira Mascarenhas Mateus; Samuel Costa Lopes do Rego.	João Carlos Martins Lopes dos Santos	11-jul-14	21
222	5-dez-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	13-mar-14	Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro; António Manuel de Almeida dos Santos Queirós ; Samuel Costa Lopes do Rego.	Samuel Costa Lopes do Rego.	22-jan-15	10

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
223	5-dez-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-mar-14	Ana Cristina Jacinto Silva; Luís Filipe da Costa Torres Capaz Coelho; Maria João Borges de Campos Ferreira Robalo.	Luís Filipe da Costa Torres Capaz Coelho	11-jul-14	8
224	5-dez-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	25-mar-14	António José Chrystello d'Oliveira Santos Tavares; António Manuel de Almeida dos Santos Queirós; António Manuel Fiipe Rocha Pimentel.	António Manuel Filipe Rocha Pimentel	11-jul-14	11
225	5-dez-13	MEC - Univ. Lisboa	Serv. Reit. Univ. Lisboa	Diretor Executivo	Cancelado					
226	5-dez-13	MEC - Univ. Lisboa	Serv. Part.-Univ. Lisboa	Diretor Executivo	Cancelado					
227	6-dez-13	MSESS	CITE	Presidente	Concluído com decisão ministerial	9-jun-14	Joana Rabaça Gíria; Sandra Isabel Faria Ribeiro; Teresa Cristina Lucas Evaristo.	Joana Rabaça Gíria	31-dez-14	8
228	6-dez-13	MSESS	CITE	Vice-Presidente	Concluído sem decisão ministerial	6-jun-14	Maria da Natividade Charneca Coelho; Maria do Céu Dias Madeira; Teresa Cristina Lucas Evaristo.	por desistência, solicita cancelamento e abertura de novo processo a 17 fev 2015		30
229	6-dez-13	MSESS	DGERT	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-out-14	Isilda Maria da Costa Fernandes; Maria Cristina Fernandes Rodrigues; Pedro Alexandre Dias da Costa Malheiro.	Isilda Maria da Costa Fernandes	31-dez-14	13
230	6-dez-13	MSESS	DGERT	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-out-14	Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho; Isabel Maria de Araújo Flor Brites Lopes; Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob.	Isabel Maria de Araújo Flor Brites Lopes	31-dez-14	9
231	6-dez-13	MSESS	GEP	Diretor-Geral	Concluído sem decisão ministerial	19-out-14	Isilda Maria da Costa Fernandes; Maria Cristina Fernandes Rodrigues; Pedro Alexandre Dias da Costa Malheiro.	por desistência, solicita cancelamento e abertura de novo processo a 17 fev 2015		8
232	6-dez-13	MSESS	GEP	Subdiretor-Geral	Concluído sem decisão ministerial	19-out-14	Oswaldo dos Santos Ferreira; Sérgio António Gomes da Silva; Teresa Cristina Lucas Evaristo.	por desistência, solicita cancelamento e abertura de novo processo a 17 fev 2015		13

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
233	6-dez-13	MSESS	IGFSS	Presidente	Concluído com decisão ministerial	1-ab-14	Domingos Jorge Ferreira Lopes; José Miguel Antunes Fernandes; Rui Filipe de Moura Gomes.	Rui Filipe de Moura Gomes	2-mai-14	7
234	6-dez-13	MSESS	IGFSS	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	1-ab-14	Domingos Jorge Ferreira Lopes; Jorge Manuel dos Santos Matos; Nuno Miguel Simões Venes.	Nuno Miguel Simões Venes	14-ab-14	11
235	6-dez-13	MSESS	IGFSS	Vogal	Concluído com decisão ministerial	19-mar-14	António Almeida Figueiredo Barbosa Pombeiro; Beatriz Justina Sepúlveda da Fonseca Imperatori; João Filipe Gonçalves Jesus.	Beatriz Justina Sepúlveda da Fonseca Imperatori	28-mar-14	8
236	6-dez-13	MSESS	IGFSS	Vogal	Concluído com decisão ministerial	17-mar-14	António Almeida Figueiredo Barbosa Pombeiro; Joaquim Manuel Pombo Alves; Rui Manuel Freitas Corrêa de Melo.	Rui Manuel Freitas Corrêa de Melo	28-mar-14	8
237	6-dez-13	MSESS	Instituto Informático	Presidente	Proposta enviada à tutela	29-mar-14	Carlos Manuel Teles Gonçalves ; João Paulo Mota da Costa Lopes; Tito Carlos Soares Vieira.	Sem nomeação a 31 dez 2015		7
238	6-dez-13	MSESS	Instituto Informático	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	29-mar-14	Carlos Manuel Teles Gonçalves ; João Paulo Barata Catarino Tavares; Tito Carlos Soares Vieira.	Sem nomeação a 31 dez 2015		15
239	6-dez-13	MSESS	Instituto Informático	Vogal	Proposta enviada à tutela	1-ab-14	Carlos Manuel Teles Gonçalves ; Carlos Augusto Almeida de Oliveira; José Henriques Ferreira Mendes Félix.	Sem nomeação a 31 dez 2015		12
240	6-dez-13	ME	SG-ME	Secretário-Geral	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			6
240	19-dez-13	ME	SG-ME	Secretário-Geral	Proposta enviada à tutela	27-nov-14	Graça Patrícia de Azevedo Ermida; Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás; Rui Nuno Almeida Dias Fernandes.	Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás	25-fev-15	22
241	6-dez-13	ME	SG-ME	Secretário-Geral Adjunto	Proposta enviada à tutela	15-set-14	Diva Cristina de Sousa; João Manuel Domingos da Silva Rolo; Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Gomes Rodrigues.	João Manuel Domingos da Silva Rolo	27-fev-15	14

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
242	6-dez-13	ME	GEE	Diretor	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			8
242	19-dez-13	ME	GEE	Diretor	Proposta enviada à tutela	11-nov-14	João Pedro de Oliveira Gonçalves; Nuno Miguel Castanheira Almeida; Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves.	Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves	11-dez-14	11
243	6-dez-13	ME	GEE	Subdiretor	Proposta enviada à tutela	18-set-14	Graça Patrícia de Azevedo Ermida; Luís Filipe Neves Duarte Mendes Monteiro; Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves.	Luís Filipe Neves Duarte Mendes Monteiro	2-mar-15	11
244	6-dez-13	ME	DG Consumidor	Diretor-Geral	Proposta enviada à tutela	23-set-14	Gonçalo Maria Vassalo Moita; Henrique Mário Nunes Sousa Antunes; Maria Teresa da Piedade Moreira.	Maria Teresa da Piedade Moreira.	2-mar-15	10
245	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Norte	Delegado Regional	Proposta enviada à tutela	9-jul-14	Ângelo Augusto Santos Oliveira; César Manuel Oliveira Ferreira; Evandro Luís Pereira da Silva Oliveira.	César Manuel Oliveira Ferreira	15-jan-15	21
246	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Centro	Delegado Regional	Proposta enviada à tutela	30-jul-14	António Júlio da Silva Veiga Simão; Carlos Alberto da Costa Ferreira; Pedro Miguel Martins Miguens Amaro.	Pedro Miguel Martins Miguens Amaro.	15-jan-15	22
247	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR LVT	Delegado Regional	Proposta enviada à tutela	31-jul-14	Catarina Isabel Santos Silva Campos; Joana Maria de Oliveira Neves; Victor Manuel de Sousa Gil.	Victor Manuel de Sousa Gil	15-jan-15	22
248	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Alentejo	Delegado Regional	Proposta enviada à tutela	14-out-14	António Carlos Correia Caetano; José Domingos Carvalho Ramalho ; José Joaquim Palma Rita.	José Joaquim Palma Rita	14-jan-15	17
249	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Algarve	Delegado Regional	Proposta enviada à tutela	14-out-14	Carlos José Matias Gonçalves Baia; Mário José Ferreira Cintra; Paulo José Fonte Pinto.	Carlos José Matias Gonçalves Baia	15-jan-15	16
250	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Norte	Subdelegado Regional	Proposta enviada à tutela	20-out-14	João Carlos Pontes Figueiredo Sarmento; José Carlos Pereira das Neves; José Manuel da Silva Moreira.	João Carlos Pontes Figueiredo Sarmento	15-jan-15	32
251	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Centro	Subdelegado Regional	Proposta enviada à tutela	21-out-14	António Alberto Magalhães da Costa; António Júlio da Silva Veiga Simão; José Licínio Tavares Pimenta.	José Licínio Tavares Pimenta	16-jan-15	26

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
252	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR LVT	Subdelegado Regional	Proposta enviada à tutela	27-out-14	Arnaldo Pereira Gonçalves Frade; Elsa Maria Teixeira Lopes Mano; João Pedro Rodrigues Machado .	Elsa Maria Teixeira Lopes Mano	16-jan-16	24
253	8-dez-13	MSESS	IEFP-DE	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	14-jul-14	Adélia Maria Ferreira da Costa; Bernardo Manuel Vieira Santos e Sousa; Franklin Adolfo Brito Marques Abreu .	Adélia Maria Ferreira da Costa	14-jan-15	23
254	8-dez-13	MSESS	IEFP-DFP	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	28-jul-14	Ana Paula Dias Mota Filipe; Joana Maria de Oliveira Neves; Pedro Alexandre Dias da Costa Malheiro .	Ana Paula Dias Mota Filipe	14-jan-15	28
255	8-dez-13	MSESS	IEFP-DPGC	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	15-jul-14	Ana Cristina Gaspar da Silva Alves; Joana Maria de Oliveira Neves; Mário Henrique Jesus Gomes .	Ana Cristina Gaspar da Silva Alves	15-jan-15	23
256	8-dez-13	MSESS	IEFP-DRH	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	18-jul-14	Elvira Maria Cardoso Grilo Carlota; José João Correia Nóbrega Ascenso; Paula Susana Aparício Gonçalves Matos Ferreira .	Elvira Maria Cardoso Grilo Carlota	14-jan-15	21
257	8-dez-13	MSESS	IEFP-DISI	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	23-jul-14	Daniel Rodrigues Marques; Marcos Tiago de Castro Coelho de Oliveira e Sousa; Pedro José Garcia Batista Nogueira .	Pedro José Garcia Batista Nogueira	14-jan-15	15
258	8-dez-13	MSESS	IEFP-DAQJA	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	24-jul-14	Arnaldo Pereira Gonçalves Frade; Filipe Rodrigues Meirinho; Paula Susana Aparício Gonçalves Matos Ferreira .	Paula Susana Aparício Gonçalves Matos Ferreira	15-jan-15	24
259	10-dez-13	MAOTE	APA	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	2-mai-14	Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo; Nuno Sanchez Lacasta; Orlando José Manuel de Castro e Borges .	Nuno Sanchez Lacasta	2-jul-14	10
260	10-dez-13	MAOTE	APA	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	9-jun-14	Ana Maria Rodrigues Seixas Val Ferreira; António João Sequeira Ribeiro; Orlando José Manuel de Castro e Borges .	António João Sequeira Ribeiro	27-mar-15	17
261	10-dez-13	MAOTE	APA	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	22-out-14	Ana Teresa Pinheiro dos Santos Diogo Perez; Fernando Alves Marques Mano; Isabel Maria Rodiles Viegas Soares Correia Pinto	Ana Teresa Pinheiro dos Santos Diogo Perez	27-mar-15	13

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
262	10-dez-13	MAOTE	APA	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	28-out-14	Ana Teresa Gonçalves Caimeiro; Fernando Alves Marques Mano; Inês Folgado Diogo .	Inês Folgado Diogo	27-mar-15	15
263	10-dez-13	MAOTE	IGAMAOT	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	29-ab-14	Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues; Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo; Nuno Miguel Soares Banza .	Nuno Miguel Soares Banza	19-mai-14	11
264	10-dez-13	MAOTE	IGAMAOT	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	13-mai-14	Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; Jorge Proença dos Reis; Lisdália Maria Bairras Amaral Portas .	Lisdália Maria Bairras Amaral Portas	8-ag-14	12
265	10-dez-13	MAOTE	IGAMAOT	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	14-mai-14	Isabel Maria Chaves Pinto Santana; Jorge Proença dos Reis; Maria Cristina Vieira Lourenço .	Isabel Maria Chaves Pinto Santana	12-Ag-14	14
266	10-dez-13	MAOTE	IGAMAOT	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	14-mai-14	Hugo Manuel Vargas Carolino; Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; Lisdália Maria Bairras Amaral Portas .	Hugo Manuel Vargas Carolino	12-Ag-14	17
267	10-dez-13	MAM	IVDP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			8
267	4-fev-14	MAM	IVDP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Concluído	25-set-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito, ficou DESERTO, já era um concurso reaberto, o juri deixou para a tutela recrutar ao seu critério			19
268	10-dez-13	MAOTE	DGT	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	17-jun-14	Jorge Pulido Valente ; Maria José Correia Botelho Soares de Oliveira Lucena e Vale; Rui Manuel Amaro Alves.	Rui Manuel Amaro Alves	28-jul-14	15
269	10-dez-13	MAOTE	DGT	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	9-set-14	José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto ; Mário Sílvia Rochinha de Andrade Caetano; Rui Pedro de Sousa Pereira Monteiro Julião.	Mário Sílvia Rochinha de Andrade Caetano	8-out-14	16
270	10-dez-13	MSESS	IEFP	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	5-jul-14	Jorge Bruno da Silva Barbosa Gaspar ; José António Pinto Belo; Pedro Miguel dos Santos Moreira.	Jorge Bruno da Silva Barbosa Gaspar	31-dez-14	17
271	10-dez-13	MSESS	IEFP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	23-jun-14	Bernardo Manuel Vieira Santos e Sousa ; Damasceno Dias; Joana Maria de Oliveira Neves.	Extinção do cargo; informação a 26 dez 2014		29
272	10-dez-13	MSESS	IEFP	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	30-jun-14	Arnaldo Pereira Gonçalves Frade ; Francisco Xavier d'Aguiar; Sara Maria Murta Ribeiro.	Francisco Xavier Soares de Albergaria d'Aguiar	31-dez-14	30

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
273	10-dez-13	MSESS	IEFP	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	30-jun-14	Bernardo Manuel Vieira Santos e Sousa ; José Realinho de Matos; Joana Maria de Oliveira Neves.	Bernardo Manuel Vieira Santos e Sousa	31-dez-14	30
274	10-dez-13	MSESS	ISS	Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	3-dez-14	Ana Clara de Sousa Birrento Matos Silva ; António Almeida Figueiredo Barbosa Pombeiro; Jorge Manuel de Almeida Campino.	Ana Clara de Sousa Birrento Matos Silva	14-jul-15	18
275	10-dez-13	MSESS	ISS	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	5-dez-14	Bernardo Manuel Vieira Santos e Sousa ; Paulo Jorge Antunes Ferreira; Jorge Manuel de Almeida Campino.	Jorge Manuel de Almeida Campino	23-jul-15	37
276	10-dez-13	MSESS	ISS	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	5-dez-14	Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro ; Paulo Jorge Antunes Ferreira; Teresa Cristina Lucas Evaristo.	Paulo Jorge Antunes Ferreira	23-jul-15	39
277	10-dez-13	MSESS	ISS	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	5-dez-14	João Filipe Gonçalves Jesus ; Paulo Jorge Antunes Ferreira; Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro.	Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro	23-jul-15	34
278	10-dez-13	ME	LNEC	Presidente do Conselho Diretivo	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			4
278	19-dez-13	ME	LNEC	Presidente do Conselho Diretivo	Deserto	19-nov-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito, ficou DESERTO, já era um concurso reaberto, o juri deixou para a tutela recrutar ao seu critério,			5
279	10-dez-13	ME	LNEC	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	26-set-14	Luís Filipe Neves Duarte Mendes Monteiro ; Maria de Lurdes Batista da Costa Antunes; Pedro Filipe de Oliveira Guedes Pinto.	Sem nomeação a 31 dez 2015		8
280	10-dez-13	ME	LNEC	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	29-set-14	Helder Manuel Barreiros Raimundo ; Henrique de Matos Parente; Luís Filipe Neves Duarte Mendes Monteiro.	Sem nomeação a 31 dez 2015		10
281	10-dez-13	MAOTE	DGT	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-set-14	Ana Cristina Raposo Freire Bordalo Ramos Preto ; Mário Sílvio Rochinha de Andrade Caetano; Rui Pedro de Sousa Pereira Monteiro Julião.	Ana Cristina Raposo Freire Bordalo Ramos Preto -	3-dez-14	30

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
282	10-dez-13	MAOTE	DGT	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-set-14	Ana Cristina Raposo Freire Bordalo Ramos Preto ; Cristina Soares Ribeiro Gomes Cavaco; José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto.	Cristina Soares Ribeiro Gomes Cavaco	3-dez-14	21
284	11-dez-13	MSESS	ISS-CNP	Diretor de Segurança Social	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			19
284	11-dez-13	MSESS	ISS-CNP	Diretor de Segurança Social	Proposta enviada à tutela	24-nov-14	João Filipe Gonçalves Jesus ; Maria Luísa Pinto Pacheco da Cruz Baganha; Zélia Maria da Silva Brito.	Sem nomeação a 31 dez 2015		48
285	11-dez-13	MSESS	ISS-CNP	Diretor Adjunto de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	30-ag-14	Alice Maria Teixeira Oliveira ; Maria de Fátima Rodrigues Vieira; Zélia Maria da Silva Brito.	Maria de Fátima Rodrigues Vieira	18-dez-14	33
286	11-dez-13	MSESS	ISS-Santarém	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	4-out-14	Cristina Graça Rodrigues; José Fernando de Oliveira Gonçalves; Tiago de Sampaio e Melo Marques Leite.	Tiago de Sampaio e Melo Marques Leite	17-dez-14	23
287	11-dez-13	MSESS	ISS-Beja	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	9-out-14	Helena Maria Fernandes Branquinho Morgado Barreto ; Jorge Pulido Valente; José Valente Rocha Guerra.	Helena Maria Fernandes Branquinho Morgado Barreto	19-dez-14	26
288	11-dez-13	MSESS	ISS-Lisboa	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	24-set-14	Alice Maria Teixeira Oliveira ; Isabel Maria Santos Morgado Costa Saldida; Maria Fernanda Fitas Cordeiro Henriques Tomás.	Maria Fernanda Fitas Cordeiro Henriques Tomás	16-dez-14	33
289	11-dez-13	MSESS	ISS-Lisboa	Diretor Adjunto de Segurança Social	Proposta enviada à tutela	24-set-14	Alice Maria Teixeira Oliveira ; Francisco António Nascimento Marques; Ricardo José Ramos Antunes.	Sem nomeação a 31 dez 2015		35
290	11-dez-13	MSESS	ISS-Braga	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	30-set-14	João Pedro de Oliveira Gonçalves ; Maria da Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro; Rui Miguel de Meira Barreira.	Rui Miguel de Meira Barreira	18-dez-14	25
291	11-dez-13	MSESS	ISS-Castelo Branco	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	30-set-14	António de Melo Bernardo ; Eurico Manuel Curates Rodrigues; João Carlos Correia Leitão.	António de Melo Bernardo	18-dez-14	16

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
292	11-dez-13	MSESS	ISS-Bragança	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	26-set-14	Ângelo Augusto Santos Oliveira ; Martinho Eduardo Nascimento; Paulo Sérgio Fonte Pinto.	Martinho Eduardo Nascimento	12-dez-14	10
293	11-dez-13	MSESS	ISS-Portalegre	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	13-nov-14	João Carlos Vintém Laranjo ; Paulo Sérgio Fonte Pinto; João Carlos Correia Leitão.	João Carlos Vintém Laranjo	17-dez-14	10
294	11-dez-13	MSESS	ISS-Aveiro	Diretor de Segurança Social	Proposta enviada à tutela	25-nov-14	Isabel Maria Santos Morgado Costa Saldida Jorge Manuel de Almeida Campino; Manuel Augusto Simões Ruivo.	Cancelado por desistência. Solicitada nova abertura a 18 set 2015		24
295	11-dez-13	MSESS	ISS-Porto	Diretor de Segurança Social	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			30
295	18-dez-13	MSESS	ISS-Porto	Diretor de Segurança Social	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			
296	11-dez-13	MSESS	ISS-Porto	Diretor Adjunto de Segurança Social	Proposta enviada à tutela	23-ab-14	Ângelo Augusto Santos Oliveira ; Maria da Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro Vanda Lia de Oliveira Amado Caramelo.	Ângelo Augusto Santos Oliveira	21-ag-15	47
297	11-dez-13	MSESS	ISS-Faro	Diretor de Segurança Social	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			17
297	18-dez-13	MSESS	ISS-Faro	Diretor de Segurança Social	Proposta enviada à tutela	Dez-2015		Cancelado por alteração do perfil a 19 fev 2016		
298	11-dez-13	MSESS	ISS-Leiria	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	14-nov-14	Ângelo Augusto Santos Oliveira José Fernando de Oliveira Gonçalves; Maria do Céu Costa Bogalho Mendes.	Maria do Céu Costa Bogalho Mendes	19-dez-14	19
299	11-dez-13	MSESS	ISS-Viana do Castelo	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	16-nov-14	Eduardo Jorge Paço Viana ; José Paulo Coelho Orfão Maria de Fátima Oliveira Pimenta.	José Paulo Coelho Orfão	12-ag-14	30
300	11-dez-13	MSESS	ISS-Évora	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	19-jun-14	Eurico Manuel Curates Rodrigues ; José Valente Rocha Guerra ; Sónia Cristina Silva dos Ramos.	Sónia Cristina Silva dos Ramos	18-dez-14	19
301	11-dez-13	MSESS	ISS-Vila Real	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	9-jul-14	Ana Cristina Jacinto Silva ; José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo ; Luís Manuel Cardoso.	José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo	12-dez-14	20

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
302	11-dez-13	MSESS	ISS-Viseu	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	30-jun-14	Armindo Telmo Antunes Ferreira ; Leonel António Rodrigues de Carvalho ; Maria da Conceição da Silva Nunes de Matos.	Armindo Telmo Antunes Ferreira	14-ago-14	25
303	11-dez-13	MSESS	ISS-Setúbal	Diretor de Segurança Social	Proposta enviada à tutela	3-dez-14	Ana Clara de Sousa Birrento Matos Silva ; Isabel Maria Santos Morgado Costa Saldida ; Paulo Sérgio Fonte Pinto.	Cancelado por desistência.Solicitada nova abertura a 18-set 2015		13
304	11-dez-13	MSESS	ISS-Guarda	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	3-dez-14	Fernando Augusto Costa Pires ; Jacinto Dias ; João Carlos Correia Leitão.	Jacinto Dias	13-jan-14	18
305	11-dez-13	MSESS	ISS-Coimbra	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial		Ângelo Augusto Santos Oliveira Ramiro Ferreira Miranda Susana Cristina Gonçalves Ramos Maldonado Pereira.	Ramiro Ferreira Miranda	12-jan-15	14
306	11-dez-13	MEC - Univ. Lisboa	SAS-Univ. Lisboa	Diretor Executivo	Cancelado					
307	12-dez-13	MAI	Secretaria-Geral	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-mai-14	Carlos Manuel Silvério da Palma Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob; Rui Nuno Almeida Dias Fernandes.	Carlos Manuel Silvério da Palma	23-mai-14	17
308	12-dez-13	MAI	Secretaria-Geral	Secretário-Geral Adjunto	Cancelado			Cancelado ag 2014. Reestrururação orgânica		20
309	12-dez-13	MAI	Secretaria-Geral	Secretário-Geral Adjunto	Cancelado			Cancelado ag 2014. Reestrururação orgânica		24
310	12-dez-13	MAI	Secretaria-Geral	Secretário-Geral Adjunto	Cancelado			Cancelado ag 2014. Reestrururação orgânica		11
311	12-dez-13	MAI	DG Infraest. e Equipamentos	Diretor-Geral	Cancelado	10-abr-14	Carlos Manuel Teles Ferreira Gonçalves; Daniel José de Freitas Esaguy; Humberto Jorge Alves Meirinhos	Cancelado ag 2014. Reestrururação orgânica		23
312	17-dez-13	MAI	DG Infraest. e Equipamentos	Subdiretor-Geral	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura	Cancelado ag 2014. Reestrururação orgânica		14
312	17-dez-13	MAI	DG Infraest. e Equipamentos	Subdiretor-Geral	Cancelado			Cancelado ag 2014. Reestrururação orgânica		38
313	12-dez-13	MAI	DG Infraest. e Equipamentos	Subdiretor-Geral	Cancelado	23-abr-14	Carlos Manuel Teles Ferreira Gonçalves; Maria Helena Arranhado Carrasco Campos; Maria Luísa de Almeida dos Santos de Sá Gomes	Cancelado ag 2014. Reestrururação orgânica		29

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
314	13-dez-13	MF	GPEARl	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	4-abr-14	Álvaro António Calado Afonso Matias ; José Carlos Fernandes de Azevedo Pereira ; José Pedro Viegas Cardoso.	Álvaro António Calado Afonso Matias	7-mai-14	8
315	13-dez-13	MF	GPEARl	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	4-abr-14	Artur Pedro Vogado Torres Mascarenhas ; Conceição de Jesus Amaral; José Carlos Fernandes de Azevedo Pereira.	José Carlos Fernandes de Azevedo Pereira	16-mai-14	4
316	13-dez-13	MF	GPEARl	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	8-abr-14	Bernardo Luís Fauvelet Ribeiro da Cunha ; Carlos Manuel Inácio Figueiredo; José Pedro Viegas Cardoso.	Cancelamento por alteração do perfil profissional. Solicitada nova abertura a 19 maio 2015		13
317	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Inspetor-Geral	Repetição					7
317	18-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Inspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	20-nov-14	Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Gomes Rodrigues ; Mário Rui Ferreira Tavares da Silva; Vitor Miguel Rodrigues Braz	Vitor Miguel Rodrigues Braz	16-jan-15	16
318	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Repetição					5
318	18-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	20-nov-14	José António Alves Pires Manuel Inácio da Silva Pinheiro Maria Isabel Castelão Ferreira da Silva.	Maria Isabel Castelão Ferreira da Silva.	6-abr-15	20
319	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	20-mai-14	Alexandre Miguel Charouco Carrasquinho António Manuel Pinto Ferreira dos Santos João Manuel Cravina Bibe.	António Manuel Pinto Ferreira dos Santos	6-abr-15	6
320	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Repetição		N.º insuficiente de candidatas com mérito. Para reabertura			5
320	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Deserto	21-nov-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito, ficou DESERTO, já era um concurso reaberto, o júri deixou para a tutela recrutar ao seu critério,			8
321	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	5-jun-14	Ana Paula Pereira Cosme Franco Barata Salgueiro ; Cristina Maria Augusto Ribeiro Mário Rui Ferreira Tavares da Silva.	Ana Paula Pereira Cosme Franco Barata Salgueiro	2-abr-15	8
322	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor-Geral	Repetição		N.º insuficiente de candidatas com mérito. Para reabertura			11

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
322	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	20-jun-14	Abílio Manuel Pinto Rodrigues de Almeida Morgado António Brigas Afonso José Maria Fernandes Pires.	António Brigas Afonso	17-jul-14	33
323	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor de Finanças de Lisboa	Proposta enviada à tutela	10-jul-14	Fernando Cristóvão Cardoso Lopes Helena Maria José Alves Borges José Maria Isaac de Carvalho.	Helena Maria José Alves Borges	27-mar-15	7
324	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor de Finanças do Porto	Proposta enviada à tutela	18-jul-14	André Lopes Abelha ; José Manuel de Oliveira e Castro Telmo Joaquim Rocha Tavares.	José Manuel de Oliveira e Castro	22-maio-15	11
325	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor da Unidade de Grandes Contribuintes	Repetição					8
325	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor da Unidade de Grandes Contribuintes	Proposta enviada à tutela	8-out-14	André Claro Amaral Ventura João Paulo Pereira Morais Canedo Nuno Filipe Batista Vaz da Silva.	João Paulo Pereira Morais Canedo	30-ab-15	14
326	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor Centro de Estudos Fiscais e Aduaneiros	Proposta enviada à tutela	12-mai-14	João Pedro Martins Santos Joaquim Manuel Pombo Alves Jorge Manuel Caetano de Oliveira.	João Pedro Martins Santos	1-set-14	11
327	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral do Património	Proposta enviada à tutela	29-mai-14	Lurdes Silva Ferreira Manuel Inácio Silva Pinheiro; Manuel José Espanhol Gonçalves Cecílio.	Lurdes Silva Ferreira	30-ab-15	7
328	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral de Gestão Aduaneira	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			1
328	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral de Gestão Aduaneira	Deserto	5-jun-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito, ficou Deserto, já era um concurso reaberto, o juri deixou para a tutela recrutar ao seu critério,			6
329	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Imp. Especiais sobre o Consumo	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			1
329	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Imp. Espec. s/ Consumo	Proposta enviada à tutela	7-jul-14	António Brigas Afonso António Manuel Santos de Castro Fernandes; João Filipe Gonçalves Jesus.	António Brigas Afonso	2-fev-16	8
330	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Impostos s/ o Rendimento	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			4

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
330	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Impostos s/ o Rendimento	Proposta enviada à tutela	22-out-14	André Claro Amaral Ventura João Filipe Gonçalves Jesus Teresa Maria Pereira Gil.	Teresa Maria Pereira Gil.	29-ab-15	14
331	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral -IVA	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			4
331	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral -IVA	Proposta enviada à tutela	27-out-14	Armindo Silvestre de Ceita do Espírito Santo Gabriel Cupertino Osório de Barros Miguel André Horta Pereira da Silva Pinto.	Miguel André Horta Pereira da Silva Pinto.	22-mai-15	12
332	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Justiça Tributária. e Aduaneira	Concluído com decisão ministerial	8-mai-14	Ana Cristina de Oliveira Carmona Bicho José Maria Fernandes Pires Manuel Inácio Silva Pinheiro.	José Maria Fernandes Pires	1-set-14	4
333	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Planeamento Organização e Comunicação.	Proposta enviada à tutela	15-mai-14	Helena Maria José Alves Borges ; Manuel José Espanhol Gonçalves Cecilio Olga Maria Gomes Pereira.	Manuel José Espanhol	29-ab-15	7
334	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Recursos Financeiros e Patrimoniais	Proposta enviada à tutela	14-jul-14	João Pedro Monteiro Rodrigues Maria Judite Silveira Gamboa Nelson Roda Inácio	Nelson Roda Inácio	22-mai-15	11
335	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Inspeção Tributária	Concluído com decisão ministerial	23-mai-14	Ana Paula Araújo Neto Joaquim Manuel Pombo Alves José Maria Isaac de Carvalho.	Ana Paula Araújo Neto	1-set-14	9
336	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Recursos Humanos e Formação	Concluído com decisão ministerial	2-jul-14	Alice Maria Teixeira Oliveira António Manuel Soares Nogueira de Lemos Damasceno Dias.	Damasceno Dias	1-set-14	13
337	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Sistemas Informação	Proposta enviada à tutela	2-jul-14	Graciosa Martins Delgado João Pedro Mesquita de Almeida Prudente José Maria Pedro.	Sem nomeação a 31 dez 2015		14
338	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral de Cobrança	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			5
338	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral de Cobrança	Proposta enviada à tutela	3-nov-14	Armindo Silvestre de Ceita do Espírito Santo Olga Maria Gomes Pereira Tiago Luís Dias Joanaz de Melo	Olga Maria Gomes Pereira	22-mai-15	19
340	17-dez-13	MEC	Direção Geral Administração Escolar	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-mai-14	Maria Luísa Gaspar do Pranto Lopes de Oliveira Mário Agostinho Alves Pereira Teodoro de Assunção Bernardo Roque	Maria Luísa Gaspar do Pranto Lopes de Oliveira	13-out-14	18

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
341	17-dez-13	MEC	Direção Geral Administração Escolar	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	13-mai-14	Maria Luísa Gaspar do Pranto Lopes de Oliveira Maria Suzana Bento Francisco Simões Maximiano Teodoro de Assunção Bernardo Roque	Maria Suzana Bento Francisco Simões Maximiano	11-nov-14	22
342	17-dez-13	MEC	Direção Geral Planeamento e Gestão Financeira	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	3-nov-14	Carlos António Lima Guerreiro ; Maria Suzana Bento Francisco Simões Maximiano José Manuel de Matos Passos	José Manuel de Matos Passos	25-nov-14	3
343	17-dez-13	MEC	Direção Geral Planeamento e Gestão Financeira	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	3-nov-14	Carlos Manuel da Graça Pais Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro Luís Miguel Bernardo Farrajota	Luís Miguel Bernardo Farrajota	27-nov-14	9
344	17-dez-13	MEC	Direção Geral Planeamento e Gestão Financeira	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-nov-14	Ana Sofia Mascarenhas Proença Parente da Costa Branca Carlos António Lima Guerreiro Célia Maria de Viveiros e Sá e Santos.	Célia Maria de Viveiros e Sá e Santos	29-dez-14	14
345	18-dez-13	MEC - Univ. Lisboa	Estádio Univ. Lisboa	Presidente	Cancelado					
346	18-dez-13	PCM	IPDJ	Vogal	Concluído com decisão ministerial	1-set-14	Lídia Maria Garcia Rodrigues Praça Maria João Cal de Almeida Candeias Galvão; Sérgio António Gomes da Silva.	Lídia Maria Garcia Rodrigues Praça	11-set-14	12
347	18-dez-13	PCM	IPDJ	Vogal	Concluído sem decisão ministerial	10-set-14	Bruno Luís Durão Pereira de Jesus Rui Miguel da Conceição Carvalho; Vitor Manuel Batista Pataco.	Cancelamento do processo por desistência solicita abertura de novo processo a 17 fev 2015		12
348	21-dez-13	MF	ADSE	Diretor-Geral	Proposta enviada à tutela	3-jul-14	Carlos José Liberato Baptista; David João Varela Xavier; Luís Manuel dos Santos Pires.	Carlos José Liberato Baptista	31-dez-14	12
349	21-dez-13	MF	ADSE	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	25-jul-14	Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; José Miguel Dias Paiva e Costa; Sérgio António Gomes da Silva.	Desistência de um candidato		20
350	21-dez-13	MF	ADSE	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	26-ago-14	Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; José Miguel Dias Paiva e Costa; Sérgio António Gomes da Silva.	Desistência de um candidato		22

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
351	23-dez-13	MAM	IFAP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	24-nov-14	João Filipe Gonçalves Jesus; José Miguel Antunes Fernandes Tiago Filipe Garrido Pessoa Filho.	Tiago Filipe Garrido Pessoa Filho	30-dez-14	23
352	23-dez-13	MAM	IFAP	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	24-nov-14	Fernando Alves Marques Mano; Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho Pedro Manuel Simões Raposo Ribeiro	Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho	6-jan-15	14
353	23-dez-13	MAM	IFAP	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	24-nov-14	Fausto Paulo de Melo Bessa Gomes; Fernando Augusto Costa Pires João Filipe Gonçalves Jesus.	Fausto Paulo de Melo Bessa Gomes	2-jan-15	16
354	23-dez-13	MAOTE	DGEG	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-out-14	Carlos Manuel Aires Pereira de Almeida; João Filipe Gonçalves Jesus Ricardo Jorge Lima Sousa Emílio.	Carlos Manuel Aires Pereira de Almeida	26-dez-14	17
355	23-dez-13	MAOTE	DGEG	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	27-out-14	Maria Cristina Vieira Lourenço; Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob Ricardo Jorge Lima Sousa Emílio.	Maria Cristina Vieira Lourenço	26-dez-14	23
356	26-dez-13	PCM	AAP	Presidente	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			1
356	13-jan-14	PCM	AAP	Presidente	Deserto	1-ab-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito, ficou DESERTO, já era um concurso reaberto, o juri deixou para a tutela recrutar ao seu critério,	Rogério Paulo de Jesus Lourenço Jóia	24-jun-14	1
357	30-dez-13	MF-SEAO	DGO	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	23-mai-14	José Emilio Coutinho Garrido Castel - Branco Maria Manuela dos Santos Proença Tiago Luís Dias Joanaz de Melo.	Maria Manuela dos Santos Proença	2-jul-14	9
358	30-dez-13	MF-SEAO	DGO	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	17-jun-14	José António Teixeira Pinheiro Moreira Mafalda Eugénia de Araújo Costa Ferreira Mário Manuel Leal Monteiro.	Mário Manuel Leal Monteiro	9-dez-14	4
359	30-dez-13	MF-SEAO	DGO	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	16-set-14	Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro José António Teixeira Pinheiro Moreira Luís Filipe Cracel Viana	Luís Filipe Cracel Viana	9-dez-14	8
360	30-dez-13	MF-SEAO	DGO	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-set-14	Anabela Ferreira Pedro Vilão Carlos Manuel Inácio Figueiredo Luís Filipe Cracel Viana	Anabela Ferreira Pedro Vilão	9-dez-14	12

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
361	30-dez-13	MF-SEAO	DGO	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	8-out-14	Conceição de Jesus Amaral Carlos Manuel Inácio Figueiredo João Alberto Amaral Caeiro	Carlos Manuel Inácio Figueiredo	9-dez-14	7
362	30-dez-13	MEC	DG Estatística da Educação e Ciência	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	20-out-14	Luísa da Conceição dos Santos do Canto e Castro de Loura Maria Eugénia Neto Ferrão Pedro Gonçalo Jorge Rolim	Luísa da Conceição dos Santos do Canto e Castro de Loura	13-nov-14	6
363	30-dez-13	MEC	DG Estatística da Educação e Ciência	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-out-14	José Alexandre da Silva Paredes Nuno Miguel Correia Neto Rodrigues Teresa Cristina Lucas Evaristo	Teresa Cristina Lucas Evaristo	14-nov-14	16
364	30-dez-13	MEC	DG Estatística da Educação e Ciência	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-out-14	António Joaquim Salgado dos Santos Costa Ferreira Nuno Miguel Correia Neto Rodrigues João Manuel Queiroz Faria de Oliveira Batista	João Manuel Queiroz Faria de Oliveira Batista	14-nov-14	15
365	30-dez-13	MAM-SEFDR	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	2-mai-14	Carlos Manuel Inácio Figueiredo João Alexandre da Silva Rocha Pinho Teresa Sofia Nunes dos Santos Castel branco da Silveira	João Alexandre da Silva Rocha Pinho	30-jul-14	25
366	30-dez-13	MAM-SEFDR	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas	Vogal	Concluído com decisão ministerial	8-mai-14	José Carlos de Sousa Uva Patrício Paúl João Alexandre da Silva Rocha Pinho Teresa Sofia Nunes dos Santos Castelbranco da Silveira	Teresa Sofia Nunes dos Santos Castel Branco da Silveira	30-jul-14	23
367	30-dez-13	MAM-SEFDR	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas	Vogal	Proposta enviada à tutela	13-mai-14	Carlos António Lima Guerreiro João Filipe Gonçalves Jesus Carlos Manuel Inácio Figueiredo	Cancelado por desistência de candidato 23 jan 2015		20
368	30-dez-13	MAM-SEAIA	INIAV	Vogal	Concluído com decisão ministerial	28-jul-14	Carlos António Lima Guerreiro Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro Hélder Constantino Silveiro Barreto	Hélder Constantino Silveiro Barreto	11-nov-14	9
369	30-dez-13	MAM-SEAIA	INIAV	Vogal	Concluído com decisão ministerial	22-set-14	António José Alves dos Santos Augusto José de Sousa Gouveia João Paulo do Rosário Ribeiro Lima	João Paulo do Rosário Ribeiro Lima	8-jan-15	9
370	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR Algarve	Presidente	Concluído com decisão ministerial	30-out-14	David Jorge Mascarenhas dos Santos João Pedro Valadas da Silva Monteiro Maria do Rosário Mendonça Coelho	David Jorge Mascarenhas dos Santos	11-dez-2014	10

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
371	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR Algarve	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	24-nov-14	Ana Margarida Leal dos Santos Magalhães Adriano João Leal Cardoso Guerra Nuno Pedro dos Santos Borges Marques	Adriano João Leal Cardoso Guerra	17-fev-2015	16
372	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR Algarve	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	24-nov-14	Ana Margarida Leal dos Santos Magalhães Maria Valentina Filipe Coelho Calixto Nuno Pedro dos Santos Borges Marques	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques	17-fev-2015	19
373	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR Alentejo	Presidente	Concluído com decisão ministerial	20-out-14	António José Costa Romenos Dieb Francisco Augusto Batista Chalaça Joana Maria de Oliveira Neves	António José Costa Romenos Dieb	11-12-14	12
374	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR Alentejo	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	2-dez-14	Joaquim Roberto Pereira Grilo Jorge Pulido Valente Rui Manuel Mourato Pires Mendes	Joaquim Roberto Pereira Grilo	17-fev-2015	19
375	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR Alentejo	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	2-dez-14	Francisco Augusto Batista Chalaça Jorge Pulido Valente José Manuel Reboredo Pinto Leite	Jorge Pulido Valente	17-fev-2015	23
376	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR LVT	Presidente	Concluído com decisão ministerial	1-ab-14	Fernanda Maria Rosa do Carmo Julião Joana Maria de Oliveira Neves João Manuel Pereira Teixeira	João Manuel Pereira Teixeira	23-mai-14	19
377	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR LVT	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	1-dez-14	Fernando Jorge do Nascimento Pires Nogueira Fernando Sousa Ferreira José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto	Fernando Sousa Ferreira	9-mar-15	28
378	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR LVT	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	15-jan-15	Fernando Sousa Ferreira; José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto; Joaquim António Rodrigues Pereira	José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto	9-mar-15	30
379	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR Centro	Presidente	Concluído com decisão ministerial	3-ab-14	Ana Maria Pereira Abrunhosa António Manuel de Almeida dos Santos Queirós Joaquim Norberto Cardoso Pires da Silva	Ana Maria Pereira Abrunhosa	23-mai-14	15
380	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR Centro	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	17-dez-14	António Júlio da Silva Veiga Simão; João Manuel Casaleiro Carvalho Costa Luís Filipe Rui Oliveira Caetano.	António Júlio da Silva Veiga Simão	17-fev-15	26

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
381	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR Centro	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	17-dez-14	António Júlio da Silva Veiga Simão; Jorge Miguel Marques de Brito Luís Filipe Rui Oliveira Caetano.	Luís Filipe Rui Oliveira Caetano.	17-fev-15	25
382	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR Norte	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	18-12-14	Carlos Alberto Meireles Martins Eduardo Jorge do Paço Viana Nuno Augusto de Castro Azevedo Soares de Almeida.	Carlos Alberto Meireles	17-fev-15	37
383	31-dez-13	MAOTE/S EDR	CCDR Norte	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	18-12-14	Carlos Alberto Sousa Duarte Neves; Fernando Manuel de Magalhães Teixeira Pinto Rosa Maria Rodrigues da Silva e Sousa Gómez Cortez.	Carlos Alberto Sousa Duarte Neves	17-fev-15	44
10	10-jan-14	MAI	ANPC	Diretor Nacional de Bombeiros	A decorrer			Cancelado por alteração de perfil a 23 fev 2016		4
11	10-jan-14	MAI	ANPC	Diretor Nac. de Recursos de Proteção Civil	A decorrer			Cancelado por alteração de perfil a 23 fev 2016		6
12	10-jan-14	MAI	ANPC	Diretor Nac. de Planeam. de Emergência	A decorrer			Cancelado por alteração de perfil a 23 fev 2016		9
13	10-jan-14	MAI	ANPC	Diretor Nac. de Auditoria e Fiscalização	A decorrer			Cancelado por alteração de perfil a 23 fev 2016		13
25	12-fev-14	MF/SET	UTAM	Diretor	Concluído com decisão ministerial	18-jul-14	Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco José Emilio Coutinho Garrido Castel-Branco José Miguel Antunes Fernandes	Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco	12-ago-14	34
26	18-fev-14	PCM	DGLAB	Subdiretor-Geral	Suspensão					22
53	19-ag-14	MNE	Camões-ICL	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	5-nov-14	Gonçalo de Vasconcelos Pereira e Silva Marques Maria Luísa Pinto Pacheco da Cruz Baganha Ricardo Alberto Gasiba Carrilho	Gonçalo de Vasconcelos Pereira e Silva Marques	21-jan-15	18
56	15-set-14	MAI	SG-MAI	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	13-jan-15	Francisco José Pereira Monteiro Gomes João Paulo Mota da Costa Lopes José Francisco Carvalho Baptista	Francisco José Pereira Monteiro Gomes	10-fev-15	21

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
57	15-set-14	MAI	SG-MAI	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	18-dez-15	José Francisco Carvalho Baptista Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob Ricardo Alberto Basiba Carrilho	Ricardo Alberto Basiba Carrilho	6-jan-15	20
58	15-set-14	MAI	SG-MAI	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	10-dez-14	José Francisco Carvalho Baptista Jorge Manuel Ferreira Miguéis Martim José Rosado Borges de Freitas	Jorge Manuel Ferreira Miguéis	6-jan-15	11
59	15-set-14	MAI	SG-MAI	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	3-dez-14	José Francisco Carvalho Baptista Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob Teresa Maria Alvarez Lima Costa	Teresa Maria Alvarez Lima Costa	6-jan-15	32
61	24-set-14	SEADR	AC p/ as Migrações	Presidente	Proposta enviada à tutela	11-fev-15	Alzira Maria de Serpa Silva; José Joaquim Antunes Fernandes; Pedro Miguel Laranjeira da Cruz Calado	Pedro Miguel Laranjeira da Cruz Calado	29-jul-15	6
62	24-set-14	SEADR	AC p/ as Migrações	Vogal	Proposta enviada à tutela	21-fev-15	António Manuel Santos de Castro Fernandes; José Joaquim Antunes Fernandes; José Manuel da Silva Moreira	José Joaquim Antunes Fernandes	29-jul-15	19
63	1-out-14	MS	ARS Norte	Presidente	Concluído com decisão ministerial	19-jan-15	Álvaro Fernando Santos Almeida Fernando Alberto Alves José Miguel Dias Paiva e Costa	Álvaro Fernando Santos Almeida	29-jan-15	10
64	1-out-14	MS	ARS Norte	Vogal	Concluído com decisão ministerial	19-jan-15	Henrique Manuel da Silva Botelho Maria da Conceição Alves dos Santos Bessa Ruão Pinto Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira	Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira	16-fev-15	20
67	13-out-14	MS	ARS Alentejo	Presidente	Concluído com decisão ministerial	16-mar-15	José Alberto Noronha Marques Robalo; Maria da Conceição Alves dos Santos Bessa Ruão Pinto; Mariana Mausinho Afonso Raposo Correia	José Alberto Noronha Marques Robalo	8-abr-15	67
68	13-out-14	MS	ARS Alentejo	Vogal	Concluído com decisão ministerial	19-mar-15	Ana Isabel de Matos Mingote Morão; José António Martinho Lopes; Mariana Mausinho Afonso Raposo Correia	José António Martinho Lopes	9-abr-15	12
69	13-out-14	MS	ARS Alentejo	Vogal	Concluído com decisão ministerial	20-mar-15	Henrique Jorge Cristo Lopes; Mariana Mausinho Afonso Raposo Correia; Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques	Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques	9-abr-15	19

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
70	17-out-14	MS	ARS Centro	Presidente	Concluído com decisão ministerial	20-mar-15	Aurélío Rodrigues Henrique Manuel Silva Botelho José Manuel Azenha Tereso	José Manuel Azenha Tereso	14-ab-15	10
71	17-out-14	MS	ARS Centro	Vogal	Concluído com decisão ministerial	23-mar-15	Fernando Alberto Alves; Luís Manuel Militão Mendes Cabral; Maria da Conceição Alves dos Santos Bessa Ruão Pinto	Luís Manuel Militão Mendes Cabral	22-ab-15	16
72	11-nov-14	MS	IGAS	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	21-fev-15	Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; Leonor do Rosário Mesquita Furtado; Mário Alexandre de Andrade Pais Mamede	Leonor do Rosário Mesquita Furtado	16-mar-15	12
74	19-nov-14	MS	ARS LVT	Presidente	Proposta enviada à tutela	24-jul-15	Repetição	N.º insuficiente de candidatos com mérito		6
74	19-nov-14	MS	ARS LVT	Presidente	Concluído com decisão ministerial	31-dez-15	Deserto. Sem 3 candidatos de mérito. Escolha pela tutela	Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho	21-jan-16	18
75	19-nov-14	MS	ARS LVT	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	27-mai-15	Gracinda Maria Martins Sanches Fernandes Henrique Jorge Cristo Lopes Luís Augusto Coelho Pisco	Sem nomeação a 31 dez 2015		12
76	19-nov-14	MAOTE	LNEG	Presidente	Concluído com decisão ministerial	31-jul-15	Fernando Arnaldo Duarte Carvalho João Manuel Ferreira Calado Maria Teresa Costa Pereira Ponce Leão	Maria Teresa Costa Pereira Ponce Leão	26-fev-16	9
77	19-nov-14	MAOTE	LNEG	Vogal	Proposta enviada à tutela	13-ag-15	Alexandre José Lopes Guedes Silva Carlos António Lima Guerreiro Humberto António Ferreira Carlos	Cancelado por alteração do perfil do cargo. A abrir novo processo 16 fev 16.		13
78	19-nov-14	MAOTE	LNEG	Vogal	Proposta enviada à tutela	13-ag-15	Alexandre José Lopes Guedes Silva Helder José Perdigão Gonçalves João Manuel Ferreira Calado	Helder José Perdigão Gonçalves	26-fev-16	13
89	2-dez-14	MS	ARS Algarve	Vogal (2)	Concluído com decisão ministerial	23-ab-15	Aurélío Rodrigues Maria da Conceição Alves dos Santos Bessa Ruão Pinto Tiago Botelho Martins da Silva	Tiago Botelho Martins da Silva	6-mai-15	
90	6-dez-14	MS	Instituto Português Sangue e Transplantação	Presidente	Concluído com decisão ministerial	27-04-15	Helder Fernando Branco Trindade Maria Helena Dias Pereira Gonçalves Mário Chin Tad Muon	Helder Fernando Branco Trindade	4-mai-15	

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
91	6-dez-14	MS	Instituto Português Sangue e Transplantação	Vogal	Concluído com decisão ministerial	27-04-15	Maria Gracinda Gaspar de Sousa Mário Chin Tad Muon Victor Manuel Conceição Marques	Maria Gracinda Gaspar de Sousa	4-mai-15	
92	1-dez-14	MS	ARS Algarve	Vogal (1)	Concluído com decisão ministerial	23-04-15	Aurélí Rodrigues Maria da Conceição Alves dos Santos Bessa Ruão Pinto Nuno Miguel Sancho Cruz Ramos	Nuno Miguel Sancho Cruz Ramos	6-mai-15	
1	5-jan-15	MSESS	CITE	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	28-mai-15	Carlos Luis Tavares Nunes Nuno Miguel Correia Neto Rodrigues Teresa Alexandra Malveiro Andrade	Carlos Luis Tavares Nunes	14-jul-15	45
5	21-jan-15	MSESS	GEP	Diretor-Geral	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito			8
5	21-jan-15	MSESS	GEP	Diretor-Geral	A decorrer	15-dez-15		Solicitado cancelamento por alteração do perfil a 29 dez 2105. A abrir novo processo		20
6	21-jan-15	MSESS	GEP	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	27-mai-15	Carlos Manuel dos Reis Alves Pereira Nuno Miguel Correia Neto Rodrigues Teresa Alexandra Malveiro Andrade	Solicitado cancelamento por alteração do perfil a 20 jan 2106. A abrir novo processo		28
7	22-jan-15	MAM	ICNF	Vogal	A decorrer					
9	20-jan-15	MJ	INPI	Presidente	Concluído com decisão ministerial	26-jun-15	Carlos Manuel Casal da Veiga Maria Leonor Mendes da Trindade Pedro Castelão Almeida Sousa Matias	Maria Leonor Mendes da Trindade	31-jul-15	11
10	20-jan-15	MJ	INPI	Vogal	Concluído com decisão ministerial	26-jun-15	António Manuel Santos de Castro Fernandes; Helder Manuel Barreiros Raimundo; Marco Paulo Gonçalves Dinis	Marco Paulo Gonçalves Dinis	31-jul-15	12
13	6-fev-15	ME	ASAE	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	6-jul-15	Filipa Maria de Sampaio Melo de Vasconcelos; Jorge Alexandre Fernandes Capitão; Maria da Graça Domingues Mariano Marques Fernandes	Filipa Maria de Sampaio Melo de Vasconcelos e Brazão Montes	27-jul-15	32

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
19	12-fev-15	PCM	IPDJ	Vogal	Concluído com decisão ministerial	25-mai-15	Carlos Manuel dos Reis Alves Pereira; Rui Miguel da Conceição Carvalho; Vitor Manuel Batista Pataco	Carlos Manuel dos Reis Alves Pereira	1-jun-15	23
30	24-mar-15	MF/SEAF	ATA	Diretor-Geral	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito			20
30	24-mar-15	MF/SEAF	ATA	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	3-dez-15	António Manuel dos Santos Calisto Pato; Helena Maria José Alves Borges; Jesuino Alberto Madeira dos Santos Alcântara Martins	Helena Maria José Alves Borges	19-jan-15	31
31	24-mar-15	MF/SEAF	ATA	Subdiretor-Geral da Área da Justiça	Concluído com decisão ministerial	4-jun-15	Acácio Carvalhal Costa; Ana Cristina de Oliveira Carmona Bicho; Joaquim Manuel Pombo Alves	Ana Cristina de Oliveira Carmona Bicho	2-fev-16	15
34	28-mar-15	MS	ARS LVT	Vogal (1)	Proposta enviada à tutela	3-jul-15	Francisco Pedro Simões Coimbra Dinis Cabral; Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro; Nuno Ribeiro de Matos Venade	Sem nomeação a 31 dez 2015		9
35	28-mar-15	MS	ARS LVT	Vogal (2)	Proposta enviada à tutela	3-jul-15	Ângela Maria Barroso Lourenço; Maria Rosa Tobias Sá; Rui Manuel Duarte Vieira	Sem nomeação a 31 dez 2015		13
36	7-abr-15	MS	ARS Centro	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	2-jul-15	José Abrantes Afonso; Maria Augusta Mota Faria Conceição; Marta Alexandra Fartura Braga Temido	Maria Augusta Mota Faria Conceição	20-jul-15	7
39	9-abr-15	MAOTE	SG-MAOTE	Secretário-Geral	A decorrer					6
40	9-abr-15	MAOTE	SG-MAOTE	Secretário-Geral Adjunto	A decorrer					14
41	9-abr-15	MJ	DGPJ	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	15-dez-15	Luís Filipe Goes Pinheiro Maria Luísa Pinto Pacheco da Cruz Baganha Patrícia Manuela Trindade da Cruz e Albuquerque Ferreira	Maria Luísa Pinto Pacheco da Cruz Baganha	4-mar-16	5

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
42	10-abr-15	MEC	CNE	Secretário-Geral	A decorrer					40
43	10-abr-15	MEC	IG-MEC	Subinspetor-Geral	A decorrer					16
44	14-abr-15	MJ	IGFEJ	Vogal	Proposta enviada à tutela	15-dez-15		Cancelado por alteração de perfil a 18 fev 2016		16
45	14-abr-15	PCM/SED R	ADC	Presidente	Concluído com decisão ministerial	7-jul-15	António José Costa Romanos Dieb; Joaquim Norberto Cardoso Pires da Silva; Maria Rosa Tobias Sá	António José Costa Romanos Dieb	23-jul-15	23
46	14-abr-15	PCM/SED R	ADC	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	15-dez-15		Cancelado por alteração de perfil. Solicitado novo processo a 25 jan 16		38
47	14-abr-15	PCM/SED R	ADC	Vogal (1)	Proposta enviada à tutela	15-dez-15		Cancelado por alteração de perfil. Solicitado novo processo a 25 jan 16		38
48	14-abr-15	PCM/SED R	ADC	Vogal (2)	Proposta enviada à tutela	15-dez-15		Cancelado por alteração de perfil. Solicitado novo processo a 25 jan 16		50
49	22-abr-15	PCM/SEA L	DGAL	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-jul-15	Acácio Carvalho Costa; António Edmundo Freire Ribeiro; Tiago Luís Dias Joanaz de Melo	António Edmundo Freire Ribeiro	22-jul-15	30
57	20-mai-15	MF	GPEARl	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	9-jul-15	João Pedro de Oliveira Gonçalves; José Pedro Viegas Cardoso; Luís Pedro Rodrigues Saramago	Luís Pedro Rodrigues Saramago	15-jul-15	12
60	26-mai-15	MDN	DGPJM	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	15-dez-15	Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Gomes Rodrigues; Luís Augusto Vieira; Vítor Manuel Gil Prata	Luís Augusto Vieira	26-fev-16	8

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
61	26-mai-15	MDN	DGPDN	Diretor-Geral	Proposta enviada à tutela	15-dez-15		Pedido de cancelamento a 17 fev 15 por não concordância com o perfil		12
62	26-mai-15	PCM/SED J	IPDJ	Vice-Presidente	A decorrer					32
63	26-mai-15	MDN	DGPDN	Subdiretor-Geral	Concluído com nomeação ministerial	27-jan-16	Ana Isabel Marques Xavier João Pedro Saldanha Serra Paula de Guadalupe Picareta Monge	Ana Isabel Marques Xavier	14-mar-16	17
64	26-mai-15	MDN	DGRDN	Diretor-Geral	Concluído com nomeação ministerial	15-dez-15	Alberto António Rodrigues Coelho Carlos Manuel Martins Branco José Domingos Pereira Cunha	Alberto António Rodrigues Coelho	26-fev-16	5
65	26-mai-15	MDN	DGRDN	Subdiretor-Geral (1)	Concluído com nomeação ministerial	15-dez-15	André Bruno Bastardo Miranda Boavida Catarina Maria Figueiredo Cardoso Henrique José Castanheira Macedo	Henrique José Castanheira Macedo	26-fev-16	11
66	26-mai-15	MDN	DGRDN	Subdiretor-Geral (2)	Concluído com nomeação ministerial	15-dez-15	Catarina Maria Figueiredo Cardoso José Miguel Antunes Fernandes Maria da Luz Capristanos Passanha Batista da Silva	Catarina Maria Figueiredo Cardoso	26-fev-16	14
71	15-jun-15	MEC	IGeFE	Vogal (1)	A decorrer					14
91	15-jun-15	MEC	IGeFE	Vogal (2)	A decorrer					27
92	18-jun-15	MJ	IRN	Presidente	Repetição					30
92	18-jun-15	MJ	IRN	Presidente	Deserto	10-fev-16				5

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	<i>short-list</i>	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
93	18-jun-15	MJ	DGAJ	Subdiretor-Geral	Concluído com nomeação ministerial	15-dez-15	André Filipe Borges Campante Ferreira António Manuel Serra Moreira Carlos António Lima Guerreiro	André Filipe Borges Campante Ferreira	29-jan-16	7
98	7-jul-15	MNE	DGAMNE	Diretor-Adjunto	Cancelado			Cancelado por alteração de perfil. Solicitado novo processo a 14 jan 16		
99	14-jul-15	MS	ARS Centro	Vogal	Cancelado			Cancelado por alteração de perfil. Solicitado novo processo a 08 fev 16		
103	24-jul-15	PCM/SEMA	AMA	Presidente	A decorrer					
104	28-jul-15	MSESS	ISS-Setúbal	Diretor de Segurança Social	A decorrer					
105	28-jul-15	MSESS	ISS-Aveiro	Diretor de Segurança Social	A decorrer					

IV. PARECERES



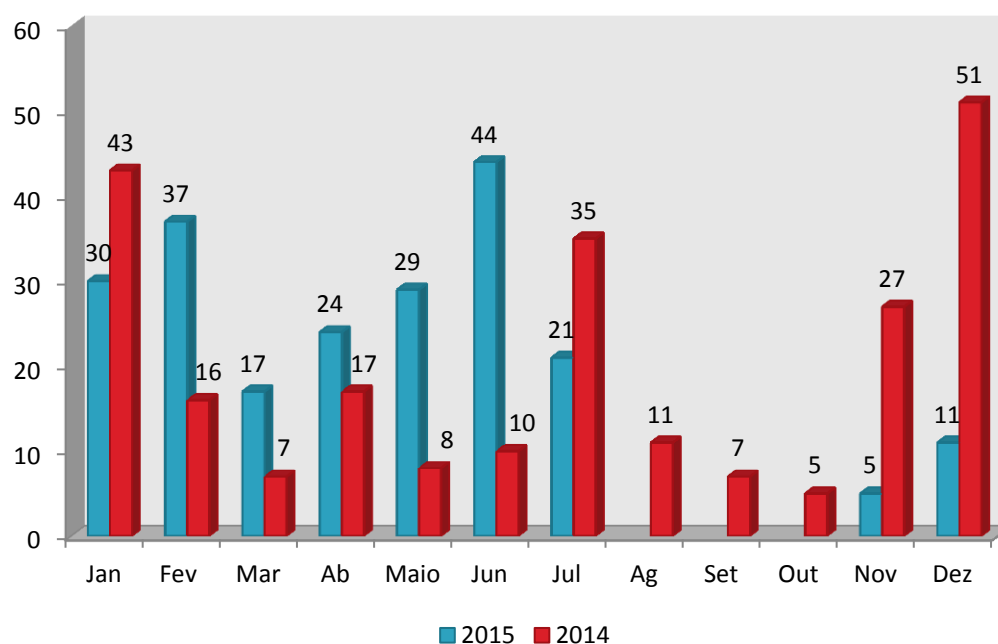
Há mais do que uma sabedoria, e todas elas são necessárias ao mundo.

Margeurite Yourcenar

4.1 Pareceres de adequação de perfil

A emissão de pareceres sobre adequação de perfil de gestores públicos e de dirigentes superiores para organismos ou cargos atípicos manteve-se a um ritmo constante ao longo de 2015, tal como se verificou nos anos anteriores; na verdade, e embora o ano tenha sido marcado pelas eleições legislativas, e pelo compromisso de não proceder a nomeações antes da investidura parlamentar do novo Governo, em 2015 foram solicitados 218 pareceres de adequação de perfil ao cargo de gestor público, face aos 237 em 2014, para 100 empresas públicas, cargos atípicos ou estruturas de missão.

Figura 40. Distribuição mensal dos pareceres sobre adequação de perfil, 2014-2015

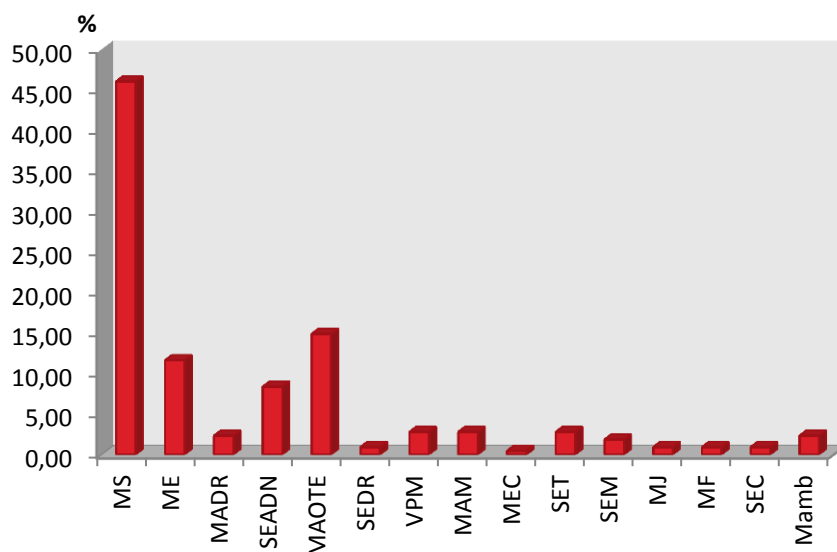


Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

A Comissão Técnica Permanente emitiu 3 pareceres com reservas, e 19 referindo limitações; em 2014, tinham sido emitidos 7 pareceres com reservas, e 10 referindo limitações

A Figura 41 apresenta o peso relativo dos ministérios, ou secretarias de Estado, na formulação dos pedidos de parecer de adequação de perfil de gestores públicos, por organismo. O Ministério da Saúde representou, em 2015, 46% de todos os pareceres solicitados.

Figura 41. Distribuição dos pareceres sobre adequação de perfil solicitados por organismo, 2015 (%)

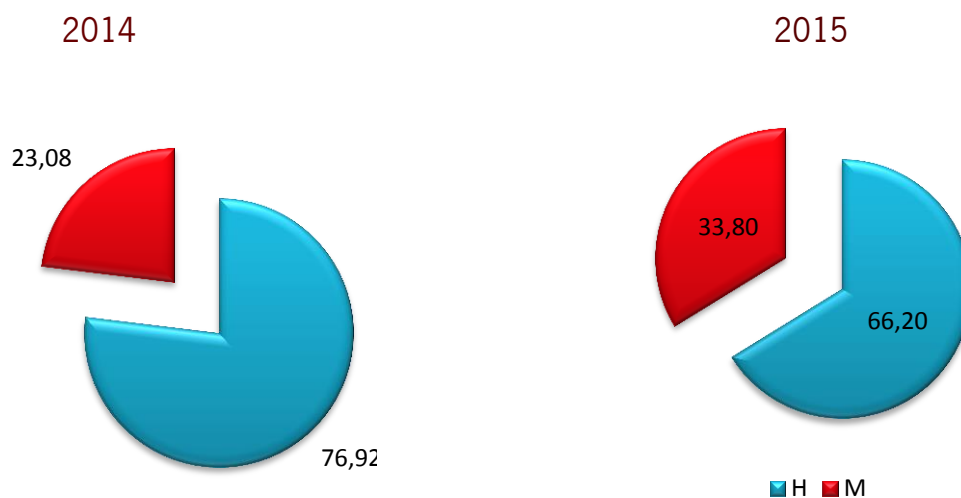


Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

No que respeita ao género, os resultados obtidos são semelhantes aos relativos a dirigentes superiores de 1º grau. Conforme se pode ver na Figura 42, a taxa de feminização aumentou sensivelmente em 2015 face ao ano anterior ; cerca de 34% dos pareceres solicitados para personalidades indigitadas para o cargo de gestor público eram do sexo feminino.

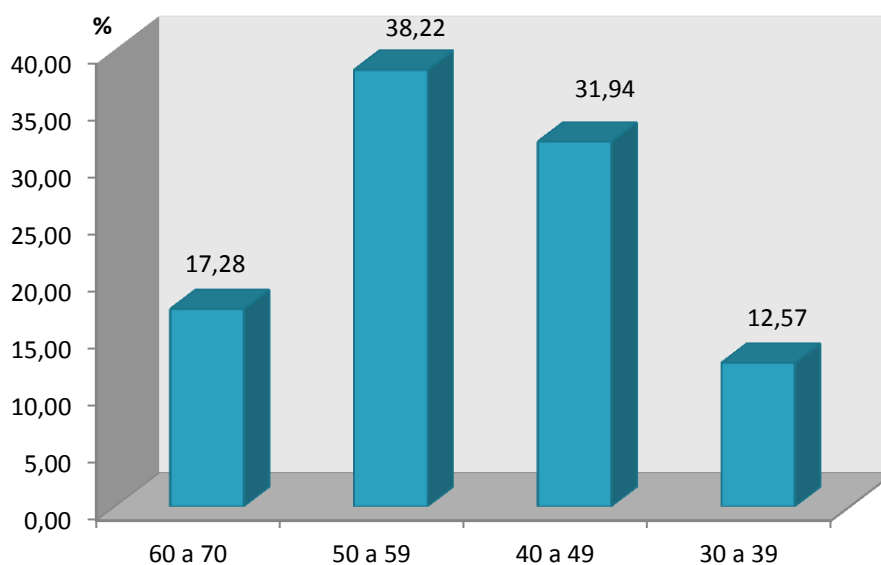
Finalmente, a estrutura etária das personalidades para as quais foi emitido parecer de adequação de perfil ao cargo de gestor público , em 2015, está apresentada na Figura 43. Conforme se pode verificar, em média , a idade tende a ser mais elevada do que no caso dos dirigentes superiores da administração pública; 38% tem entre 50 e 59 anos, e 17% tem mais de 60 anos.

Figura 42. Distribuição dos pareceres sobre adequação de perfil solicitados por gênero, 2014-2015 (%)



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

Figura 43. Distribuição dos pareceres sobre adequação de perfil solicitados por idade, 2015 (%)



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2016

Quadro 4. Listagem dos pareceres solicitados e dados, 2015

Data de Receção	Entidade	Organismo	Candidatos	Resultado do parecer	
08-01-2015	ME	Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo	Alberto Fernando da Silva Matos	Adequado	c/ Limitações
08-01-2015	ME	Administração dos Portos de Aveiro e Figueira da Foz	Olinto Henrique Cruz Ravara	Adequado	
			Luís Manuel Barbosa Leal	Adequado	c/limitações
09-01-2015	MS	Unidade Local de Saúde da Guarda	Carlos Manuel da Silva Rodrigues	Adequado	
			Luís António Vicente Gil Barreiros	Adequado	
			Flora Maria Moura Teixeira da Silva	Adequado	
			João Bernardo Rebelo Marques	Adequado	
12-01-2015	MS	Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho	Maria de Fátima dos Santos Lima	Adequado	
15-01-2015	MS	Hospital Magalhães de Lemos	António Alfredo Sá Leuschner Fernandes	Adequado	
			José Alberto Oliveira Castro Peixoto	Adequado	
			Joaquim Silva Ramos	Adequado	
			João Ernesto Teles Pires	Adequado	
15-01-2015	MS	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano	Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha	Adequado	
			Jorge Fernandes ferreira Gomes	Adequado	
			Raquel Maria Pinto Bacharel Bilé	Adequado	
			Joaquim Filomeno Duarte Araújo	Adequado	
			António José Chaves Miranda	Adequado	
16-01-2015	MS	Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo	Margarida Fernanda Coelho Murta Rebelo da Silveira	Adequado	
			Emília de Jesus Antunes Ferreira Duro	Adequado	
			Jorge Ângelo Ramos dos Santos	Adequado	
			José Gaspar Monteiro Rodrigues	Adequado	
			João Francisco Torrado Guerreiro	Adequado	
26-01-2015	MADR	RTP - Rádio Televisão de Portugal	Gonçalo Reis	Adequado	
			Cristina Vaz Tomé	Adequado	c/ Limitações
			Nuno Artur Silva	Adequado	c/ Limitações
26-01-2015	SEADN	MM - Gestão Partilhada	António Pedro Pinto Machado Eça Pinheiro	Adequado	
			Luís Artur Alves Rita	Adequado	
			Carlos Manuel Diogo da Graça Rosa	Adequado	
30-01-2015	MADR	Estrutura de Missão Portugal	Carla Margarida Canas Pedro	Adequado	

		Inovação			
		Social	Teresa Margarida Bomba Correia	Adequado	
02-02-2015	MS	Centro Hospitalar Barreiro Montijo	João Manuel Alves Silveira Ribeiro	Adequado	
			Mário de Figueiredo Bernardino	Adequado	
			Elsa Maria Baião Ferreira Airoso Banza	Adequado	
			Elizabete Maria Farias Gonçalves Rodrigues	Adequado	
			Lúisa Maria Alves da Luz	Adequado	
04-02-2015	MS	Centro Hospitalar Médio Tejo	Ana Paula Ventura Eusébio	Adequado	
04-02-2015	MS	Centro Hospitalar Póvoa do Varzim /	José Macedo Vieira	Adequado	
		Vila do Conde	Joaquim Monteiro Silva	Adequado	
			Manuel Basto Carvalho	Adequado	
			Pedro Miguel Pinto Pinheiro Monteiro	Adequado	
			Carla Sílvia Neves da Nova Fernandes	Adequado	
04-02-2015	MS	Centro Hospitalar do Alto Ave	Delfim Pereira Neto Rodrigues	Adequado	
			Maria José Teixeira Cabral Costeira Paulo	Adequado	
			Ana Maria Ponte Fravica	Adequado	
			Filipe Miguel Neves Ribeiro	Adequado	
			Agostinho Xavier Dourado Barreto	Adequado	
09-02-2015	SEADN	IDD - Plataforma das Industrias de Defesa Nacionais	Eduardo Jaime Neto Filipe	Adequado	
			Miguel Melo Portugal Botelho de Sousa	Adequado	
			José Pedro Vinhas da Silva Gentil Quina	Adequado	
10-02-2015	MS	IPO de Lisboa - Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Dr. Francisco Gentil	Francisco Ventura Ramos	Adequado	
			João Manuel Lopes de Oliveira	Adequado	
			Maria Teresa Fernandes de Jesus de Sousa Carneiro	Adequado	
			Sandra Cristina Gomes Gaspar	Adequado	
10-02-2015	MAOTE	ERSAR - Entidade Reguladora das Águas e Resíduos	Orlando José Manuel de Castro e Borges	Adequado	
			Paulo José Martins Raposo Lopes Marcelo	Adequado	c/ limitações
			Ana Teresa Peralta Barreto de Carvalho Albuquerque	Adequado	
10-02-2014	SEADN	Comissão Liquidatária dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo	Paulo Manuel Carvalho da Silva	Adequado	
			Rodolfo Augusto Felgueiras Parente	Adequado	
			Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Adequado	
16-02-2015	MS	Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga	José Miguel Dias Paiva da Costa	Adequado	

			Maria Paula Sarmento Rebocho	Adequado	
			Sara Cristina da Silva Pereira	Adequado	
			Maria Margarida Torres de Ornelas	Adequado	
			Rita Manuela Lopes Moutinho	Adequado	
17-02-2015	MS	Centro Hospitalar Lisboa Norte	Maria Margarida Barreira Lucas	Adequado	
24-02-2015	SEDR	Programa Operacional Regional do Norte	António Jorge Nunes	Adequado	
25-02-2015	MS	Hospital Doutor Fernando Fonseca	Helena Isabel de Seabra Nunes de Almeida	Adequado	
03-03-2015	MS	Centro Hospitalar Póvoa do Varzim / Vila do Conde	José Manuel de Araújo Cardoso	Adequado	
			Maria Isabel Silva Alves Rocha Macedo	Adequado	
03-03-2015	MS	Centro Hospitalar da Cova da Beira	Miguel Castel-Branco Craveiro Sousa	Adequado	
			Arminda Maria Mateus Pinto	Adequado	
			Vasco Júlio Morão Teixeira Lino	Adequado	
			João Henrique Pereira Bento	Adequado	
05-05-2014	Vice-PM	AICEP Global Parques	Luís Filipe de Castro Henriques	Adequado	
			José Francisco de Oliveira e Silva Mendes Palma	Adequado	c/ limitações
			Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado	Adequado	
			Silvino Rosa Malho Ridrigues	Adequado	
			Pedro Moraes Sarmento Patrício	Adequado	
09-03-2015	SEDR	Programa Operacional Regional de Lisboa	José António Moura de Campos	Adequado	
		PO Lisboa			
09-03-2015	ME	Porto de Sines	Fernanda Nunes Ferreira		
10-05-2015	MS	Centro Hospitalar do Baixo Vouga	Aurélio Rodrigues	Adequado	
27-03-2015	SEADN	Arsenal do Alfeite	Andreia Daniela Pereira Fernandes ventura de Brito Bogas	Adequado	
			Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	Adequado	
			Rui Manuel Rapaz Lérias	Adequado	
01-04-2015	MS	Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano	Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches	Adequado	
			Horácio Carlos Figueiredo Santos	Adequado	
			Susana Maria Garlito Sanches	Adequado	
			Francisco João Velez Roxo	Adequado	
14-04-2015			Carlos Adriano Aldeia de Jesus	Adequado	
02-04-2015	MAOTE	POSEUR-Programa Operacional Temático	Maria Manuela Araújo de Matos	Adequado	
		Sustentabilidade e Eficiência no Uso			

		de Recursos			
07-04-2015	MS	Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro	Luís Filipe Ferreira da Cruz Matos	Adequado	
08-04-2015	MAM	Companhia das Lezírias	António Miguel Semedo Pimentel Saraiva	Adequado	
			João Carlos Caldeira Gonçalves	Adequado	
			Diogo Supico de Faria e Silva	Adequado	
09-04-2015	MAM	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva	José Pedro Mendes Barbosa da Costa Salema	Adequado	
			Augusta Manuel Pereira de Jesus Cachoupo	Adequado	
			Jorge Manuel Vasquez Gonzalez	Adequado	
12-04-2015	MEC	Fundação para a Ciência e Tecnologia	Maria Arménia Abreu Fonseca Carvalho Teixeira Carrondo	Adequado	
14-04-2015	SET	CP - Comboios de Portugal	Nuno Serra Sanches Osório	Adequado	
21-04-2015	SEADN	EMPORDEF - Tecnologias de Informação	Carlos Alberto Salgado Félix	Adequado	
			José Miguel Antunes Fernandes	Adequado	
			João Paulo Jorge Alpendre	Adequado	
21-04-2015	SEADN	EMPORDEF - Engenharia Naval	Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Adequado	
23-04-2015	SET	Baía Tejo	Jacinto Guilherme Ramos Dias Pereira	Adequado	
			Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	Adequado	
			Sérgio Paulo Barradas Saraiva	Adequado	
30-04-2015	ME/	PME Investimentos - Sociedade de Investi-	Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	Adequado	
	SEIIC	mentos SA	Bernardo Maya Múrias Afonso	Adequado	c/ limitações
			Gonçalo Oliveira Lage	Adequado	c/ limitações
04-05-2015	MAOTE	Parques Sintra - Monte da Lua	Manuel Simões Carrasqueira Baptista	Adequado	
			José Lino Fonseca Ramos	Adequado	
			Florinda Sofia Augusto Cruz		
04-05-2015	MS	Administração Central do Sistema de Saúde	Luís Rafael Leite Inácio Margalhau Nunes	Adequado	
04-05-2014	SEADN	Extra - Explosivos da Trafaria	José Miguel Antunes Fernandes	Adequado	
05-05-2015	ME	Administração do Porto de Lisboa	João José Rebelo Roque de Pinho	Adequado	
07-05-2015	ME	SIMAB - Sociedade Instaladora de	David Piedade Ferreira	Adequado	

		Mercados Abastecedores	Miguel Rocha Ferreira Roquete	Adequado	
22-06-2015			Miguel Rocha Ferreira Roquete	Adequado	
11-05-2015	MS	Hospital Distrital de Santarém	José Rianço Josué	Adequado	
			João Maria Roxo Vaz Rico	Adequado	
			Maria Lopes André Jorge Bernardes	Adequado	
			Ilda Ferreira Baptista Marmelo da Silva Veiga	Adequado	
12-05-2015	ME	Portugal Capital Ventures - Sociedade de	Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	Adequado	
		Capital de Risco SA	Luís Miguel de Sousa Lopes Vieira	Adequado	
			Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	Adequado	
15-05-2015	SEM	Docapesca - Portos e Lotas SA	José Apolinário Nunes Portada	Adequado	
			Maria Isabel Guerra	Adequado	
			Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	Adequado	
20-05-2015	ME	Administração do Porto de Lisboa	Ana Paula Rana Rodrigues	Adequado	
21-05-2015	MF	CMVM - Comissão do Mercado de	Gabriela Figueiredo Dias	Adequado	
		Valores Mobiliários			
22-05-2015	MJ	Instituto Nacional de Medicina Legal e	Maria Cristina Nunes de Mendonça	Adequado	
		Ciências Forenses	Maria Fernanda Coutinho Rodrigues	Adequado	
27-05-2015	SEM	Programa Operacional Mar 2020	Rodrigo Brun	Adequado	
01-06-2015	MS	Hospital de Santa Maria Maior	Rui Nuno Machado Guimarães	Adequado	
02-06-2015	MAOTE	Águas de Portugal	Afonso Lobato Faria	Adequado	
			Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz	Adequado	
			José Manuel Leitão Sardinha	Adequado	
			Gonçalo Ayala Martins Barata	Adequado	
08-06-2015			Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	Adequado	
09-06-2015	MS	Hospital Distrital de Santarém	Pedro Miguel Noronha da Silveira Alves Caetano	Adequado	
15-06-2015	MAOTE	Águas de Lisboa e Vale do Tejo e EPAL	José Manuel Leitão Sardinha	Adequado	
			José António Afonso Calmeiro	Adequado	
			Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Adequado	
			Maria Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	Adequado	
			Maria do Rosário Cardoso Águas	Adequado	
16-06-2015	MS	ACES Cávado II - Gerês / Cabreira	Nuno Miguel Macedo Oliveira	Adequado	

16-06-2015	MS	ACES Cávado III - Barcelos / Esposende	Carla Maria Morais Ferraz	Adequado	
16-06-2015	MS	ACES Douro I - Marão e Douro Norte	Armando José da Silva Barrias Vieira	Adequado	
16-06-2015	MS	ACES Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	Laurentina Maria Gonçalves da Santa Teixeira	Adequado	
23-07-2015					
16-06-2015	MS	ACES Entre Douro e Vouga I - Feira / Arouca	António José de Almeida Alves	Adequado	
16-06-2015	MS	ACES Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte	Miguel Ângelo Carvalho Santos Portela	Adequado	
16-06-2015	MS	ACES Grande Porto VI - Porto Oriental	Maria Dulce Silva Pinto	Adequado	
16-06-2015	MS	ACES Tâmega I - Baixo Tâmega	Avelino José Mota Silva Bastos	Adequado	
16-06-2015	MS	ACES Tâmega II - Vale do Sousa Sul	Sandra Marina Duque Rita	Adequado	
16-06-2015	MS	ACES Tâmega III - Vale do Sousa Norte	Hugo Miguel de Sousa Lopes	Adequado	c/ limitações
18-06-2015	MAOTE	AdP Serviços - Águas de Portugal Serviços	Gonçalo Ayala Martins Barata	Adequado	
			Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	Adequado	
			Pedro Amat de Vasconcelos Franco	Adequado	c/ limitações
18-06-2015	MAOTE	Águas do Centro Litoral	Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	Adequado	
			Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança	Adequado	
			Jaime António Pires Gabriel Silva	Adequado	
19-06-2015	MS	ACES Cávado I - Braga	Cristina Isabel Araújo Ferreira	Adequado	
19-06-2015	MS	ACES Grande Porto II - Gondomar	Carlos Alberto Jesus Nunes	Adequado	
19-06-2015	MS	ACES Grande Porto III - Maia Valongo	Manuel Marques Nogueira dos Santos	Adequado	c/ limitações
19-06-2015	MS	ACES Grande Porto IV - Póvoa do Varzim	Judite Maria Silva Morais Neves	Adequado	
19-06-2015	MS	ACES Grande Porto V - Porto Ocidental	Rui Manuel Moreira da Rocha Medon	Adequado	
19-06-2015	MS	ACES Grande Porto VII - Gaia	Isabel Maria de Sousa Chaves e Castro Santos Almeida	Adequado	

19-06-2015	MS	ACES Grande Porto VIII - Espinho Gaia	Ana Maria Martinho Guedes Mendes Prata	Adequado	
22-06-2015	MF/SET	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	Georgete Marques Félix	Adequado	c/ limitações
25-06-2015	MAOTE	Águas do Algarve	Carlos Manuel Martins	Adequado	
			Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	Adequado	c/ limitações
			Jorge Manuel Coelho da Silva Torres	Adequado	c/ limitações
29-06-2015	MAOTE	Águas do Norte	Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz	Adequado	
			José António Boal Paixão	Adequado	
			Álvaro Ribeiro Carvalho	Adequado	
			José Maria Martins Soares	Adequado	
06-07-2015	ME	ANAC - Autoridade Nacional de Aviação	Luís Miguel Silva Ribeiro	Adequado	c/ limitações
		Civil	Carlos Seruca Salgado	Adequado	c/ limitações
			Lígia Maria Esteves da Fonseca		
06-07-2015	SET	Empordef - Tecnologias de Informação	Eduardo Antunes Duarte	Adequado	
06-07-2015	SET	Parparticipadas SGPS	Pedro Miguel Nascimento Ventura	Adequado	
06-07-2015	ME	ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações	Isabel Maria Guimarães de Oliveira Rodrigues de Areia	Adequado	
06-07-2015	ME	AMT - Autoridade da Mobilidades e dos Transportes	João Fernando Amaral Carvalho	Adequado	
			Eduardo Raul Lopes Rodrigues	Adequado	
			Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	Adequado	
			António José do Amaral Ferreira de Lemos	Adequado	
			Maria Rita de Sampaio Nunes	Adequado	
08-07-2015	SEADN	Empordef - Tecnologias de Informação	Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Adequado	
09-07-2015	MS	ACES Grande Porto VIII - Espinho Gaia	Celeste Maria Garcia de Magalhães Meireles Pinto	Adequado	
14-07-2015	MS	ACES Algarve I - Central	Gabriela Maria Ferreira Peixoto	Adequado	
17-07-2015	Vice-PM	AICEP	Helena Maria Rodrigues Fernandes Malcata	Adequado	
17-07-2015	ME	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores	Miguel Sabino Franco e Abreu	Adequado	c/ limitações

21-07-2015	MAOTE	Estrutura de Gestão do Instrumento Fi-	Abel Artur Cruz Torres Mascarenhas	Adequado	
		nanceiro para a Reabilitação Urbana	Dina Fernanda Sereno Ferreira	Adequado	
24-07-2015	MS	ACES Algarve Sotavento	Pedro Nuno Alfarroba Alves	Adequado	c/ limitações
30-07-2015	SEC	Estrutura de Missão da Estratégia Integrada de Belém	Inês Paula da Cunha Freitas	Adequado	
			Eduardo Manuel Dias Brito Henriques	Adequado	
18-11-2015	MS	ACES Alto Ave - Guimarães	Carlos Alberto Gomes Dias Guimarães		
11-11-2015	MS	ACES Grande Porto I	Ana Maria Fernandes Tato Aguiar	Adequado	
24-11-2015	MS	Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia, Espinho	Ana Clara Nogueira Silva Vieira Coelho	Adequado	c/ limitações
30-11-2015	MS	Hospital Senhora da Oliveira	José Miguel Campos S. Araújo	Adequado	
30-11-2015	MS	Unidade Local de Saúde de Matosinhos	António Taveira Gomes	Adequado	
10-12-2015	MS	Centro Hospitalar do Baixo Vouga	Anabela Tavares Valadão Barcelos	Adequado	
17-12-2015	MS	Administração Central do Sistema de Saúde	Marta Alexandra Temido d Almeida Simões	Adequado	
28-12-2015	MS	Infarmed	Henrique Luz Rodrigues	Adequado	
			Rui dos Santos Ivo	Adequado	
			Helder Dias Mota Filipe	Adequado	
29-12-2015	Ministério Ambiente	Metropolitano de Lisboa, Carris, Transtejo e Soflusa	António Manuel Pires	Adequado	
			Luís Carlos Barroso	Adequado	
			José Realinho de Matos	Adequado	
			Tiago Alexandre Lopes Farias	Adequado	
			Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Adequado	

V. RECURSOS HUMANOS



O talento vence jogos, mas só o trabalho em equipe ganha campeonatos.
Michael Jordan

5.1 Colaboradores

A CReSAP não dispõe de mapa de pessoal.

Conta, no entanto com o apoio de um pequeno grupo de colaboradores, muito motivados e de grande eficiência, sem os quais não teria, de todo, sido possível desempenhar as funções que lhe são cometidas.



Não pode deixar de se sublinhar, e reconhecer, o apoio fundamental do jornalista Carlos Pires na assessoria da imprensa, com quem se conta na sequência de um pedido de colaboração feito ao Infarmed, no âmbito da mobilidade interna.

A Comissão para o Recrutamento e Seleção para a Administração Pública contou, em 2015 com quatro colaboradores, três dos quais prestam apoio secretarial, cabendo-lhes ainda a responsabilidade de assegurar toda a gestão processual dos procedimentos concursais:

- Maria Isabel Soares, desde Maio de 2012;
- João Estrella, desde Setembro de 2012;
- Dr^a Isália Casimiro, desde Maio 2013,

Desde Maio de 2012, Francisco Santos presta apoio á CReSAP enquanto motorista.

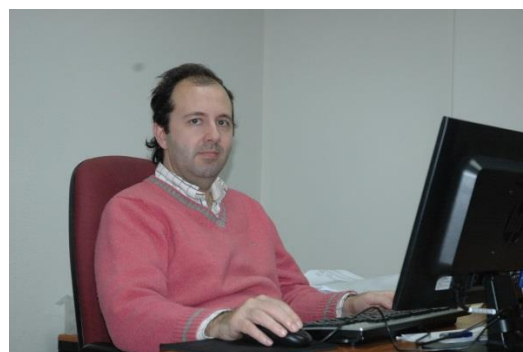
Isabel Soares



Dr^a Isália Casimiro



João Estrella



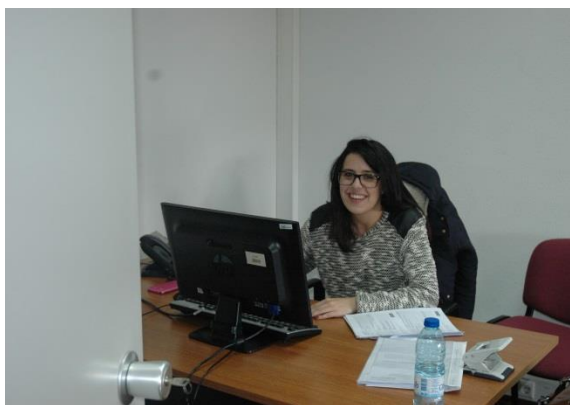
Francisco Santos

A Secretaria-Geral do Ministério das Finanças apoia administrativa e tecnicamente o funcionamento da CReSAP, com particular relevo nas áreas financeira, logística e patrimonial. Ao longo de 2015, a atitude positiva, ativa e colaborante tem-se mantido constante, atentas as dificuldades pontualmente sentidas. Os seus serviços, em particular a Dr^a Paula Cristina Leal, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Financeira e a Dr^a Conceição Ribeiro, Chefe de Divisão de Gestão de Aprovisionamento e Património, têm prestado um significativo apoio à CReSAP.

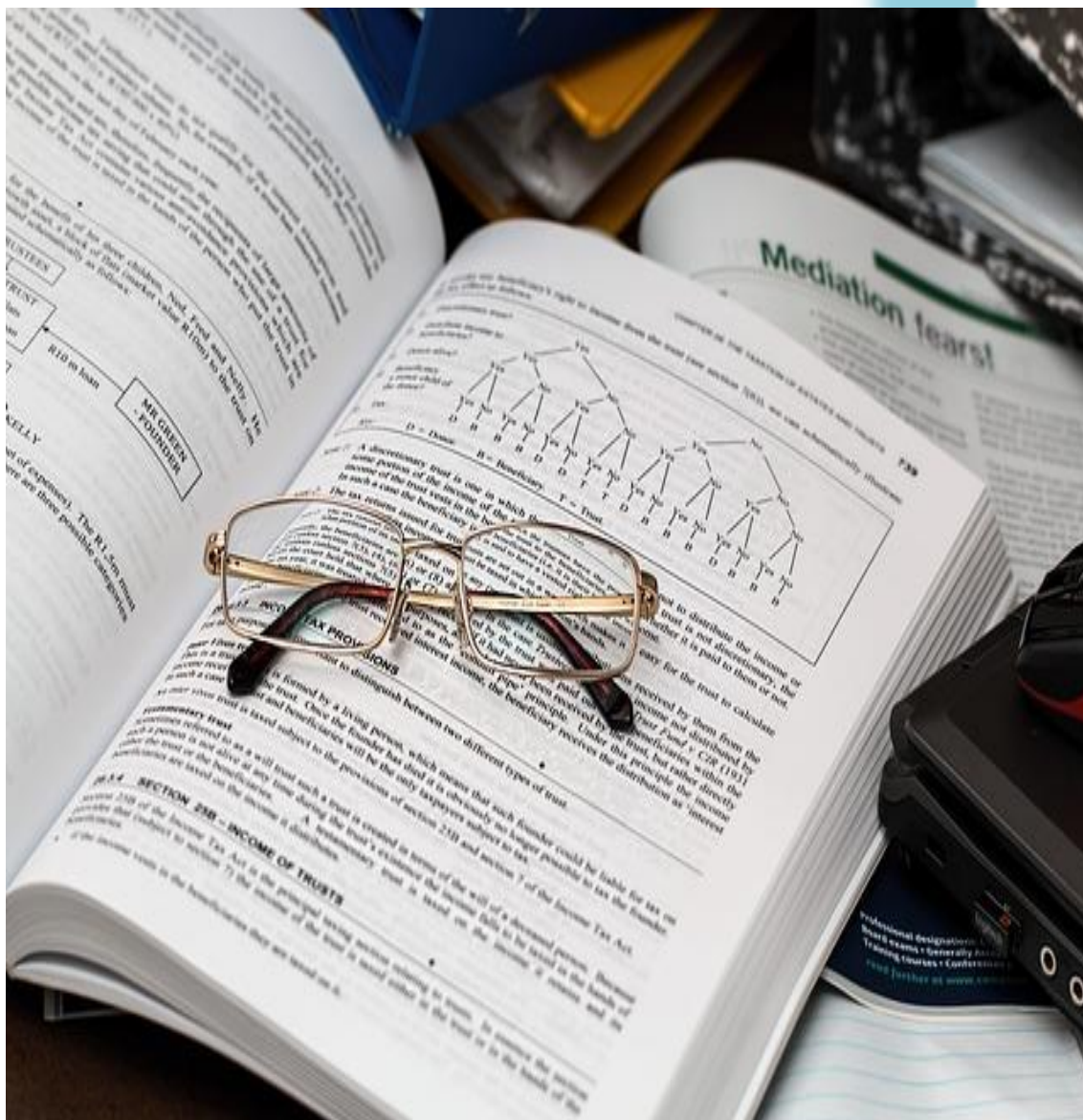
A Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, e a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), nos termos da Lei n^o 128/2015 de 3 de setembro, presta apoio técnico e operacional à CReSAP, sempre que solicitado e nos termos a definir em regulamento. Ainda que não regulamentado, a CReSAP reconhece, e agradece, a colaboração prestada. O apoio técnico administrativo de João Estrella, e da Dr^a Isália Casimiro a partir de maio de 2013, deve-se à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, que o disponibilizou então, e manteve, ao longo de 2015.

A colaboração de Maria Isabel Soares e de Francisco Santos foi tornada possível pelo Ministério da Administração Interna e pela Secretaria Geral do Ministério das Finanças.

Foi possível materializar, a partir do final de 2015, contando com a significativa colaboração da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), o apoio de duas estagiárias do PEPAC nomeadamente a Dr^a Marta Maria Peixoto Freitas Ribeiro Rosa e Dr^a Mónica Cilena da Cruz Brito .



VI. OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE



Influência, e não autoridade, é actualmente a chave paa a liderança.

Ken Blanchard

6.1 Remunerações

Apenas o Presidente e os vogais permanentes da CReSAP são remunerados, de acordo com o estatuto remuneratório abaixo indicado; os vogais não permanentes, suplentes e peritos não auferem qualquer remuneração na CReSAP.

O apoio tanto da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público quanto do Infarmed mantém a remuneração dos colaboradores Isália Casimiro, João Estrella e Carlos Pires, suportada por cada uma das entidades referidas.

Estatuto remuneratório (mensal) :

1. Presidente da CReSAP : Remuneração base: 5.436,61 €

Despesas de representação: 2.174,61€

2. Vogais permanentes : Remuneração base: 4.892,96 €

Despesas de representação: 1.957,18€

Sobre estas remunerações e despesas de representação recaem as reduções previstas na lei . No caso do Presidente, a remuneração e despesas de representação , após corte, são respetivamente 5 110,41 € e 2 044,13€ , e para os vogais permanentes os valores correspondentes são 4 599,38 € e 1 839,75 €.

Tanto o Presidente como os vogais permanentes têm direito a telemóvel, com um plafond de 80 €.

A CReSAP, ao longo de 2015, utilizou um parque automóvel com três viaturas, das quais uma cedida pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e outra pela ex-Inspeção-Geral da Ciência e do Ensino Superior.

6.2 Ética e Código de Conduta

A CReSAP , no seu funcionamento, segue os Dez Princípios Éticos da Administração Pública, a saber:

Princípio do Serviço Público - Os funcionários encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo.

Princípios da Legalidade - Os funcionários atuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito.

Princípio da Justiça e da Imparcialidade - Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo rigorosos princípios de neutralidade.

Princípios da Igualdade - Os funcionários não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social.

Princípios da Proporcionalidade - Os funcionários, no exercício da sua atividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da atividade administrativa.

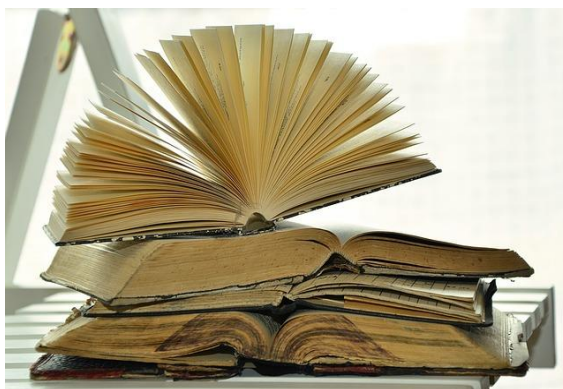
Princípio da Colaboração e da Boa Fé - Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa-fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da atividade administrativa.

Princípio da Informação e da Qualidade - Os funcionários devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida.

Princípios da Lealdade - Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante.

Princípios da Integridade - Os funcionários regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de carácter.

Princípio da Competência e Responsabilidade - Os funcionários agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.



6.3 Divulgação da Informação

A CReSAP cumpre o dever de divulgação da informação. No sítio eletrónico são disponibilizados indicadores de gestão, relatórios de atividade, planos de atividade e atas das reuniões.

São ainda disponibilizados, na íntegra, todos os regulamentos sobre os quais a atividade se suporta, bem como os documentos que explicitam o Questionário de Autoavaliação, informando sobre cada um dos critérios e subcritérios de desempenho. É divulgado um documento que procura sensibilizar potenciais candidatos para a análise dos perfis comportamentais utilizada pelos juris dos procedimentos concursais. Para todos os concursos abertos é divulgado, na íntegra, o respetivo Edital.

A CReSAP divulga, finalmente, de forma sucinta, os relatórios de adequação produzidos com vista à designação de gestores públicos, permitindo a qualquer interessado tomar conhecimento do sentido do parecer em causa.

São igualmente divulgadas as propostas de designação relativas a cada um dos procedimentos concursais, deliberadas pelos respetivos júrís, e enviadas à tutela.

No sentido de equacionar o direito ao sigilo por parte dos candidatos com a prestação transparente de informações relevantes, a CReSAP procurou, ao longo de 2015 alargar a sua atuação.

Os candidatos têm conhecimento antecipado de todos os critérios utilizados pelo júri, e respetivas ponderações, têm acesso ao seu teste de perfil comportamental, às atas das diversas reuniões do júri, e à classificação obtida na primeira fase do concurso. Conhecem ainda as classificações obtidas em sede de entrevista, e respetivas justificações.

Por outro lado, a CReSAP tem sempre respondido positivamente às questões colocadas pelos media, divulgando estatísticas diversas e prestando esclarecimentos.

A atividade desenvolvida pela CReSAP - quer no que respeita aos pareceres solicitados pelo Governo no âmbito dos gestores públicos, quer em matéria de concursos – mereceu, por parte da comunicação social, ao longo de 2015, um interesse permanente.

A analisar pelas inúmeras solicitações de pedidos de informação, pela quantidade de notícias que foram sendo publicadas e, em particular, pelo destaque que muitas delas mereceram, bem poderá compreender-se a importância atribuída ao trabalho desta Comissão.

Apesar do elevado número de solicitações, não há notícia de que a informação não tenha sido disponibilizada, dada fora de tempo ou de algum reparo que a comunicação social tenha feito neste contexto. Este facto traduz a política de transparência adotada pela CReSAP, desde o seu início.

De entre as notícias mais divulgadas e discutidas estiveram sem dúvida as nomeações para os Centros Distritais da Segurança Social, a alteração das regras da Comissão de Recrutamento e Seleção na Administração Pública na escolha de dirigentes para altos cargos na função pública, bem como o destino dos concursos para dirigentes públicos que ficaram por concluir na Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (Cresap) após a investidura parlamentar do novo Governo. Em causa está a Lei 128/2015 que continua a deixar na CReSAP a seleção dos altos dirigentes do Estado e recupera uma regra que esteve em vigor até 2011 (e que entretanto tinha sido revogada), impedindo o Governo de nomear dirigentes de organismos públicos entre a data de convocação de eleições e a tomada de posse do novo executivo.

6.4 Estudos e Intervenções

Outra atividade relevante da CReSAP traduz-se na participação em estudos e na regular intervenção em fóruns académicos e profissionais, debatendo princípios de meritocracia, entre outros, e divulgando os resultados da atividade da CReSAP.

Valores organizacionais e papel da CReSAP - o que pensam os candidatos a cargos de direção superior

A Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (*CReSAP*) solicitou à universidade a elaboração de um estudo destinado à melhoria dos seus processos de trabalho. Na base deste estudo está a forma como os candidatos a cargos de direção superior da Administração Central percecionam os valores organizacionais e o papel da *CReSAP* no processo de recrutamento. O estudo contou com dados obtidos a partir de 1505 respostas, recolhidas no âmbito de um inquérito realizado entre os dias 6 e 28 de julho de 2015, de um universo de cerca de 6 mil candidatos.

Todas as questões obtiveram avaliações médias favoráveis, verificando-se ainda que em 18 das 32 questões as avaliações médias foram extremamente elevadas (superiores a 8 pontos, numa escala de 0 a 10). Os resultados obtidos são, assim, claramente positivos.

À luz do mesmo estudo, é possível avançar que as avaliações dos candidatos às dimensões associadas às expectativas, recrutamento, lealdade e envolvimento face à *CReSAP* são todas positivas ou, mesmo, muito positivas. Este resultado é tanto mais surpreendente quanto apenas cerca de 400 candidatos aos processos de recrutamento foram nomeados para os cargos a que concorreram cerca de 6 mil.

Apesar de terem sido nomeados apenas 400 candidatos, os concorrentes atribuem, numa escala de 0 a 10, pontuações médias de

6.3, 6.0, 5.9 e 5.8 a indicadores como “intenção de voltar a concorrer a processos de recrutamento”, “orgulho em participar nos processos de recrutamento”, “proximidade relativamente ao processo de recrutamento ideal” e “recomendação dos processos de recrutamento a terceiros”.

Os candidatos que figuraram nas propostas de designação revelaram tendência para atribuir pontuações mais elevadas. Perceções mais desfavoráveis em todas as dimensões e pontuações revelaram os candidatos que não integraram propostas de designação, os que concorreram a entre 6 e 10 concursos e aqueles que possuíam grau académico mais elevado nas ciências exatas ou naturais.

Ao longo de 2015, o Presidente da CReSAP, Prof^o João Bilhim participou em diversas conferências internacionais, apresentando comunicações.



Meritocracia e Ética no Serviço Público



A justiça e a liberdade são as questões centrais da ética e do mérito.

João Bilhim

2, dezembro, 2015, 10h00-10h20.

O recrutamento da alta Administração Pública com base na meritocracia: o caso de Portugal com a CReSAP

01 dezembro 2015

Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

Direção de Planejamento e
Gestão.

João Abreu de Faria Bilhim
presidente@cresap.pt
bilhim@iscsp.ulisboa.pt

CReSAP

COMISSÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE UNB DE PLANALTINA (FUP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA (PPGP)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO PÚBLICA: A GESTÃO INTERNACIONAL DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO dias 02 e 03 de dezembro de 2015

LOCAL: Auditório CDT - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
Universidade de Brasília / Campus Darcy Ribeiro

02 de dezembro/2015

08h30: Credenciamento

09h: **Abertura do II Simpósio sobre Gestão Pública**

Ivan Marques de Toledo Camargo - Reitor da Universidade de Brasília

Luiz Antônio Pasquetti - Diretor da Faculdade UnB Planaltina

Alexandre Ribeiro Motta - Diretor da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda

Andrea de Oliveira Gonçalves – Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Gestão Pública da UnB

09H50: **Homenagem à Servidora Pública da Universidade de Brasília, Edna Leoni Camilo pelos 30 anos de serviços prestados.**

10h: **Meritocracia e Ética no Serviço Público**

Palestrante João Bilhim - Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Técnica de Lisboa (atual Universidade de Lisboa). É presidente da entidade independente, Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública (CReSAP) e professor catedrático da Universidade de Lisboa. Tem experiência na área de Administração Pública e gestão de recursos humanos.



A Capacitação dos Servidores no Contexto da Administração Pública Contemporânea”

*João Abreu de Faria Bilhim
Professor Catedrático – ISCSP/Ulisboa
Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a
Administração Pública (CReSAP)*



Fundación para los Compromisos de Calidad
www.compromisosdecalidad.es

Directia
Occasional Paper
Nº 6
Serie: dirección pública
profesional, entrevistas.
Junio 2015

João Abreu de Faria Bilhim, presidente de la
Comisión de Reclutamiento y Selección para
la Administración Pública (CReSAP) de
Portugal

Entrevistas sobre Dirección Pública.

“En Portugal ya es posible una
Administración Pública cuyos
directivos sean seleccionados en
virtud del mérito”

RESUMEN

João Bilhim, Presidente de la CReSAP de Portugal, órgano independiente de selección de directivos públicos, defiende que el buen gobierno es el resultado de la intervención de la honestidad, competencia técnica y meritocracia de las personas que “administran”. Confiesa que algunos de los ministros portugueses

La Meritocracia en la Administración Pública.

19 octubre 2015



Master en Liderazgo y
Dirección Pública en el
área de Recursos
Humanos

João Abreu de Faria Bilhim
presidente@cresap.pt
bilhim@iscsp.ulisboa.pt

CReSAP

COMISSÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Vale a pena ainda sublinhar-se o eco que a experiência da CReSAP tem tido em termos internacionais, e de que, em 2015, foi exemplo o artigo publicado, em Espanha, pelo Professor Ruben Baz Vicente, e onde se refere aos “ensinamentos de Portugal” no âmbito trabalho da modernização da administração pública portuguesa, em especial na área de recrutamento e seleção.



GESTIÓN Y ANÁLISIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Nueva Época, nº 14 julio-diciembre 2015 ISSN: 1989-8991

La selección de los directivos públicos en atención al mérito profesional. Algunas enseñanzas de Portugal

Rubén Baz Vicente

Funcionario de la Escala Técnica de Gestión de Organismos Autónomos de la AGE
rubenbazvicente@hotmail.com

Resumen

El objetivo principal de este trabajo es poner de manifiesto la situación actual de la función pública directiva en el ámbito concreto de la Administración General del Estado. Básicamente, la figura del directivo público profesional se caracteriza por la carencia de régimen jurídico específico, lo que determina la falta de criterios para definir con precisión qué es, cómo se selecciona y cuáles son sus peculiaridades en relación con el resto de empleados públicos.

6.5 Desmaterialização

Um dos resultados da atividade conduzida pela CReSAP , em 2015, foi a conclusão do processo de desmaterialização.

A plataforma Weebox, integralmente adaptada às necessidades da CReSAP, veio permitir a interface de gestão de registos de diversos tipos, a inventariação, classificação e arquivo de toda a documentação, tendo sido feita formação de todos os utilizadores.

Por outro lado, a plataforma informática desenvolvida para a CReSAP, de raiz, pelo Atelier Lógico, tem sido objeto de diversos ajustamentos e melhoramentos.



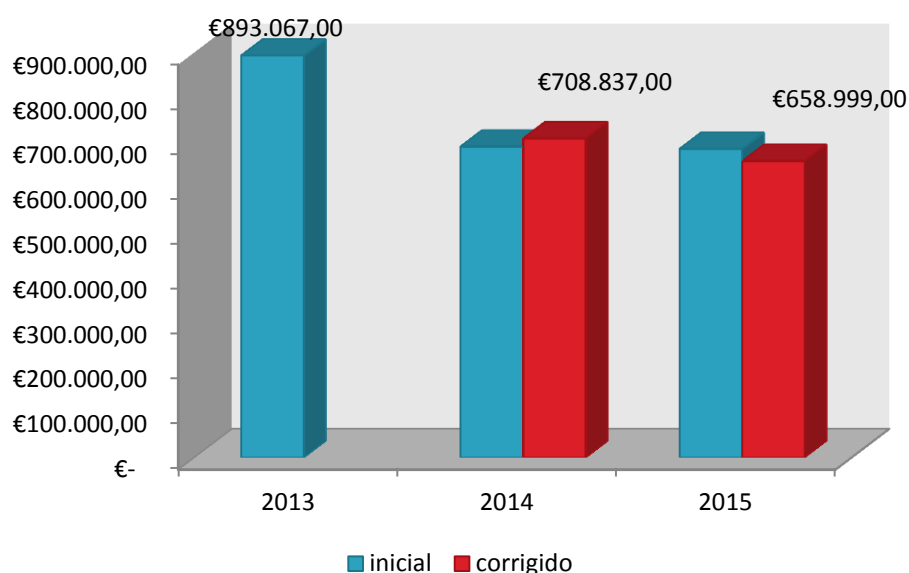
VII . CONTAS



Rigor e transparência

A CReSAP , em 2014, contou com um orçamento de 685.561,81 € , vindo a ser corrigido para 685.999,00 € , cerca de 7% ao de 2014 (Figura 44) ; dado que não se possui autonomia administrativa e financeira, o apoio continuou a ser assegurado pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

Figura 44. CReSAP, Orçamento, 2013-2015



Fonte: Balancetes de Execução Orçamental, Secretaria-Geral do Ministério das Finanças

O orçamento inicial veio a ser corrigido para 708.837,00 euros. O grau de execução orçamental foi na ordem dos 91,84%, 89,17%, superior ao registado em 2014 (89,17%). Ainda assim, não foi possível proceder ao pagamento de todas as faturas ainda em 2014, à semelhança do já verificado no ano anterior.

O maior contributo para a despesa ficou a dever-se a despesas com pessoal, que representaram 75,5% do total.

Por referência a dezembro de 2015, podem observar-se as mais importantes despesas de pessoal discriminadas e apresentadas no Quadro 5, tendo em conta o orçamento corrigido, com as cativações efetuadas.

Quadro 5. Despesas com Pessoal, 2014-15

Descrição	Dotação corrigida	Despesas pagas 2015	Despesas pagas 2014	Grau Exec Orçam.(%)
Pessoal dos quadros	250.427,00 EUR	243.272,83 EUR	243.349,50 EUR	97,14
Representação	91.875,00 EUR	88.827,24 EUR	88.859,47 EUR	96,68
Suplementos e prémios	1.336,00 EUR	462,63 EUR	1.366,53 EUR	34,63
Subsídio de refeição	6.401,00 EUR	6.383,65 EUR	5.995,08 EUR	99,73
Subsídio de férias e de Natal	41.786,00 EUR	40.637,64 EUR	21.928,01 EUR 20.294,00 EUR	97,25
Horas extraordinárias	11.415,00 EUR	11.410,47 EUR	5.117,40 EUR	99,96

Ajudas de custo	517,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0
-----------------	---------------	----------	----------	---

Quadro 6. Aquisições de bens,2014-15 (euros)

Descrição	Dotação corrigida	Despesas pagas 2015	Despesas pagas 2014	Grau Exec Orçam.(%)
Combustíveis e lubrificantes	5.476,00 EUR	4.512,63 EUR	5.468,78 EUR	82,41
Limpeza e higiene	467,00 EUR	302,53 EUR	276,87 EUR	64,78
Material de escritório	11.906,00 EUR	9.765,15 EUR	7.598,02 EUR	82,02
Material de transporte-peças	2.500,00 EUR	172,20 EUR	0,00 EUR	6,89
Outro material - peças	1.289,00 EUR	590,65 EUR	116,73 EUR	45,82
Livros e documentação técnica	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	

Outros bens	944,00 EUR	712,02 EUR	1.595,78 EUR	75,43
-------------	---------------	---------------	--------------	-------

Quadro 7. Aquisições de serviços, 2014-15 (euros)

Descrição	Dotação corrigida	Despesas pagas 2015	Despesas pagas 2014	Grau Exec Orçam.(%)
Encargos das instalações	10.600,00 EUR	8.567,92 EUR	8.223,35 EUR	80,83
Limpeza e higiene	10.313,00 EUR	10.548,17 EUR	10.179,32 EUR	98,70
Conservação de bens	2.750,00 EUR	1.457,72 EUR	8.500,52 EUR	53,01
Locação de edifícios	54.000,00 EUR	54.000,00 EUR	48.000,00 EUR	100
Locação de material de transporte	11.776,00 EUR	7.756,29 EUR	8.368,86 EUR	65,87
Comunicações	4.483,00 EUR	1.087,54 EUR	0,00 EUR	24,26
		0,00 EUR	0,00 EUR	
		1.270,69 EUR	1.270,69 EUR	
Transportes	2.530,00 EUR	2.047,60 EUR	3.857,80 EUR	80,93

Seguros	650,00 EUR	632,28 EUR	0,00 EUR	97,27
Assistência Técnica	19.338,00 EUR	1.957,76 EUR	2.186,00 EUR	10,12
Outros	1.973,00 EUR	193,54 EUR	1.194,66 EUR	9,81

Cl. Econ. não tipificada		Dotações Iniciais (1)	Dotações Corrigidas (2)	Cativos Líquidos (3)	Dotações Corrigidas Líquidas de Cativos (4) = (2)-(3)	Cabimentos (5)	Dotação Disponível (6) = (4)-(5)	Total de Compromissos (7)	Total Líquido Despesa Paga (8)	Grau Exec. Orçamental (9) = ((8)/(4))*100
▼ D0000000000	DESPESA	685.562,00	658.999,00	0,00	658.999,00	630.368,12	28.630,88	607.668,64	605.239,01	91,84
▼ D0100000000	DESPESAS COM O	497.217,00	497.609,00	0,00	497.609,00	481.260,26	16.348,74	481.260,26	480.908,86	96,64
▼ D0101000000	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	391.825,00	391.825,00	0,00	391.825,00	379.933,89	11.891,11	379.933,89	379.583,99	96,88
D0101030000	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	250.627,00	250.427,00	0,00	250.427,00	243.622,73	6.804,27	243.622,73	243.272,83	97,14
D0101110000	REPRESENTAÇÃO	91.875,00	91.875,00	0,00	91.875,00	88.827,24	3.047,76	88.827,24	88.827,24	96,68
D0101120000	SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	1.336,00	1.336,00		1.336,00	462,63	873,37	462,63	462,63	34,63
D0101130000	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	6.201,00	6.401,00	0,00	6.401,00	6.383,65	17,35	6.383,65	6.383,65	99,73
► D0101140000	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	41.786,00	41.786,00	0,00	41.786,00	40.637,64	1.148,36	40.637,64	40.637,64	97,25
▼ D0102000000	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	11.540,00	11.932,00	0,00	11.932,00	11.410,47	521,53	11.410,47	11.410,47	95,63
D0102020000	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	2.000,00	11.415,00	0,00	11.415,00	11.410,47	4,53	11.410,47	11.410,47	99,96
D0102040000	AJUDAS DE CUSTO	9.540,00	517,00	0,00	517,00	0,00	517,00	0,00	0,00	0,00
▼ D0103000000	SEGURANÇA SOCIAL	93.852,00	93.852,00	0,00	93.852,00	89.915,90	3.936,10	89.915,90	89.914,40	95,80
► D0103050000	CONTRIBUIÇÕES P/ A SEGURANÇA SOCIAL	93.852,00	93.834,00	0,00	93.834,00	89.901,91	3.932,09	89.901,91	89.900,41	95,81
D0103040000	Outras prestações familiares	0,00	1,00		1,00		1,00			
► D0103100000	Outras Despesas de Segurança Social	0,00	1,00		1,00		1,00			
► D0103010000	ENCARGOS COM A SAÚDE	0,00	16,00		16,00	13,99	2,01	13,99	13,99	87,44
▼ D0200000000	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	177.090,00	140.995,00	0,00	140.995,00	128.712,86	12.282,14	106.013,38	103.935,15	73,72
▼ D0201000000	AQUISIÇÃO DE BENS	57.287,00	22.582,00	0,00	22.582,00	18.615,69	3.966,31	16.443,42	16.055,18	71,10
D0201020000	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	12.325,00	5.476,00	0,00	5.476,00	4.900,87	575,13	4.900,87	4.512,63	82,41
D0201040000	LIMPEZA E HIGIENE	502,00	467,00	0,00	467,00	302,53	164,47	302,53	302,53	64,78
D0201080000	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	33.681,00	11.906,00	0,00	11.906,00	9.937,42	1.968,58	9.765,15	9.765,15	82,02
D0201120000	MATERIAL DE TRANSPORTE-PECAS	0,00	2.500,00		2.500,00	2.172,20	327,80	172,20	172,20	6,89
D0201140000	OUTRO MATERIAL-PECAS	1.516,00	1.289,00	0,00	1.289,00	590,65	698,35	590,65	590,65	45,82
D0201180000	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D0201210000	OUTROS BENS	4.263,00	944,00	0,00	944,00	712,02	231,98	712,02	712,02	75,43
▼ D0202000000	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	119.803,00	118.413,00	0,00	118.413,00	110.097,17	8.315,83	89.569,96	87.879,97	74,21
D0202010000	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	5.500,00	10.600,00	0,00	10.600,00	10.029,99	570,01	9.002,07	8.567,92	80,83
D0202020000	LIMPEZA E HIGIENE	12.133,00	10.313,00	0,00	10.313,00	10.179,33	133,67	10.179,32	10.179,32	98,70
D0202030000	CONSERVAÇÃO DE BENS	10.294,00	2.750,00	0,00	2.750,00	1.807,37	942,63	1.487,69	1.457,72	53,01
► D0202040000	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	48.000,00	54.000,00	0,00	54.000,00	54.000,00	0,00	54.000,00	54.000,00	100,00
► D0202060000	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	14.019,00	11.776,00	0,00	11.776,00	8.832,80	2.943,20	7.813,20	7.756,29	65,87
► D0202090000	COMUNICAÇÕES	8.215,00	4.483,00	0,00	4.483,00	1.990,58	2.492,42	1.990,58	1.087,54	24,26
D0202100000	TRANSPORTES	1.800,00	2.530,00	0,00	2.530,00	2.301,80	228,20	2.301,80	2.047,60	80,93
► D0202120000	SEGUROS	600,00	650,00	0,00	650,00	644,00	6,00	644,00	632,28	97,27
D0202130000	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1.419,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
► D0202190000	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	11.149,00	19.338,00	0,00	19.338,00	19.117,76	220,24	1.957,76	1.957,76	10,12
► D0202250000	OUTROS SERVIÇOS	6.674,00	1.973,00	0,00	1.973,00	1.193,54	779,46	193,54	193,54	9,81
▼ D0300000000	JUROS E OUTROS ENCARGOS	0,00	100,00		100,00	100,00	0,00	100,00	100,00	100,00
▼ D0306000000	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	0,00	100,00		100,00	100,00	0,00	100,00	100,00	100,00
D0306010000	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	0,00	100,00		100,00	100,00	0,00	100,00	100,00	100,00
▼ D0700000000	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	11.255,00	20.295,00		20.295,00	20.295,00	0,00	20.295,00	20.295,00	100,00
▼ D0701000000	INVESTIMENTOS	11.255,00	20.295,00		20.295,00	20.295,00	0,00	20.295,00	20.295,00	100,00
► D0701080000	SOFTWARE INFORMÁTICO	11.255,00	20.295,00		20.295,00	20.295,00	0,00	20.295,00	20.295,00	100,00
		685.562,00	658.999,00	0,00	658.999,00	630.368,12	28.630,88	607.668,64	605.239,01	91,84
		685.562,00	658.999,00	0,00	658.999,00	630.368,12	28.630,88	607.668,64	605.239,01	91,84

